



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

CRISTIANE SILVA FERREIRA

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS COORDENADORES
DE COLEGIADO DE CURSO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE
DO ESTADO DA BAHIA**

Salvador
2023

CRISTIANE SILVA FERREIRA

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS COORDENADORES
DE COLEGIADO DE CURSO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE
DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea.

Linha de Pesquisa 2: Produção, Circulação e Mediação da Informação

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ivana Aparecida Borges Lins

Salvador
2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5/918

F383c Ferreira, Cristiane Silva
O comportamento informacional dos coordenadores de colegiado de curso de graduação da Universidade do Estado da Bahia / Cristiane Silva Ferreira - Salvador, 2023.
113 f : il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ivana Aparecida Borges Lins.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCIs. 2023.

Contém referências e apêndices.

1. Universidade do Estado da Bahia – Graduação – Comportamento informacional. 2. Gerenciamento de recurso de informação – Estudo de casos. 3. Gestão do conhecimento – Estudo de casos. 4. Universidade do Estado da Bahia. Coordenação dos cursos de graduação – Comportamento informacional. I. Lins, Ivana Aparecida Borges. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. III. Título.

CDD: 020
CDU: 025.5


CRISTIANE SILVA FERREIRA

O Comportamento Informacional dos Coordenadores de Colegiado de Curso de Graduação da Universidade do Estado da Bahia


Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção de grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 19/06/2023


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 IVANA APARECIDA BORGES LINS
Data: 12/08/2023 09:38:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Ivana Aparecida Borges Lins
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 JOSE CARLOS SALES DOS SANTOS
Data: 10/08/2023 09:24:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr José Carlos Sales dos Santos
Doutor em Ciência da Informação Universidade Federal da Bahia
(Membro interno titular)

Documento assinado digitalmente
 CAROLINA DE SOUZA SANTANA
Data: 11/08/2023 13:48:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Carolina de Souza Santana
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia
(Membro externo titular)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à **minha família** por estar sempre ao meu lado. Agradeço a minha mãe, **Florizete**, uma verdadeira inspiração de mulher; ao meu pai, **Antonio Mário**, por momentos inesquecíveis em minha vida; à minha irmã **Hilda**, que é uma incentivadora e apoiadora incansável; ao meu irmão **Fábio**, exemplo de coragem e determinação na realização dos sonhos; à minha irmã **Patrícia**, uma parceira para todas as ocasiões e um ser de luz incrível; e ao meu cunhado **Ricardo**, que sempre me encoraja a fazer o meu melhor. Agradeço a todos vocês, que amo muito, pelo apoio incondicional que tornou possível essa jornada.

Agradeço ao **Roberto Gonçalves Freitas** por me apresentar ao campo da Ciência da Informação e por me incentivar a ingressar no mestrado. Agradeço também pela compreensão e apoio ao longo desses dois anos de estudo.

À minha orientadora, professora doutora **Ivana Aparecida Borges Lins**, pelas orientações para a construção desse trabalho. Obrigada por acreditar em mim, por me apoiar nos momentos mais difíceis e por nunca me deixar desistir. Você é um referencial na minha vida profissional.

Aos **colegas da Universidade do Estado da Bahia**, que contribuíram direta e indiretamente na construção deste trabalho, gostaria de expressar minha gratidão. Em especial, aos irmãos **Márcio e Thiago Sampaio**, pela ajuda, apoio e valiosas dicas ao longo dessa jornada.

Aos professores, **membros integrantes da banca examinadora**, Dr. José Carlos dos Santos Sales e Carolina de Souza Santana, agradeço a participação, interesse, disponibilidade e pelas valiosas contribuições e sugestões que enriqueceram esta pesquisa. Agradeço também à professora Dr^a. Hildenise Novo e ao professor Dr. Fabiano Cataldo, suplentes na banca, pela leitura atenta e comprometimento.

Agradeço **aos professores e professoras do PPGCI**, pela estimável convivência e pelos ensinamentos compartilhados, mesmo durante esse período desafiador de pandemia, no qual tivemos que redefinir muitos comportamentos.

Gostaria de expressar minha gratidão à secretária do PPGCI/UFBA, **Marilene Luzia**, que nos auxiliou em todas as questões burocráticas ao longo desses três anos.

Aos **colegas de curso**, em especial a **Ana Paula Santos Ramos**, agradeço pela convivência e pela troca de experiências nas aulas remotas. Agradeço pelas brincadeiras e pelo apoio nos momentos difíceis.

Por fim, gostaria de expressar minha profunda gratidão às **peças maravilhosas que trabalham no Núcleo de Oncologia da Bahia**. Em especial, gostaria de agradecer ao Dr. “**Arcanjo**” **Rafael Borges Batista**, um oncologista extraordinário, e às enfermeiras **Carol e Dani**, verdadeiros anjos que durante um período difícil e repleto de incertezas, cuidaram de mim com tanto carinho e dedicação permitindo que eu pudesse dar continuidade a essa pesquisa. Vocês são verdadeiras luzes em minha vida!

Minha gratidão se estende a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, acreditaram em mim, torceram por mim e permitiram que eu pudesse enriquecer minha história. Seu apoio e confiança foram fundamentais para eu chegar até aqui. A todos vocês, meu sincero agradecimento por fazerem parte da minha trajetória e por compartilharem essa jornada comigo.

RESUMO

Este estudo verificou o comportamento informacional dos Coordenadores de Curso de Graduação, na modalidade presencial, da Universidade do Estado da Bahia tendo em vista, a importância do papel desempenhado por esses gestores na gestão acadêmico-administrativa dos colegiados de curso ao qual estão vinculados. O referencial teórico apresentado conceitua os temas Informação, Comportamento Informacional, Necessidade, Busca e Uso. O comportamento informacional é uma das subáreas da Ciência da Informação e estuda o modo como as pessoas lidam com a informação quando se deparam com necessidades informacionais. Aparentemente há uma lacuna entre as informações disponibilizadas pela UNEB para que esses coordenadores realizem suas atividades e a busca de tais conteúdos por esses sujeitos. Considerando essas observações preliminares, propõe-se nesta pesquisa a seguinte questão norteadora: Como o comportamento informacional dos coordenadores dos cursos de graduação presencial da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) interfere em suas atividades de gestão acadêmico-administrativas? O objetivo geral proposto foi o de Verificar o comportamento informacional dos coordenadores de colegiado de curso de graduação da UNEB. Para alcançar o objetivo geral foram traçados objetivos específicos, a saber: 1. Identificar possíveis normativas à coordenação de colegiado de curso que orientem as atividades dos coordenadores de colegiado de curso; 2. Descrever o perfil de coordenadores de colegiado de curso de graduação presencial; 3. Compreender as necessidades informacionais destes coordenadores no âmbito do processo de busca e uso da informação. Então, foi realizada uma pesquisa de natureza aplicada, com finalidade descritiva e de abordagem quanti-qualitativa, na qual foram entrevistados 23 coordenadores de colegiado de curso de graduação e cujo material foi interpretado a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), com o suporte do software Iramuteq. Os resultados apontaram que os coordenadores sentem uma clara necessidade de informações, principalmente relacionadas a aspectos normativos e práticos. Eles buscam regularmente informações confiáveis e atualizadas, utilizando fontes como Resoluções, e Regimento Geral da instituição. A informação é percebida como útil para embasar decisões, desenvolver o ambiente de trabalho, aprimorar a trajetória profissional.

Palavras-chave: Comportamento Informacional; Necessidade de Informação; Buscas de Informação; Uso de informação; Coordenador de Curso.

ABSTRATC

This study verified the informational behavior of the Undergraduate Course Coordinators, in the face-to-face modality, at the State University of Bahia, considering the importance of the role played by these managers in the academic-administrative management of the collegiate bodies of the course to which they are linked. The theoretical framework presented conceptualizes the themes Information, Informational Behavior, Need, Search and Use. Informational behavior is one of the subareas of Information Science and studies the way people deal with information when faced with informational needs. Apparently, there is a gap between the information made available by UNEB for these coordinators to carry out their activities and the search for such content by these subjects. Considering these preliminary observations, we propose in this research the following guiding question: How does the informational behavior of the coordinators of the presential undergraduate courses at the State University of Bahia (UNEB) interfere in their academic-administrative management activities? The proposed general objective was to verify the informational behavior of undergraduate collegiate coordinators. To achieve the general objective, specific objectives were outlined, namely: 1. Identify possible regulations for the coordination of the course collegiate that guide the activities of the course collegiate coordinators; 2. Describe the profile of collegiate coordinators of face-to-face undergraduate courses; 3. Understand the informational needs of these coordinators within the process of searching and using information. Then, an applied research was carried out, with a descriptive purpose and a quantitative and qualitative approach, in which 23 Undergraduate Course Coordinators, were interviewed and whose material was interpreted from the content analysis proposed by Bardin (1977), with the support of the Iramuteq software. The results showed that the coordinators feel a clear need for information, mainly related to normative and practical aspects. They regularly seek reliable and updated information, using sources such as Resolutions and the institution's General Regulations. The information is perceived as useful to base decisions, develop the work environment, improve the professional trajectory.

Keywords: Informational Behavior; Need for Information; Information searches; Information use; Course Coordinator.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária dos coordenadores.....	67
Gráfico 2: Gênero dos participantes	67
Gráfico 3: Cor da pele dos participantes.....	68
Gráfico 4: Habilitação Acadêmica dos participantes.....	69
Gráfico 5: Maior titulação dos participantes.....	69
Gráfico 6: Atuação como docentes na UNEB	70
Gráfico 7: Regime de trabalho dos participantes.....	70
Gráfico 8: Tempo de atuação como docente X Regime de trabalho dos participantes.....	70
Gráfico 9: Grande área de conhecimento dos participantes.....	71
Gráfico 10: Capacitação dos participantes.....	71
Gráfico 11: Experiência como coordenador na UNEB.....	72
Gráfico 12: Conhecimento das atribuições como coordenador	75
Gráfico 13: Motivo para ser coordenador.....	76
Gráfico 14: Necessidade de informação durante as atividades	77
Gráfico 15: Frequência com que os coordenadores buscam informação para atividades.....	80
Gráfico 16: Atividades que geraram mais necessidade de informação.....	81
Gráfico 17: Tipo de informação que necessitava para realizar as atividades.....	85
Gráfico 18: Quanto a busca por fontes de informação.....	86
Gráfico 19: Percentual quanto a frequência de utilização das fontes de informação.....	88
Gráfico 20: Atributos de informação mais importantes na busca por informação.....	89
Gráfico 21: Propósito da busca por informação	90
Gráfico 22: Percepção dos coordenadores sobre os sentimentos durante o processo de busca de informação	92
Gráfico 23: Quanto ao uso das informações buscadas.....	93
Gráfico 24: Percepção dos coordenadores referente a utilidade da informação, após o processo de busca	94

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CI	Ciência da Informação
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
IACG	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NI	Necessidade de Informação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação,
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PGDP	Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROAF	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS AO COMPORTAMENTO INFORMACIONAL	18
2.1 BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS DOS USUÁRIOS.....	18
2.2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL.....	22
2.2.1 Necessidades de informação	24
2.2.2 Busca e Uso da Informação	26
3 A GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA E A COORDENAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO	30
3.1 A COORDENAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO DE GRADUAÇÃO.....	33
3.1.1 O Papel do Coordenador de Colegiado de Curso de Graduação Presencial	36
4 TRILHA METODOLÓGICA	40
4.1 MÉTODO DE PROCEDIMENTO E NÍVEL DA PESQUISA.....	40
4.2 CONTEXTO INSTITUCIONAL DA INVESTIGAÇÃO	42
4.2.1 A Coordenação de Curso de Graduação da UNEB	45
4.3 SUJEITOS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	48
4.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICA PARA A COLETA DE DADOS.....	49
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	54
5.1 AS ATIVIDADES DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA DOS COORDENADOR DE CURSO DE GRADUAÇÃO	54
5.2 PERFIL DOS COORDENADORES DE CURSO DE GRADUAÇÃO DA UNEB....	66
5.2.1 Perfil Pessoal	66
5.2.2 Perfil Acadêmico-Profissional	68
5.3 NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO	77
5.4 BUSCA DE INFORMAÇÃO	86
5.4 USO DE INFORMAÇÃO	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICE A – Questionário aos Coordenadores	105
APÊNDICE B – Entrevistas	111

1 INTRODUÇÃO

A influência dos fenômenos informacionais na sociedade contemporânea tem gerado repercussões na forma como as pessoas buscam e usam informações. Nesse contexto, a Ciência da Informação desempenha um papel fundamental ao investigar as implicações desse novo contexto informacional no comportamento humano. O estudo do Comportamento Informacional Humano, originado das pesquisas sobre usuários, tem como objetivo compreender as ações do indivíduo em relação à informação e os fatores que afetam esse comportamento.

A informação é concebida como um recurso utilizado pelo sujeito para suprir necessidades ou "estados vazios" de conhecimento. A forma como o sujeito percebe essas lacunas informacionais determinam as ações que ele empreende para atender às suas demandas informacionais. O comportamento informacional pode variar influenciado entre os indivíduos devido a múltiplas variáveis, uma vez que o comportamento humano é uma resposta às situações e eventos vivenciados na sociedade e em contextos diversos.

No contexto atual, caracterizado por alterações frequentes na política, economia e pela abundância de informações decorrentes dos avanços tecnológicos, torna-se essencial a formação de indivíduos preparados para lidar com um ambiente em constante mudança.

Esse entendimento torna-se particularmente importantes para as Instituições de Ensino Superior (IES), considerando a finalidade como produtoras, consumidoras e divulgadores de conhecimento culturais, científicos e técnicos, nos termos do art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei 9394/1996). Enquanto responsáveis pela Educação em nível superior as IES devem assegurar condições efetivas de acesso à informação para construção do conhecimento, sendo, portanto, indutoras de novos comportamentos.

No estado da Bahia as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) estão organizadas em Instituições Federais e Instituições Estaduais. As instituições federais incluem quatro universidades e dois institutos federais, a saber: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Instituto Federal Baiano (IF Baiano) e Instituto Federal da Bahia (IFBA).

Além dos citados a Bahia também conta com *campi* da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) nos municípios de Juazeiro, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso. Já as Universidades Públicas Estaduais (UEBAS) são quatro: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade

Estadual de Santa Cruz (UESC) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). As UEBAS estão inseridas na estrutura administrativa do Estado e possuem importante contribuição para efetivação das políticas públicas de educação de superior na Bahia, em função da interiorização do ensino superior no estado em época anterior a implantação das Instituições Federais de Ensino Superior no interior do estado. Entre as instituições citadas a UNEB se configura como a maior, como consequência do número de campi e polos da educação a distância.

As universidades se caracterizam por um ambiente complexo resultante da execução de múltiplas tarefas próprias para esse nível de ensino, onde o valor da informação é determinante para que a comunidade acadêmica (alunos, corpo docentes e corpo administrativo) possa compreender e responder às mudanças da sociedade. Portanto, as universidades devem estar atentas para a diversidade de demandas informacionais dos seus integrantes.

A percepção das necessidades informacionais contribui para a qualidade acadêmica-científica e o desenvolvimento dos cursos universitários, notadamente os relacionados à graduação, que constituem a atividade universitária mais evidente perante a sociedade. Nesse contexto, o coordenador de colegiado de curso de graduação assume um papel central na universidade, incumbido da gestão pedagógica e da condução das diversas demandas inerentes ao curso, abarcando inclusive a logística informacional.

No entanto, é essencial situar tais considerações no contexto das redefinições educacionais provocadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual exerce um papel substancial na configuração do cenário educacional, engendrando transformações que reverberam diretamente sobre as práticas e aprimoramento do ensino superior. Por meio do estabelecimento de prazos limitados para autorização, reconhecimento e credenciamento, conforme preceitua o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861/2004, promove-se uma avaliação nas instituições, cursos e desempenho dos estudantes.

Dessa forma, nos processos de reconhecimento e renovação de cursos, os coordenadores de curso desempenham um papel essencial como articuladores, pois são responsáveis pela gestão acadêmica-pedagógica, o que afeta a qualidade dos cursos e, por consequência, das IES. O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) do Ministério da Educação descreve os parâmetros da avaliação *in loco*, considerando três dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial, e Infraestrutura no Processo Pedagógico do Curso (PPC). Os coordenadores de curso são avaliados na dimensão corpo docente e tutorial, levando em conta sua atuação e regime de trabalho.

A coordenação de curso é responsável pela qualidade intrínseca do curso e vai além do papel de gestor das atividades protegidas pela legislação. Suas atividades incluem orientação, coordenação, acompanhamento e supervisão das atividades didático-pedagógicas, bem como a proposição de modificações nas diretrizes gerais do curso para atender às necessidades da comunidade interna e da sociedade em geral. Portanto, é fundamental que haja um ambiente com informações que auxiliem os coordenadores a realizarem suas tarefas com segurança e fundamentem suas decisões.

Com efeito, a coordenação de curso é a “responsável pela qualidade intrínseca do curso, no mais amplo sentido” (FRANCO, 2002, p. 10). Nessa função é necessário que o indivíduo esteja preparado para ir além do papel de gestor de atividades pré-estabelecidas na legislação. As atividades inerentes ao cargo como, por exemplo, orientar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades didático-pedagógicas, bem como, propor e recomendar modificações nas diretrizes gerais dos programas didáticos do curso implicam em atender às necessidades que se apresentam, advindas tanto da comunidade interna quanto da sociedade de um modo geral. Assim, é necessário um ambiente em que as informações ajudem aos coordenadores a desempenharem suas tarefas com segurança e fundamentem as tomadas de decisões.

Considerando a complexa estrutura de funcionamento dos colegiados de curso, a importância desse setor para o desenvolvimento dos cursos de graduação e a consequente formação dos alunos, bem como a importância institucional dos coordenadores de cursos para o funcionamento da IES é que emerge o fenômeno de estudo dessa pesquisa que é **o comportamento informacional dos coordenadores de curso de graduação no âmbito da Universidade pública**, como forma de subsidiar eventuais ações voltadas à gestão dos cursos de graduação, o aprimoramento dos processos decisórios que envolvem o exercício diário desses profissionais e capacitação dos processos de busca e uso da informação.

Considerando a UNEB, a IPES com maior distribuição geográfica no estado, observações preliminares demonstraram a expressiva quantidade de atribuições e responsabilidades que envolvem as atividades do coordenador de curso de graduação. Somando-se a este fato, a observação quanto o tempo exíguo para realizar as atividades, tendo em vista os prazos estabelecidos no calendário acadêmico institucional, bem como a ausência de uma formação prévia para essa atividade laboral. De fato, os coordenadores de curso são na maioria das vezes docentes sem formação prévia em gestão acadêmica. Neste contexto, ilações referentes aos parâmetros relativos ao comportamento dos coordenadores de curso, com relação

suas dificuldades, dúvidas e angústias quanto suas necessidades informacionais, bem como as estratégias de busca e uso da informação a fim do bom andamento das tarefas laborais desempenhadas por eles foram suscitadas

Por outro lado, não é incomum o registro institucional de manifestações dos alunos acerca de insatisfações recorrentes no processo de matrícula, dificuldade de obter documentos, falha em procedimento do órgão/seleção/transferência, relações interpessoais, dentre outros. Esses temas estão relacionados às atividades de gestão acadêmico-administrativas de rotina das Coordenações de Curso, cujas soluções presume-se estão armazenadas em sistemas de informação, tais como portal da instituição, sistema de gestão acadêmica ou curso de formação, manuais ou apontamento pessoais. Aparentemente há uma lacuna entre as informações disponibilizadas pela UNEB para que esses coordenadores realizem suas atividades e a busca de tais conteúdos por esses sujeitos. Considerando essas observações preliminares propomos nesta pesquisa a seguinte **questão norteadora**: *Como o comportamento informacional de coordenadores dos cursos de graduação presencial da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) interfere em suas atividades de gestão acadêmico-administrativas?*

Torna-se fundamental entender o comportamento informacional dos coordenadores, no que diz respeito às atividades didático-pedagógicas, a fim de contribuir com o campo de estudo. Compreender como esses profissionais lidam com as informações pertinentes à sua função, como reconhecem a necessidade de obter informações relevantes, além de investigar os métodos utilizados para buscar e utilizar essas informações, revela-se crucial. Isso se deve ao fato de que os coordenadores desempenham um papel significativo na promoção de mudanças comportamentais por meio da educação. Portanto, investigar seu comportamento informacional oferece insights valiosos para a compreensão do impacto dessas práticas na efetividade das atividades educacionais.

Diante disso, delinea-se como **objetivo geral**: *Verificar como o comportamento informacional dos coordenadores de colegiado de curso de graduação presencial interfere nas atividades de gestão acadêmico-administrativas.*

Para assegurar o cumprimento do objetivo geral, delinear-se os seguintes **objetivos específicos**:

1. *Identificar possíveis normativas à coordenação de colegiado de curso que orientem as atividades dos coordenadores de colegiado de curso;*
2. *Descrever o perfil de coordenadores de colegiado de curso de graduação presencial;*

3. *Compreender as necessidades informacionais destes coordenadores no âmbito do processo de busca e uso da informação.*

O presente estudo **se justifica** por investigar o comportamento informacional dos coordenadores de curso de graduação e os possíveis impactos que os achados podem representar para a universidade. Considerando o contexto laboral, onde os coordenadores de curso são, por muitas vezes, docentes que não possuem formação específica para exercer a gestão acadêmico-administrativa do colegiado e que desenvolvem concomitantemente, as atividades de docência na graduação, essa pesquisa potencialmente pode mapear as estratégias utilizadas por esses sujeitos.

Saber como e por que os coordenadores de curso de graduação buscam as informações relativas as atividades laborais podem permitir a melhoria do fluxo informacional na instituição e por conseguinte qualificar a gestão educacional, na medida em que a informação representa um instrumento de trabalho indispensável. Assim, o planejamento para capacitação e formação para a gestão acadêmica-administrativa do profissional coordenador de curso pode ser qualificada.

Considerando que à medida que se conhece as necessidades informacionais dos coordenadores de curso, como esses buscam e usam a informação, de maneira a reduzir as ambiguidades e incertezas, pode-se contribuir para uma melhor interação desse sujeito no ambiente que está inserido. Ao preencher eventuais lacunas informacionais existentes, contribui-se para a qualidade dos cursos de graduação, de modo a subsidiar o aperfeiçoamento de um dos diversos processos de trabalho inseridos no contexto de uma IES.

O trabalho é estruturado em seis seções, com a primeira sendo a Introdução. Nessa seção, é realizada a contextualização do tema, a apresentação dos objetivos, a justificativa para a realização do estudo, bem como a contribuição científica para a área em questão. Na segunda e terceira seções, é apresentada a fundamentação teórica da pesquisa. Isso abrange os estudos de usuários, o comportamento informacional, a necessidade informacional, a busca e uso da informação, além da gestão acadêmico-administrativa e a coordenação de cursos de graduação.

A quarta seção descreve os métodos utilizados para alcançar os objetivos propostos. Nessa seção, são apresentados o procedimento e o nível da pesquisa, o contexto institucional da investigação, os sujeitos e os critérios de seleção, bem como os instrumentos e as técnicas utilizados para a coleta de dados. Na quinta seção, é realizada uma análise minuciosa dos dados da pesquisa, apresentando e discutindo os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos.

Por fim, a sexta e última seção do trabalho consiste nas considerações finais, onde são apresentadas as conclusões, as contribuições do estudo, as limitações encontradas e as sugestões para pesquisas futuras.

2 DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS AO COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

A presente seção tem como objetivo apresentar a fundamentação teórica relacionada ao problema de pesquisa em questão, fornecendo uma revisão da literatura considerada relevante para os objetivos do estudo. Sob a perspectiva do comportamento informacional, os coordenadores de colegiado de curso são considerados sujeitos da informação, uma vez que seu comportamento é influenciado pelas necessidades de informação para o desempenho de suas atividades.

Nesse sentido, os estudos de usuários e o comportamento informacional (envolvendo necessidade, busca e uso da informação) constituem os principais conceitos teóricos considerados nesta pesquisa. Destaca-se a importância de investigar os usuários da informação, aqui denominados sujeitos, e seu comportamentos informacional.

2.1 BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS DOS USUÁRIOS

Os Estudos dos Usuários são uma subárea da Ciência da Informação, que investiga os vários aspectos da interação do usuário com a informação e que, de acordo com a literatura, pode ser definido como aquele que utiliza determinados serviços com o objetivo final de obter informações sobre algo, “[...] usuários podem ser indivíduos com necessidades informacionais únicas e com características educacionais, psicológicas, sociais também únicas” (FIGUEIREDO, 1994, p. 19).

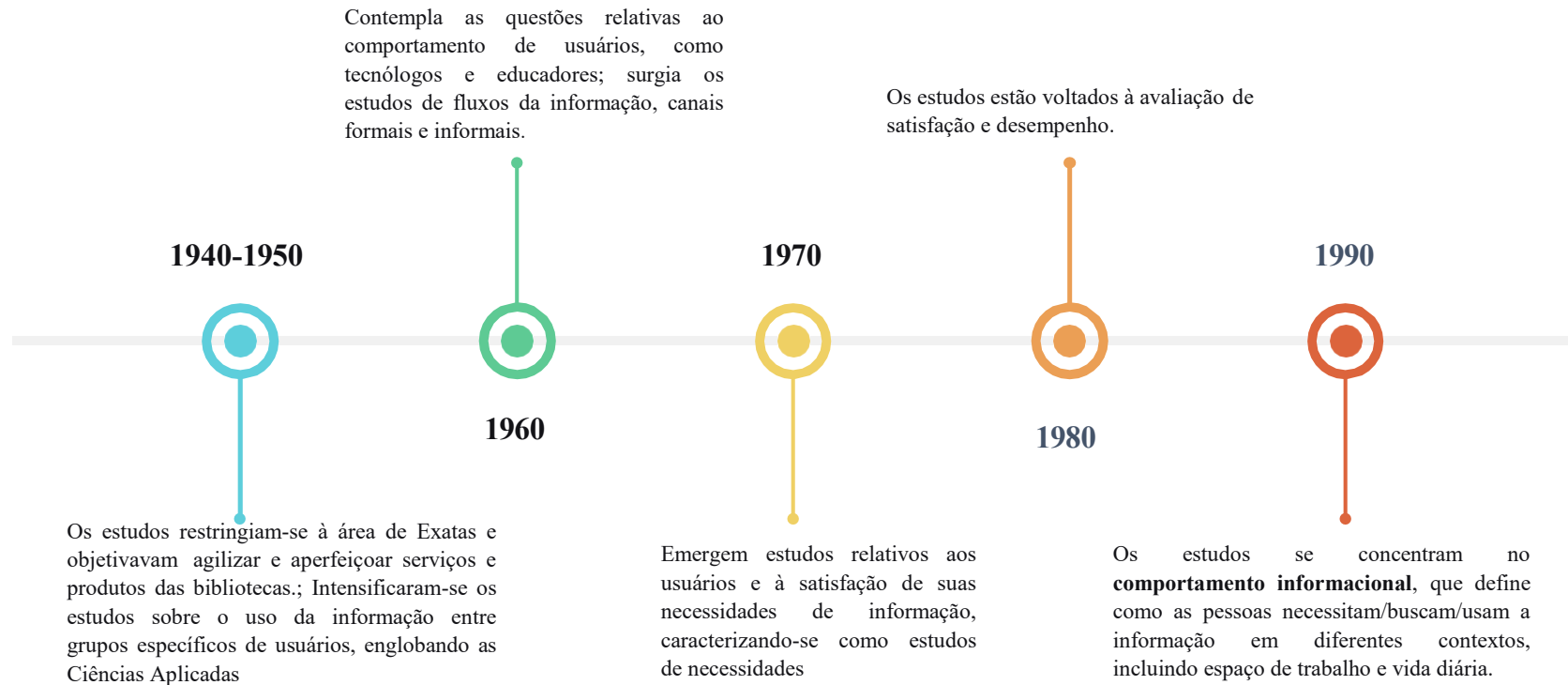
Na subárea em questão são realizadas investigações para entender as necessidades de informação dos indivíduos, ou para entender se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada. Por meio desses estudos, é possível verificar o porquê, como, e com que finalidade os indivíduos usam a informação, bem como os fatores que influenciam tal uso. (FIGUEIREDO, 1994, p. 7).

O seu surgimento está associado a dois importantes acontecimentos: o primeiro remonta à década de 1930, quando a Universidade de Chicago realizou um estudo sobre os hábitos de leitura de usuários de bibliotecas; o segundo momento está relacionado à Conferência de Informação Científica, realizada pela Royal Society, em 1948, como ponto de partida para uma maior preocupação na compreensão das necessidades dos usuários, “[...] a ênfase foi em tentar-se descobrir o uso da informação pelos cientistas e engenheiros, por serem as áreas nas quais

os problemas eram mais sentidos e os sistemas em uso mais se ressentiam das inadequações” (FIGUEIREDO, 1994, p. 9).

Ao longo do tempo, porém, outras questões passaram a ser objeto desses estudos, que os conduziram por diferentes etapas, como demonstra o mapeamento realizado por Figueiredo (1994), cujas principais ideias estão expressas na Figura 1.

Figura 1: Breve histórico dos Estudos dos Usuários



Fonte: elaborada pela autora com base nos dados de Figueiredo (1994).

Assim, os estudos têm seus primeiros momentos registrados no final dos anos 1940 e se desenvolveram durante as décadas de 1950 e 1960, com foco nos sistemas de informação denominada abordagem tradicional. Esses estudos visavam entender o uso da biblioteca em si, por meio de questionários e entrevistas para entender o que as pessoas liam, como usavam a biblioteca e com que frequência.

Nesse período, os estudos passam a contemplar questões relativas ao comportamento de usuários, como tecnólogos e educadores, surgindo estudos de fluxos da informação, canais formais e informais. Data desse período o crescimento de estudos que analisam os diferentes aspectos de busca e uso da informação, designando os estudos sobre “Necessidades e Usos da Informação”.

No final da década de 1970, houve uma mudança de paradigma que alterou o foco dos estudos de uma abordagem centrada nos sistemas de informação para uma abordagem centrada nos usuários (abordagem alternativa) que se debruça nos elementos fundamentais sobre usos e necessidades de informação, especialmente sobre as definições de informação e de necessidade, baseada em métodos e técnicas de coleta de dados mais utilizados nas Ciências Sociais, como observação, entrevistas, questionários, diários, levantamentos (*surveys*), grupo focal etc.

A partir do final de década de 1980, o foco nos usuários se expandiu de uma perspectiva cognitivista para uma perspectiva social (abordagem social) que pretendeu estudar os fenômenos que transcendem a estrutura cognitiva, ou seja, as investigações do comportamento informacional passaram a considerar além dos fatores cognitivos, os fatores sociais, culturais, afetivos e situacionais. Da mesma forma, a terminologia referente aos estudos transformou-se, de “estudos de usuários” para “estudos de comportamento informacional” (GASQUE; COSTA, 2010).

Os Estudos dos Usuários percorreram diferentes abordagens ao longo do tempo, partindo da Abordagem Tradicional, passando pela Abordagem Alternativa/Cognitiva e chegando à Abordagem Social. Esses estudos têm contribuído para compreender como os usuários interagem com a informação, suas necessidades e comportamentos informacionais, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de serviços e sistemas de informação mais adequados às demandas dos usuários.

A próxima subseção discorre sobre o comportamento informacional, que está relacionado ao objetivo geral desta pesquisa, que é verificar o comportamento informacional dos coordenadores de curso de graduação.

2.2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

Os estudos do comportamento informacional, também denominado estudo do usuário, remonta ao ano de 1948, quando foi realizada a Conferência da *Royal Society Information*, e diversos artigos sobre o termo foram apresentados por cientistas e tecnólogos, com outros enfoques, como uso da biblioteca e de documentos.

O comportamento informacional de usuários é uma nomenclatura decorrente de transformações paradigmáticas que tem sido utilizada em trabalhos recentes na CI para se referir às necessidades e ao uso de informação de usuários, conforme pontuam Gasque e Costa (2010). Está relacionado à identificação das necessidades de informação percebidas pelos sujeitos que buscam resolver seus problemas informacionais, o conceito de comportamento informacional também é descrito como “aquelas atividades de busca, uso e transferência de informação, nas quais uma pessoa se engaja quando identifica as próprias necessidades de informação” (WILSON, 1999, p. 249).

O mesmo autor propõe quatro definições relacionadas ao comportamento informacional, como segue:

- Comportamento informacional (*information behavior*): a totalidade do comportamento humano em relação ao uso de fontes e canais de informação, incluindo a busca da informação passiva ou ativa;
- Comportamento de busca da informação (*information seeking behavior*): a atividade ou ação de buscar informação em consequência da necessidade de atingir um objetivo. No curso da busca, o indivíduo pode interagir com sistemas de informação manuais (como um jornal ou uma biblioteca), ou com sistemas baseados em computador (como a *world wide web*);
- Comportamento de pesquisa da informação (*information searching behaviour*): o nível micro do comportamento, em que o indivíduo interage com sistemas de informação de todos os tipos; e
- Comportamento de uso da informação (*information use behaviour*): constitui o conjunto dos atos físicos e mentais, e envolve a incorporação da nova informação aos conhecimentos prévios do indivíduo.

Por sua vez, o comportamento informacional também pode ser descrito como “[...] o estudo de como as pessoas necessitam, buscam e atribuem significado à informação em

diferentes contextos, incluindo o local de trabalho e na vida cotidiana” (PETTIGREW; FIDEL; BRUCE, 2001, p. 44).

Já Gasque e Costa (2003, p. 55) em seus estudos sobre comportamento informacional e estudo de usuários envolvem alguns conceitos como:

- Necessidades de Informação – um déficit de informação a ser preenchido e que pode estar relacionado com motivos psicológicos, afetivos e cognitivos.
- Busca da Informação – ativa e/ou passiva – o modo como as pessoas buscam informações;
- Uso da Informação – a maneira como as pessoas utilizam a informação;
- Transferência da Informação – o fluxo de informações entre as pessoas;
- Estudos dos Métodos – identificação dos métodos mais adequados a serem aplicados nas pesquisas.

O comportamento informacional, juntamente com o processo de busca e, conseqüentemente, o uso da informação auferida, são temáticas relevantes para pesquisa na área da C.I., por isso é indispensável entender como é feito esse processo pelo coordenador de colegiado de curso de graduação, tanto para angariar conhecimento como para atender à demanda existente em seu ambiente de trabalho.

Nas décadas de 1980 e 1990, proliferaram na CI as pesquisas de cunho cognitivista e, entre elas, as que se debruçaram sobre o estudo das necessidades de informação dos usuários e seus comportamentos de busca, bem como sobre o uso da informação. Entre esses estudos, destaca-se aqueles que dizem respeito aos modelos ou padrões de comportamento de busca e uso da informação, como os desenvolvidos por Kuhlthau (1991), Taylor (1982) e Wilson (1981, 1996 e 1999). Cada um com sua abordagem, tais como: cognitivista, construtivista, behaviorista, entre outras. Ou seja, tais modelos se propõem a estudar a realidade a partir de um determinado ponto de vista ou com uma ênfase diferente das demais, podendo ser complementares. Sobre os modelos de comportamento de busca e uso de informação existentes, Wilson (1999) afirma que nem todos se propõem a descrever o mesmo conjunto de fenômenos ou atividades, sendo que alguns estão preocupados com padrões de comportamento na atividade de pesquisa real enquanto outros apresentam estágios de atividade, dentro dos quais podem ocorrer os diferentes padrões de comportamento.

Em suma, o estudo do comportamento informacional e do usuário é uma área relevante dentro da Ciência da Informação, que busca compreender como os indivíduos necessitam, buscam e utilizam a informação em diferentes contextos. Essas pesquisas contribuem para o

desenvolvimento de serviços e sistemas de informação mais adequados às necessidades dos sujeitos e promovem uma melhor compreensão do processo de busca e uso da informação.

2.2.1 Necessidades de informação

O comportamento dos indivíduos nos diversos ambientes em que se insere, gera e influencia suas necessidades informacionais, contudo, não há consenso na literatura sobre o termo “necessidade de informação”, “um dos assuntos mais complexos da área de estudos de usuários e ainda não se alcançou uma definição satisfatória sobre o assunto” (BETTIOL, 1990, p. 61) em que cada autor define o termo de acordo com o foco de sua abordagem.

Wilson, que defende uma abordagem centrada no sujeito, argumenta que as pessoas constroem seu mundo social a partir do mundo representacional que as cerca. As necessidades de informação surgem dessas tentativas de dar sentido ao mundo e começam a surgir no ambiente de trabalho e dos papéis que os indivíduos desempenham na vida social, incluindo os profissionais. O autor apresenta a necessidade informacional como uma experiência subjetiva que ocorre na mente de cada indivíduo em necessidade e, portanto, indisponível para o observador. Essa necessidade só pode ser descoberta por dedução, por meio do comportamento, ou por um ato de enunciação da pessoa que a detém (WILSON, 1981).

O autor apresenta três categorias propostas por psicólogos: fisiológicas, afetivas e cognitivas, estas são inter-relacionadas e uma necessidade pode motivar outra. Descreve que a necessidade de informação é uma necessidade secundária, motivada para satisfazer uma necessidade primária (física, cognitiva, afetiva), que estimula no indivíduo um comportamento voltado à busca de informação para satisfação dessa necessidade (WILSON, 1981. p. 4).

Opondo-se a esse caráter subjetivo da necessidade informacional, Derr (1983) destacou que a necessidade de informação não é um estado psicológico, mas uma condição objetiva.: “é a relação que existe entre a informação e a finalidade dessa informação para o indivíduo” (DERR, 1983, p. 276). Ainda segundo o autor, duas condições devem estar presentes a fim de serem caracterizadas como necessidade informacional: a existência de um propósito para a informação e que essa informação contribua para atingir esse propósito.

A necessidade informacional também é definida como “um estado ou um processo no qual alguém percebe a insuficiência ou inadequação dos conhecimentos necessários para atingir objetivos e/ou solucionar problemas, sendo essa percepção composta de dimensões cognitivas, afetivas e situacionais” (MIRANDA, 2006, p. 106). Com base na definição, concorda-se com a autora, uma vez que, ao deparar-se com um problema e não possuir o conhecimento necessário

para resolvê-lo, surge uma sensação de necessidade e incapacidade de solução. Esses sentimentos, por sua vez, impulsionam a busca por informações como uma estratégia para superar essa condição de inaptidão.

A autora conclui que alguns pesquisadores diferem na forma como o usuário e suas necessidades são percebidos. Enquanto um grupo de autores percebe o usuário pelo problema que ele tenta resolver, outro grupo procura apreender o que o usuário considera ser uma anomalia em seu estado de conhecimento diante de uma situação problemática. O terceiro grupo de pesquisadores procura compreender como o usuário atribui sentido ao seu mundo por meio da forma como ele usa a informação.

Para Dervin e Nilan (1986) a necessidade de informação é a percepção por uma pessoa de um estado (uma lacuna) no seu conhecimento que a impede de prosseguir na execução de uma atividade ou tomada de decisão. Ressalta que as características cognitivas e não observáveis das necessidades de informação (NI), aponta a existência de certas lacunas que podem levar a descontinuidade no conhecimento humano que, uma vez percebidas pelos indivíduos, provoca a necessidade de informação.

Ainda refletindo sobre as necessidades de informação, propõem-se duas compreensões das NI, como segue:

A **pesquisa tradicional**, em que a necessidade de informação é vista como o estado de necessidade de algo que o pesquisador chama de informação, focada no que o sistema possui, e não no que o usuário precisa. Na **pesquisa alternativa**, a necessidade de informação é quando a pessoa reconhece que existe algo errado em seu estado de conhecimento e deseja resolver essa anomalia, estado de conhecimento abaixo do necessário, estado de conhecimento insuficiente para lidar com incerteza, conflito e lacunas em uma área de estudo ou trabalho (DERVIN; NILAN, 1986, p. 17, grifos do original).

De acordo com Choo (2003, p. 405), as necessidades de informação surgem a partir de problemas, choques e ambiguidades, dentro de contextos e experiências específicas. O autor ressalta que esses contextos e situações não se limitam apenas a questões subjetivas, mas também estão relacionados à cultura organizacional, consenso, clareza dos objetivos, limites de tarefas e normas profissionais, ou seja, estão diretamente ligados ao ambiente em que ocorrem. Para alguns autores, as necessidades de informação não são constantes e muitas vezes surgem de circunstâncias relacionadas às atividades profissionais dos indivíduos. Essas necessidades podem ser influenciadas por diversos fatores, como características demográficas, que abrangem aspectos como idade, profissão, especialização, estágio na carreira e localização geográfica.

Nessa mesma linha, Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996) verificaram que as necessidades de informação no ambiente de trabalho, estão relacionadas às atividades profissionais de cada indivíduo e por

[...] variáveis que influenciam ou moldam as necessidades de informação dos profissionais que incluem dados demográficos (idade, profissão, especialização, estágio na carreira, localização geográfica), contexto (necessidade específica da situação induzida internamente ou externamente), frequência (necessidade recorrente ou nova), previsibilidade (necessidade antecipada ou inesperada), importância (níveis de urgência) e complexidade (facilmente resolvida ou difícil) (LECKIE; PETTIGREW; SYLVAIN, 1996, p. 182-183, tradução nossa).

Além disso, Taylor (1968) propõe uma análise minuciosa acerca da relação entre as necessidades de informação e a maneira pela qual o indivíduo empreende a busca por conhecimento. Para embasar sua argumentação, o autor delinea quatro diferentes níveis de necessidades informacionais:

Visceral: é uma necessidade real, mas não expressa, ou até mesmo uma necessidade inconsciente de informação que pode ser experimentada como uma vaga insatisfação.

Consciente: permite que o indivíduo descreva mentalmente sua dúvida.

Formalizada: o indivíduo é capaz de fazer uma declaração formal de sua necessidade.

Adaptada: a questão formal é apresentada ao sistema de informação.

O autor enfatiza que o grau de consciência que o indivíduo possui em relação a esses níveis definidos de suas necessidades é um fator essencial para aumentar suas chances de obter informações consideradas valiosas, demonstrativas, relevantes e, sobretudo, úteis para suas demandas informacionais. A compreensão desses níveis, portanto, torna-se um elemento determinante na busca pela informação, uma vez que possibilita uma orientação mais precisa e direcionada a consecução dos objetivos de pesquisa e no avanço do conhecimento científico.

Após a análise das complexidades inerentes às necessidades de informação e das múltiplas perspectivas teóricas que permeiam esse conceito, torna-se fundamental direcionar o foco para o estágio subsequente no processo informacional: a busca e o uso por informações.

2.2.2 Busca e Uso da Informação

A busca de informações começa com a necessidade ou estado inadequado do conhecimento. Segundo Choo (2003, p. 84), é um “processo pelo qual o indivíduo procura obter informações com um propósito definido para mudar o seu estado de conhecimento.”. O autor enfatiza que essa busca de informação não é uma simples tarefa mecânica de coletar informações, mas um processo complexo que envolve três dimensões principais: situacional,

cognitiva e afetiva.

A dimensão situacional está relacionada ao contexto em que ocorre a busca de informação, como as demandas do trabalho moldam a necessidade e o uso da informação. A dimensão cognitiva analisa como a informação é usada para suprir diferentes lacunas de influenciaram a busca da informação conhecimento. A dimensão afetiva examina como as emoções e o estado psicológico.

Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996) identificaram que os principais fatores que influenciaram a maneira da elaboração da busca informacional são: fontes de informação e conhecimento da informação. As fontes mais comumente referidas são colegas, bibliotecas, livros, artigos e a própria experiência. Essas fontes assumem diversos formatos e podem ser acessadas por diferentes canais, tanto os formais quanto os informais. Há fontes externas e internas, orais e escritas, pessoais e coletivas.

Ainda segundo os autores, o conhecimento direto ou indireto das fontes, do próprio processo de busca e da informação recuperada desempenham importante papel no sucesso da busca. Algumas variáveis que devem ser consideradas neste sentido são familiaridade ou sucesso em buscas anteriores, confiabilidade e utilidade da informação, apresentação, oportunidade, custo, qualidade e acessibilidade da informação. Esses fatores são interdependentes e estão relacionados ao ambiente de informação e às características do próprio profissional.

O comportamento de busca de informação também é descrito como a busca intencional de informações a partir de uma necessidade de satisfazer algum objetivo. No curso da busca, o indivíduo pode interagir com sistemas manuais de informação (como um jornal ou uma biblioteca) ou com sistemas baseados em computador (WILSON, 2000, p. 49). Dessa forma, o protagonismo do sujeito é enfatizado por meio de uma busca ativa intencional para satisfazer uma necessidade.

Wilson e Walsh (1996) identificaram oito variáveis que afetam a busca informacional: (a) variáveis pessoais; (b) emocionais; (c) educacionais; (d) demográficas; (e) sociais ou interpessoais; (f) ambientais; (g) econômicas; e (h) relacionadas às fontes de informação (tais como acesso, credibilidade e canais de comunicação). Esses fatores são intrínsecos ao contexto da busca de informação pelo sujeito, pois englobam as circunstâncias que permeiam aqueles que buscam material informativo para suprir suas necessidades informacionais.

Como observado por Kuhlthau (1993), durante o processo de busca de informação, os indivíduos passam por diferentes fases emocionais que afetam diretamente a forma como eles

conduzem sua busca. A autora argumenta que, à medida que os indivíduos avançam no processo, eles passam por fases de incerteza, confusão e frustração, e que é importante que eles saibam lidar com essas emoções para terem sucesso em sua busca.

Segundo Ellis e colaboradores (1993), a experiência prévia de busca informacional e a familiaridade com o assunto em questão são fatores importantes que influenciam a maneira como os indivíduos realizam sua busca.

Por sua vez, Case (2012) caracteriza o comportamento de busca de informação como um esforço consciente, que envolve uma variedade de comportamentos de um indivíduo para adquirir informação como resposta a uma necessidade ou a uma lacuna em seu conhecimento. A busca de informações é, portanto, um processo dinâmico e complexo, que envolve diversos fatores e dimensões, e que é influenciado pelo contexto e pelas características do próprio indivíduo.

O processo de busca e a transformação das informações obtidas em conteúdo aplicável para resolver um determinado problema é chamado de uso da informação, sendo, portanto, a finalidade do processo informacional

Para Wilson (2000), “o comportamento de uso da informação consiste em atos físicos e mentais que envolvem a incorporação da informação na base de conhecimento da pessoa”. Ou seja, a ação por parte do demandante de utilizar a informação, por meio das mais diversas formas, e absorvê-la interfere diretamente em seu conhecimento.

Da mesma forma, Choo (2003, p. 107) afirma que “o resultado do uso da informação é uma mudança no estado do conhecimento pessoal ou da capacidade comportamental”, de modo que o uso da informação abrange a seleção e o processamento da informação. A escolha das informações que atendam às suas necessidades depende da relevância para o problema que está sendo resolvido. Para o autor, a correlação é ponderada como um bom indicador do uso da informação.

Entre os fatores mais importantes que afetam o uso da informação, como apontado por Choo (2003, p. 110), estão “as atitudes do indivíduo em relação à informação e à sua busca, atitudes essas que são fruto da educação, do treinamento, da experiência passada, das preferências pessoais, etc.”. Esses fatores estão diretamente relacionados à base das capacidades de informação.

A ideia de Gasque (2008, p. 64) é que “o uso da informação se compõe de atividades em que o indivíduo se engaja para apreender a informação e transformá-la em conhecimento”. Para a autora, esse processo compreende habilidades intelectuais como decodificação,

interpretação, controle e organização do conhecimento. As duas primeiras habilidades, decodificar e interpretar, incluem atividades de leitura e pontes de ligação entre o conhecimento prévio e as novas informações. Com relação às duas últimas, controle e organização, dizem respeito à organização da informação através do uso de instrumentos cognitivos como esquemas, mapas conceituais, resumos, elaboração e interpretação de textos.

Tendo em vista que esta pesquisa verifica o comportamento informacional dos Coordenadores de colegiado de curso de administração na Universidade do Estado da Bahia, focando na necessidade, busca e uso de informação, o próximo passo consiste em investigar o impacto da Gestão Acadêmico-Administrativa e a Coordenação de Curso nesse contexto.

Essas esferas administrativas desempenham um papel fundamental na organização e direcionamento das atividades acadêmicas, apresentando o potencial de moldar e facilitar o acesso, compartilhamento e uso efetivo da informação pelos coordenadores.

Na próxima seção, será abordada a gestão acadêmica-administrativa e a interação entre os coordenadores e essas instâncias a fim de fornecer uma percepção sobre como os recursos e políticas institucionais são configurados para apoiar a tomada de decisão em uma universidade pública.

3 A GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA E A COORDENAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

A gestão acadêmico-administrativa é um elemento fundamental na estruturação e funcionamento das instituições de ensino superior. Ela engloba atividades que vão desde a definição dos objetivos e metas da instituição a coordenação das atividades exercidas, que englobam o planejamento, a organização, a coordenação e o controle de processos acadêmicos e administrativos nas IES. Esse tipo de gestão envolve diferentes áreas, como o gerenciamento de recursos financeiros e materiais, a gestão de pessoas, a coordenação de atividades de ensino, pesquisa e extensão, a promoção de políticas de inclusão e avaliação da qualidade dos cursos (PIMENTA; ANASTASIOU, 2015).

Ainda de acordo com os autores, a gestão acadêmica-administrativa é um processo contínuo que envolve a tomada de decisões, a implementação e avaliação de políticas e programas com o objetivo de assegurar o funcionamento eficaz das instituições de ensino superior. Tem como objetivo garantir a qualidade do ensino e a eficiência dos processos administrativos, buscando a excelência acadêmica e o desenvolvimento institucional (MORAES; BARBOSA, 2018).

Nesse contexto, é fundamental destacar que a gestão acadêmica-administrativa desempenha um papel central em qualquer instituição de ensino superior, uma vez que é responsável pela organização, planejamento e execução das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. A literatura especializada aborda uma ampla gama de atividades que são inerentes à gestão acadêmica, englobando o planejamento e a organização curricular, a gestão financeira, a administração de recursos humanos, a avaliação institucional, a política acadêmica, entre outras.

- O planejamento e organização curricular envolve a elaboração dos programas e planos de estudo, definição de cargas horárias, seleção de professores e gestão de matrículas.
- A gestão financeira é responsável pela captação e distribuição de recursos financeiros, pagamento de salários, aquisição de materiais e equipamentos, entre outros.
- A gestão de recursos humanos é responsável pela seleção, contratação e gerenciamento de professores e funcionários da instituição, bem como pela implementação de políticas de desenvolvimento profissional e treinamento.
- A infraestrutura e serviços de suporte envolvem a manutenção de edifícios, equipamentos e tecnologias, além de serviços de limpeza, segurança e alimentação.

- As atividades de pesquisa e extensão universitária são importantes para o desenvolvimento institucional, para a formação de profissionais qualificados e para o desenvolvimento da sociedade em geral.

As atividades mencionadas desempenham um papel fundamental na gestão das IES, uma vez que são responsáveis por garantir a formação de profissionais qualificados e o desenvolvimento da sociedade em geral.

Ao compararmos as atividades de gestão acadêmica-administrativas entre universidades públicas e privadas, torna-se evidente a presença de diferenças substanciais. Em universidades privadas, a gestão é pautada por uma lógica de mercado, na qual a maximização do lucro é uma das principais metas. Já em universidades públicas, a gestão é regulada por leis e normas específicas do Estado, e a obtenção de recursos financeiros depende em grande parte do financiamento público. Tais diferenças podem afetar diretamente a qualidade do ensino oferecido, bem como a missão e os objetivos das instituições de ensino superior.

Com base em autores da área de educação, pode-se listar algumas atividades específicas de gestão acadêmica-administrativas de universidades públicas e privadas, como se observa no Quadro 1.

Quadro 1: Atividades de gestão acadêmico-administrativas das universidades

Atividades de Gestão Acadêmica-administrativas	Universidades Privadas	Universidade Públicas
Desenvolvimento de pesquisas e projetos.		têm o papel de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, e, portanto, devem investir em pesquisas e projetos que contribuam para o avanço do conhecimento em diversas áreas.
Desenvolvimento de parcerias e projetos com o setor privado	têm o incentivo para estabelecer parcerias com empresas e outras instituições do setor privado, com o objetivo de promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.	
Gerenciamento do orçamento/financeira.	o lucro é um fator determinante e, portanto, a gestão financeira é uma atividade crítica.	dependem em grande parte do financiamento do governo, o que exige uma gestão cuidadosa e eficiente dos recursos disponíveis.
Marketing e publicidade	dependem da captação de alunos para se manterem competitivas no mercado, o que exige ações de marketing e publicidade.	
Planejamento e desenvolvimento curricular.		têm o compromisso de oferecer um ensino de qualidade e, portanto, devem desenvolver currículos que atendam às necessidades dos

		estudantes e do mercado de trabalho.
Políticas de inclusão/ bolsas e financiamentos.	podem oferecer políticas de bolsas e financiamentos específicos para seus alunos, com o objetivo de aumentar a captação de estudantes.	têm o compromisso de oferecer oportunidades educacionais para todos, independentemente de sua condição socioeconômica, raça ou gênero.
Seleção e contratação de docentes.	a escolha de professores é feita com base em critérios específicos, muitas vezes relacionados à sua experiência no mercado de trabalho.	a escolha de professores para as universidades públicas é feita com base em critérios específicos e em concursos públicos, com o objetivo de garantir a qualidade do ensino.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Estevão e Barbosa (2017).

Por ser uma tarefa complexa e multidimensional, a gestão das atividades acadêmico-administrativa requer um conjunto diversificado de habilidades e competências para ser executada com sucesso. Assim, a atuação dos gestores é essencial para assegurar o cumprimento dos objetivos institucionais, a manutenção da qualidade do ensino e a maximização dos resultados alcançados.

No âmbito específico da gestão dos cursos de graduação em universidades públicas, são enfrentados diversos desafios, como a economia de recursos financeiros e humanos, bem como a excessiva burocracia e a resistência à gestão. Diante desses desafios, os pesquisadores argumentam que é necessário promover a colaboração entre as diferentes áreas da universidade, fortalecer parcerias com outras instituições e setores da sociedade, e estimular uma postura de abertura e diálogo.

Um dos aspectos críticos para a efetiva gestão é a não adoção de uma estratégia adequada para geração, tratamento, interpretação e utilização da informação. Conforme apontado por Silva (2012), a ausência dessas práticas gera duas situações negativas no desempenho institucional: a falta de embasamento para a tomada de decisão ou a sobrecarga de informações, gerando dificuldades para a tomada de decisões gerenciais.

Dessa forma, a compreensão da natureza e do papel da informação nas atividades de gestão é fundamental para que os gestores possam lidar com a complexidade e a dinamicidade do ambiente universitário. A informação é considerada um recurso estratégico para a gestão acadêmica, confiante para a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, o comportamento informacional pode ser definido como as atividades de busca, uso e transferência de informação, nas quais uma pessoa se engaja quando se identifica as próprias necessidades de informação, Wilson (1999, p. 249). Portanto, é possível

afirmar que o comportamento informacional dos coordenadores de curso pode interferir diretamente na gestão acadêmico-administrativa da instituição.

Segundo Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996), o comportamento informacional engloba as atividades e processos pelos quais as pessoas buscam, acessam, avaliam e utilizam informações para atender às suas necessidades. No contexto acadêmico, os gestores se deparam com uma ampla gama de informações, como registros de alunos, dados financeiros e acadêmicos, entre outros. Compreender como eles lidam com essas informações pode aprimorar a eficiência da gestão acadêmica-administrativa.

Dessa forma, é possível afirmar que a relação entre o comportamento informacional e a gestão acadêmica é evidente, uma vez que a informação é um elemento chave para o gerenciamento das atividades acadêmicas e administrativas da universidade. A próxima subseção abordará as principais demandas e responsabilidades dos coordenadores de curso de graduação, bem como os desafios enfrentados no desempenho dessas atividades.

3.1 A COORDENAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

No contexto da Reforma Universitária promulgada pela Lei nº 5.540 em 28 de novembro de 1968, a Coordenação de Curso de graduação foi estabelecida como um órgão colegiado responsável pelo ensino de graduação. Tal iniciativa teve como provocação a substituição dos Conselhos Técnicos Administrativos e Congregações. Além disso, a referida lei instituiu outras mudanças no sistema educacional superior, tais como a criação dos departamentos como a menor estrutura acadêmica da universidade, o sistema de crédito (matrícula por disciplina), o vestibular classificatório e a definição de padrões de organização e funcionamento das Coordenações de Colegiado.

Além disso, a Reforma Universitária estabeleceu em seu artigo 13 a criação de órgãos centrais de supervisão do ensino e da pesquisa, com atribuições deliberativas e participação dos docentes. O segundo inciso do mesmo artigo previa a criação de um colegiado para a coordenação didática de cada curso, composto por representantes das unidades que participem do respectivo ensino. Tal medida foi consolidada com a adoção da denominação Coordenação de Curso, que prevaleceu em detrimento de outras como Comissão de Integração Curricular, Comissão de Carreira, Congregação de Carreira e Conselho de Curso, entre outras, adotadas por diferentes instituições de Ensino Superior para se adequar às novas exigências legais. Sabadia (2000).

Ainda segundo o autor, a Coordenação de Curso de graduação tem sido uma instância importante na organização dos cursos de graduação no Ensino Superior brasileiro, cumprindo um papel fundamental na definição de políticas, diretrizes e normas para o ensino, pesquisa e extensão universitária, assim como na tomada de decisões colegiadas e na representação dos interesses dos docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos.

No que tange à composição do Colegiado de Curso, é importante destacar que, naquela época, havia uma grande diversidade, com predominância da composição formada por um coordenador do colegiado, representantes dos departamentos e representante do corpo discente. “O coordenador do colegiado era nomeado pelo Reitor ou designado a partir da lista tríplice, nas federais; nas universidades estaduais é escolhido pelo próprio colegiado e nos particulares é designado pelo Reitor a partir da lista tríplice apresentada pelo respectivo colegiado.” (GONÇALVES, 1984, p. 27).

Sob o amparo da Constituição Federal (CF) em 1988, o colegiado nas instituições públicas recebeu amparo, especialmente no art. 206, incisos VI e VII, que estabelece a gestão democrática no ensino público e o padrão de qualidade necessário à educação do país. A partir dessa legislação, instaurou-se o debate sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada sob o nº 9.394/96 em 20 de dezembro de 1996.

A LDBEN, baseada na influência do modelo norte-americano de universidade, reafirmou os princípios mantidos na CF, a exemplo do artigo 56 que prevê que “as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.”. Além disso, introduziu na educação superior, o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das instituições de ensino em nível superior, subordinando os credenciamentos e reconhecimentos ao desempenho mensurado por esta avaliação.

Observa-se que as novas configurações no ensino superior influenciaram os procedimentos administrativos e acadêmicos das universidades. As determinações legais que antes exigiam a existência de departamentos foram abolidas, o que levou a maioria das instituições a adotar a coordenação de curso como nova estrutura organizacional responsável pela gestão dos cursos superiores.

De acordo com Anastasiou (2009), a coordenação é definida como o ato ou efeito de coordenar, que é coordenar junto, concatenar elementos ou atividades e gerenciar projetos ou departamentos, sendo responsável pelo seu processo. A autora destaca que a coordenação

carrega o sentido de “fazer combinação ou ajustar (de), acertar-se, manter ou tornar sincrônico ou harmonioso, conjugar, concatenar, interligar, organizar-se de forma metódica, estruturar”. (ANASTASIOU, 2009, p. 224).

Por sua vez, Rangel define coordenação como co-ordenar, que significa organizar em comum e integrar, e, portanto, prever e prover aproximações no trabalho, a partir dos fundamentos do seu Projeto”. Para auxiliar na construção da epistemologia da coordenação, a autora estabelece três classificações para a função de coordenação: a coordenação gestora, a coordenação de disciplinas e a coordenação pedagógica.

A coordenação gestora, conforme Rangel (2001), é responsável pela gestão administrativa e financeira do curso, tendo como objetivo garantir a eficiência e eficácia da organização curricular. Essa classificação está relacionada com as atividades de planejamento, organização, controle e avaliação dos recursos materiais, financeiros e humanos, buscando sempre a otimização dos processos educacionais.

A coordenação de disciplinas, por sua vez, é responsável pela coordenação e integração dos conteúdos e das metodologias de ensino das disciplinas que compõem o curso. Segundo Rangel (2001), essa classificação visa garantir o acompanhamento da unidade do curso, assegurando a interdependência dos conhecimentos e habilidades adquiridas pelos estudantes. Nesse sentido, a coordenação de disciplinas deve promover a interação entre os docentes, estimulando a troca de experiências e o desenvolvimento de projetos integrados.

Por fim, a coordenação pedagógica é responsável pela orientação e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Essa classificação está relacionada com as atividades de planejamento, organização e avaliação das estratégias pedagógicas, buscando sempre a efetivação da aprendizagem significativa e a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos. Segundo Rangel (2001), a coordenação pedagógica deve ser capaz de identificar as dificuldades e potencialidades dos alunos, promovendo intervenções pedagógicas que possibilitem a superação dos obstáculos e a maximização das competências e habilidades.

A epistemologia da coordenação proposta por Rangel (2001) traz importantes contribuições para a compreensão da função da coordenação no contexto acadêmico. A classificação das três dimensões – coordenação gestora, coordenação de disciplinas e coordenação pedagógica – oferece uma perspectiva ampla e integrada da função de coordenação, capaz de contribuir para a eficiência e eficácia dos processos educacionais.

O papel da coordenação de curso de graduação é dinâmico devido ao diálogo que desenvolve entre as diferentes instâncias educacionais, sejam elas docentes, discentes, funcionários, diretores e sociedade. Essa realidade requer diálogo contínuo e reflexão crítica sobre as práticas e saberes pedagógicos relacionados aos processos educativos.

3.1.1 O Papel do Coordenador de Colegiado de Curso de Graduação Presencial

Nos últimos anos, a atuação dos coordenadores de curso de graduação passou por uma grande transformação. O coordenador de curso deixou de ser exclusivamente acadêmico para assumir uma série de atribuições mais amplas, complexas e tecnológicas. Segundo Canário (1999), o coordenador de curso é uma figura-chave no contexto universitário, tendo como responsabilidade articular as diversas atividades que compõem o processo de ensino e aprendizagem.

O coordenador de curso de exerce um papel fundamental na gestão acadêmica e administrativa, assumindo também a função de Presidente do Colegiado. Suas responsabilidades abrangem diversas dimensões, incluindo aspectos políticos, gerenciais, acadêmicos e institucionais. De acordo com Franco (2002), essas quatro dimensões são de extrema importância para o desempenho efetivo do coordenador.

No contexto acadêmico, o coordenador deve possuir habilidades de liderança, gestão e comunicação, visando promover uma gestão participativa e democrática. É essencial que ele seja capaz de engajar docentes, estudantes e demais colaboradores do curso, incentivando a participação ativa de todos os envolvidos. Além disso, o coordenador desempenha o papel de facilitador do processo de aprendizagem, criando um ambiente propício para o processo pedagógico.

Além das questões acadêmicas, o coordenador também exerce funções gerenciais, sendo responsável pela coordenação das atividades administrativas do curso. Isso inclui a organização do planejamento curricular, a definição de metas e objetivos, a alocação de recursos e a supervisão das atividades realizadas. Uma gestão eficiente requer habilidades de gerenciamento, capacidade de tomar decisões estratégicas e de lidar com desafios e conflitos.

Outras responsabilidades do coordenador de curso de graduação incluem a gestão dos recursos humanos e financeiros do curso, a representação do curso junto a órgãos internos e externos à instituição e a promoção de iniciativas que visem a melhoria da qualidade do ensino. É importante destacar que o coordenador deve manter uma postura proativa e inovadora,

buscando sempre novas soluções e alternativas que que potencializem o desempenho do curso e atendam às expectativas dos alunos e da sociedade.

No âmbito político, o coordenador atua como representante do curso e do Colegiado, buscando promover os interesses e necessidades dos estudantes, professores e demais envolvidos. Isso envolve fortalecer parcerias com outras áreas da instituição, bem como com instituições externas, e participar de discussões e processos decisórios que impactam a área acadêmica.

Por fim, o coordenador possui uma dimensão institucional, pois suas ações e decisões estão inseridas em um contexto mais amplo da instituição de ensino. Isso requer uma compreensão dos objetivos e diretrizes da instituição, bem como a capacidade de alinhar as políticas e práticas do curso às metas institucionais. A Figura 2 demonstra algumas das responsabilidades dos coordenadores de curso.

Figura 2: Atribuições e responsabilidades dos Coordenadores de Curso



Fonte: Elaborada pela autora com base em Franco (2002), Sabadia, Pagnoncelli e Carvalho (2016), Gonçalves e Franco (2016) e Anastasiou (2016).

De acordo com Sabadia, Pagnoncelli e Carvalho (2016), os coordenadores de curso de graduação têm um papel fundamental no desenvolvimento do projeto pedagógico do curso, que deve ser elaborado de forma participativa e em consonância com as diretrizes e normas protegidas pelo MEC. Além disso, devem acompanhar e avaliar constantemente o desempenho dos alunos, promover ações de apoio e orientação acadêmica, bem como coordenar e organizar o planejamento e desenvolvimento das disciplinas.

Gonçalves e Franco (2016) destacam que os coordenadores de curso de graduação têm um papel importante na gestão dos recursos didáticos e pedagógicos, como laboratórios, bibliotecas e salas de aula. Eles devem garantir a satisfação desses recursos às necessidades do curso, bem como coordenar o processo de seleção, contratação e formação dos professores.

Anastasiou (2016) destaca que os coordenadores de curso de graduação devem ser capazes de lidar com a diversidade dos alunos e dos professores, promovendo um ambiente de respeito e diálogo entre todos os envolvidos. Além disso, devem estimular a formação continuada dos professores e coordenar a avaliação institucional do curso.

Já Franco (2002) ressalta que os coordenadores de curso de graduação têm um papel fundamental na integração entre ensino, pesquisa e extensão. Eles devem estimular e incentivar a produção científica dos professores e dos alunos, bem como coordenar ações de extensão que possam contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

É importante ressaltar que as responsabilidades acadêmicas e administrativas dos coordenadores de curso variam de acordo com a instituição, mas é fundamental que eles estejam preparados para lidar com os desafios da gestão acadêmico-administrativa e buscar constantemente a melhoria e qualidade do ensino.

Os coordenadores de curso frequentemente tomam decisões relevantes que interferem diretamente a qualidade do ensino, na formação dos alunos e na gestão do curso como um todo. Portanto, a administração da universidade deve perceber esses sujeitos, fornecer informações relevantes e atualizadas para que possam tomar decisões consistentes e documentadas. Isso contribui para aprimorar a gestão acadêmico-administrativa e criar um ambiente acadêmico saudável e produtivo, no qual os alunos podem desenvolver suas habilidades e competências, os professores podem aprimorar suas práticas pedagógicas e a instituição possam consolidar sua posição como referência na formação de profissionais de qualidade.

Outrossim, a facilidade de acesso às informações também pode ser um fator determinante para a agilidade e eficiência das tomadas de decisão. Quando os coordenadores têm que lidar com a falta de informação ou com dificuldades para acessá-las, podem ocorrer atrasos e prejuízos na gestão acadêmico-administrativa do curso. Portanto, é essencial que a administração central da universidade adote medidas para garantir que as informações necessárias estejam disponíveis de forma clara, organizada e acessível para os coordenadores de curso.

Por fim, é importante ressaltar que a gestão acadêmica e administrativa de um curso de afiliado não se resume apenas ao trabalho do coordenador. É necessário que haja uma equipe

engajada e comprometida, composta por professores, funcionários e alunos, para que os objetivos do curso possam ser alcançados.

4 TRILHA METODOLÓGICA

Nesta seção, é apresentada a metodologia empregada na pesquisa, a qual inclui a caracterização do estudo, a descrição do ambiente de pesquisa, a definição da população e amostra utilizada, bem como as técnicas empregadas para coletar e analisar os dados obtidos.

4.1 MÉTODO DE PROCEDIMENTO E NÍVEL DA PESQUISA

A caracterização da pesquisa compreende a definição, abordagem, delineamento e natureza da pesquisa, conforme demonstrado na Figura 3.

Figura 3: Caracterização da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para realização deste trabalho foi adotado o estudo de caso. Segundo Yin (2001), o estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em Ciências Humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado. Assim, a compreensão do comportamento informacional foi investigada no contexto real, por meio de pesquisa descritiva, de natureza quanti-qualitativa.

A pesquisa descritiva objetiva a solução de problemas, melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas. Seu objetivo primordial é descrever as características de uma população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis (GIL,

2011). Usualmente são utilizadas técnicas de coleta de dados padronizadas, como questionários, e observação sistemática para obtenção dos dados (GIL, 2011).

As pesquisas do tipo quantitativas são indicadas quando da possibilidade de medidas quantificáveis a partir de amostras numéricas ou da busca de padrões numéricos, relacionados a conceitos cotidianos, que representam determinado universo, de maneira que os dados obtidos possam ser generalizados para aquele universo, permitindo traçar um histórico de informação. Caracterizam-se pela utilização de quantificação nas modalidades de coleta de informações (RICHARDSON, 2009).

Já as pesquisas qualitativas têm uma característica exploratória. O pesquisador desenvolve entendimentos a respeito de fatos, pessoas e grupo de pessoas, a partir de padrões que são descobertos com os dados que são coletados: “[...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores [...]” (MINAYO, 2014, p. 57). Contudo, como se verifica em Chizzotti (2003, p. 232):

[...] os pesquisadores que optaram pela pesquisa qualitativa, ao se decidirem pela descoberta de novas vias investigativas, não pretenderam, nem pretendem furtar-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la.

Com a evolução da pesquisa, em especial no ambiente científico, tornou-se possível um tipo de pesquisa que envolva tanto o método quantitativo, quanto o qualitativo. Assim, um método pode complementar o outro, de forma que a pesquisa se torne mais precisa e mais concernente com a realidade que se apura. Conforme Valentim (2005, p. 19),

[...] a articulação da pesquisa qualitativa e quantitativa é importante, porquanto elas devem ser complementares e não excludentes. Acredita-se que o desenvolvimento de pesquisas científicas, nas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, são plurais e, portanto, aceitam diferentes tipos de pesquisa.

E Alves e Aquino (2012, p. 89), ao analisarem a origem, o desenvolvimento e a utilização da pesquisa qualitativa do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), verificaram que

[...] no entanto, também é significativa a presença das pesquisas mistas (quanti-qualitativas), que perfizeram um percentual de 37,9% das dissertações depositadas, o que indica uma compreensão aberta para as possibilidades de triangulação de métodos de abordagem, de coleta e análise de dados, fato que

possibilita uma apreensão, ao mesmo tempo, mais ampla e profunda do recorte da realidade que se configurou como objeto de pesquisa.

Quanto ao objetivo, de acordo com Sampieri e Collado (2006, p. 101), se configura como uma pesquisa de tipo descritiva, pois oferece um instantâneo de uma realidade, a partir da apresentação de algumas de suas características definidoras, ou seja, “busca dizer como é e como se manifesta determinado fenômeno”. Sob o ponto de vista da sua orientação, a pesquisa tem como foco o sujeito já que o objetivo é analisá-lo no seu dia a dia.

4.2 CONTEXTO INSTITUCIONAL DA INVESTIGAÇÃO

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) teve início com o Decreto nº 21.455, promulgado em 29 de setembro de 1969, que instituiu o Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA) com o objetivo de formar e aperfeiçoar professores de escolas do ensino fundamental e médio da Bahia, Sergipe e Alagoas, além de oferecer disciplinas especiais como educação familiar, tecnologia agrícola, tecnologia empresarial e artesanato.

Em 10 de abril de 1974, o Centro transformou-se em Fundação, permanecendo com a sigla CETEBA e em 1980 foi extinto juntamente com outras entidades do estado, dando lugar à Secretaria de Ensino Superior do Estado da Bahia (SESEB)

Em junho de 1983 a SESEB que reunia e integrava os cursos mantidos pelo extinto CETEBA, pela Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, pelas Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus e pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Caetitê e de Juazeiro foi extinta pela Lei Delegada nº 66, de 1º de junho de 1983, e por essa mesma lei criou-se a UNEB.

Constituída pelas unidades vinculadas àquela Superintendência e pela Faculdade de Educação do Estado da Bahia, localizada em Salvador, e pela Faculdade de Educação em Senhor do Bonfim, criadas posteriormente. A UNEB teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Presidencial nº 92.937, de 17 de julho de 1986, seu reconhecimento pela Portaria Ministerial n.º 909, de 31 de julho de 1995, e foi reestruturada pela Lei Estadual n.º 7176, de 10 de setembro de 1997. (UNEB, 2012).

A UNEB é uma instituição autárquica de regime especial que tem como objetivo principal promover o ensino, a pesquisa e a extensão. Sua estrutura organizacional é baseada no modelo multicampi e multirregional, onde os antigos centros e faculdades foram substituídos por campi e departamentos. Como uma instituição administrada de forma descentralizada, a

UNEB está vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, tendo sua sede e foro na cidade de Salvador e abrangência em todo o território baiano.

No que se refere à espacialização e organização do território baiano, a existência da UNEB pode ser verificada sob diferentes perspectivas, incluindo divisões político-administrativas adotadas pelo estado e configuradas por territórios identitários como referência para planejamento e ações do governo. Assim, foram reconhecidos 27 Territórios de Identidade, dos quais a UNEB está presente em 26, com oferta de cursos presenciais e a distância, como pode ser observado na Figura 4.

Figura 4: Mapa representativo da presença da UNEB nas diversas regiões da Bahia



Fonte: UNEB (2022).

Para Fialho (2005, p. 70), a universidade multicampi anuncia uma instituição de configurações específicas no espaço:

Como uma instituição presente em diferentes regiões do Estado, convive com realidades diversas, e diversas não somente porque multifária, pois variados são também os graus de desenvolvimento de cada uma dessas regiões e centros urbanos onde se encontra instalada. Peculiar, tal configuração promove condições para lidar com o plural, com o comum, com o diferente, com o local, com o característico, com o novo, com o desigual, com o secular.

No entanto, a complexidade da organização multicampi suscita questões de gestão e desempenho acadêmico. Esse tipo de organização sugere uma administração descentralizada que respeita a cultura e as identidades locais, reconhecendo que as regiões e os lugares apresentam realidades específicas. Estas especificidades espaciais devem ser consideradas de maneira diferenciada pela universidade, a fim de integrar de forma mais efetiva o contexto sócio-histórico-cultural em seus projetos acadêmicos e pedagógicos. E, com isso, aproximar a universidade das comunidades e auxiliar na promoção do desenvolvimento local e regional.

Atualmente, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) oferece uma ampla variedade de opções educacionais, contando com um total de 158 cursos de graduação distribuídos em diversas áreas do conhecimento. Desse conjunto, 94 cursos são direcionados à formação de professores (licenciaturas), 63 são bacharelados e 1 possui natureza tecnológica. Essa diversidade de cursos de graduação é essencial para atender às demandas e necessidades dos estudantes em suas áreas de interesse específicas.

Importante destacar que o ingresso dos estudantes nos cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto a distância, na UNEB, ocorre por meio de um processo seletivo próprio, vestibular, além da possibilidade de adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU). É relevante ressaltar que os processos seletivos admitidos pela instituição têm como característica central garantir o acesso ao Ensino Superior para aqueles que residem nas diversas regiões de identidade, em consonância com o modelo multicampi adotado pela universidade.

No que se refere à pós-graduação, a Uneb oferece um total de 26 programas, sendo 24 deles de mestrado e 6 de doutorado. Esses programas de pós-graduação desempenham um papel fundamental na formação de pesquisadores altamente qualificados e na produção de conhecimento científico de relevância.

Com base no Art.8º do Regimento Geral da UNEB (2012, p. 8), a estrutura da Universidade está assim organizada:

Art. 8º. Compreendem a administração da Universidade:

I - Órgãos de Administração Superior: a) Órgãos Superiores Deliberativos; e, b) Órgão Superior Executivo.

II - Órgãos de Administração Setorial: a) Órgãos Deliberativos; e, b) Órgãos Executivos.

III - Órgãos Suplementares; e, IV - Órgãos de Apoio Acadêmico-Administrativo.

§ 1º São órgãos deliberativos da Administração Superior:

I - o Conselho Universitário (CONSU);

II - o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE); e,

III - o Conselho de Administração (CONSAD);

§ 2º Órgão executivo da Administração Superior:

I - a Reitoria.

§ 3º São órgãos deliberativos da Administração Setorial:

I - os Conselhos de Departamento; e,

II - os Colegiados de Curso;

§ 4º São órgãos executivos da Administração Setorial:

I - Diretoria de Departamentos.

Os Departamentos que compõem a Estrutura da UNEB, segundo o Regimento Geral da UNEB (2012, p. 42), possuem as seguintes funções:

I - Gabinete da Direção;

II - Colegiado de Curso;

III - Coordenação Administrativa;

IV - Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil;

V - Coordenação Acadêmica: a) Secretaria Acadêmica;

VI - Coordenação de Biblioteca;

VII - Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

VIII - Coordenação de Laboratórios;

IX - Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPES): a) Secretaria.

Dentro da estrutura organizacional da UNEB, a responsabilidade de coordenar os cursos de graduação é atribuída ao coordenador do colegiado de curso de graduação e o seu funcionamento é regulamentado pelo Regimento Geral da Universidade, que teve sua última atualização aprovada em 17 de julho de 2019 pelo Conselho Universitário (CONSU).

Na próxima subseção, será abordado o conteúdo do Regimento Geral direcionado aos coordenadores de colegiado, destacando a referência normativa institucional que define essa função.

4.2.1 A Coordenação de Curso de Graduação da UNEB

A Subseção II do artigo 97 do Regimento descreve o colegiado como um órgão setorial deliberativo, específico da administração acadêmica universitária, responsável pela

coordenação didático-pedagógica dos cursos de graduação, sequenciais e dos programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Conclui-se, portanto, que para exercer a coordenação didático-pedagógica de cada curso, é estabelecido um órgão colegiado deliberativo, responsável por tomar decisões no âmbito de cada curso, de acordo com as práticas estabelecidas no ensino superior.

Quanto ao funcionamento do colegiado, este deve atuar em articulação com o Departamento no que diz respeito ao planejamento, execução e avaliação das atividades acadêmicas. Além disso, deve seguir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) em suas atribuições, bem como coordenar-se com a Coordenação Acadêmica do Departamento e com as Pró-Reitorias Acadêmicas, de acordo com a natureza do curso, no exercício do controle acadêmico e da integralização curricular do corpo discente (UNEB, 2012). É importante destacar que o coordenador do colegiado de curso está presente na composição do CONSEPE e no Conselho de Departamento, o que fortalece o seu papel.

O Regimento determina que o colegiado seja composto por docentes representantes das disciplinas ou eixos articuladores definidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), escolhidos pelo conselho de departamento, para um mandato de dois anos, com possibilidade de recondução. O órgão também deve contar com representação do corpo discente em número de 1/5 (um quinto), eleitos de acordo com as regras estipuladas no Estatuto de sua entidade representativa, com mandato de um ano, permitida apenas uma recondução.

A coordenação do colegiado de curso fica a cargo de um professor do quadro docente do Departamento ao qual o curso está vinculado, que ministre disciplinas, componentes curriculares ou eixos relacionados ao curso, sendo eleito pela plenária do colegiado (artigo 99). O mandato do coordenador é de dois anos, com possibilidade de uma recondução.

No que se refere às atribuições do colegiado de curso, é importante destacar aquelas relacionadas à relação pedagógica e à promoção da qualidade dos cursos, visando estimular novas matrículas, bem como garantir a permanência dos alunos. As competências do colegiado de curso estão elencadas no artigo 100 do Regimento:

- I. Elaborar e manter atualizado o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- II. Orientar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades didático-pedagógicas, propondo e recomendando modificações nas diretrizes gerais dos programas didáticos do curso;
- III. Propor reformulações curriculares ao CONSEPE, por intermédio da PROGRAD ou da PPG, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais

- (DCN) e nas resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE), com aprovação do Conselho de Departamento;
- IV. Analisar, acompanhar e avaliar a execução do currículo do curso;
- V. Estimular atividades docentes e discentes de interesse do curso;
- VI. Identificar, atualizar e aplicar estratégias de melhoria da qualidade do curso;
- VII. Otimizar o fluxo curricular para uma orientação adequada do corpo discente; [...]
- XIII. Acompanhar o cumprimento do tempo de integralização do curso por parte dos estudantes;
- XIV. Analisar parecer emitido por docente integrante do colegiado sobre dispensa de disciplinas, componentes curriculares ou eixos curriculares e submetê-lo ao Conselho de Departamento para os devidos procedimentos junto ao CONSEPE;
- XV. Promover a equivalência de disciplinas, componentes curriculares ou eixos curriculares para efeito de integralização curricular, em caso de alteração no PPC;
- XVI. Realizar levantamento de vagas para matrícula especial em suas diversas modalidades e encaminhar ao Conselho de Departamento para as providências necessárias;
- XVII. Propor a oferta de disciplinas, componentes curriculares ou eixos curriculares em situações especiais, desde que haja uma demanda justificável, disponibilidade docente e tempo hábil para oferecê-los de acordo com o Calendário Acadêmico vigente;
- XVIII. Realizar estudos de acompanhamento dos egressos em articulação com a PROGRAD, PPG e PRAES; e,
- XIX. Avaliar a manutenção da oferta do curso de graduação ou programa de pós-graduação;
- XXII. Desempenhar outras atividades inerentes à sua área de competência. (UNEB, 2012, p. 43-47).

Além disso, o Regimento, em seu artigo 101, descreve as competências atribuídas ao Coordenador do Colegiado de Curso:

- I. Convocar e presidir as reuniões, estabelecendo a pauta de trabalho;
- II. Representar o Colegiado junto ao CONSEPE e ao Conselho de Departamento;
- III. Designar relatores para os processos;
- IV. Coordenar os debates, intervindo para esclarecimentos;
- V. Cumprir e garantir o cumprimento das normas e decisões que regulamentam os processos acadêmico-administrativos da Universidade no âmbito do colegiado;
- VI. Esclarecer questões de ordem suscitadas;
- VII. Coordenar a elaboração e submeter, no prazo estabelecido, o Plano Operativo Anual do Colegiado à instância competente;
- VIII. Encaminhar ao CONSEPE, por meio da Direção do Departamento, as decisões do colegiado, quando aplicável;
- IX. Submeter à plenária do colegiado, ao final de cada semestre, os programas e planos de ensino das disciplinas, componentes curriculares ou eixos curriculares elaborados pelos professores para a composição do plano de curso a ser desenvolvido no período subsequente;

- X. Apresentar ao Departamento, para as devidas providências, ao final de cada semestre letivo, o Relatório das Atividades desenvolvidas, bem como o Plano de Trabalho do Colegiado no início do mandato;
 - XI. Tomar as medidas necessárias para coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas do curso;
 - XII. Atualizar dados e informações referentes à oferta e funcionamento dos cursos de graduação e programas de pós-graduação nos sistemas informatizados da Universidade e do Ministério da Educação (MEC); e,
 - XIII. Exercer outras atribuições delegadas pelo Conselho de Departamento.
- (UNEB, 2012, p. 48).

No referido artigo, observa-se que são exigidas diversas competências do Coordenador do Colegiado de Curso de Graduação, havendo também atribuições relacionadas ao seu papel como docente, pesquisador e membro de alguns órgãos colegiados da instituição.

No que se refere às atribuições específicas do coordenador de Colegiado de curso, o Regimento destaca algumas funções, tais como convocar e presidir reuniões, representar o colegiado, designar relatores de processos, encaminhar decisões aos órgãos competentes da Universidade, bem como apresentar relatórios e planos. O papel do coordenador é resumido como sendo aquele responsável por “cumprir e zelar pelo cumprimento das normas e decisões que disciplinam os processos acadêmico-administrativos da Universidade, no âmbito do colegiado” (UNEB, 2012, p. 48).

4.3 SUJEITOS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Inicialmente, o escopo da presente pesquisa englobava um total de 39 coordenadores de cursos de presenciais da Universidade do Estado da Bahia, que ocupavam essa posição nas áreas da região Metropolitana de Salvador, Litoral Norte e Agreste Baiano, considerando a estrutura multicampi da referida instituição. No entanto, durante uma etapa de pré-teste realizada nos dias 14 e 17 de outubro de 2022, a maioria dos coordenadores não aderiu ao convite de participação e não respondeu ao procedimento aplicado. Em decorrência disso, houve a necessidade de reestruturar a amostra original.

Nesse contexto, um dos participantes, que anteriormente ocupava o cargo de coordenador de colegiado de curso, ofereceu informações valiosas que permitiram a reorganização da amostra da pesquisa. Como resultado, a amostra teve que ser redefinida para incluir um grupo mais amplo de coordenadores de colegiado de curso.

Dessa forma, visando atingir um número maior de participantes, os sujeitos dessa pesquisa consistiram em 130 (cento e trinta) coordenadores de colegiados de cursos de graduação presencial da Universidade do Estado da Bahia, que exerceram a função de

coordenador de curso no período de 2019 a 2021. Para a seleção desses participantes, foram contemplados os seguintes critérios:

- Ser um membro efetivo do corpo docente da UNEB;
- Aceitar participar da pesquisa;
- Ter desempenhado a função de coordenador no âmbito dos colegiados de cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e tecnólogos) dos diferentes departamentos da UNEB.

4.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICA PARA A COLETA DE DADOS

A presente pesquisa adotou como instrumentos para coleta de dados, questionário aplicado aos coordenadores de curso de graduação presencial (Apêndice A), uma entrevista semiestruturada aplicada aos Gerentes da Gerência de Gestão de Currículo acadêmico (GGCA) e da Secretaria Geral de Curso (SGC) (Apêndice B), além da Análise documental das Resoluções dos Conselhos Superiores da UNEB. Esses instrumentos foram usados para obter informações relevantes e complementares sobre o tema em estudo.

A coleta de dados por meio do questionário e da entrevista permitiu obter respostas dos coordenadores de curso e dos gerentes da GGCA e SGC, respectivamente. Essas respostas, por sua vez, direcionaram a análise documental das Resoluções dos Conselhos Superiores da UNEB. Ao todo, foram analisados 16 documentos, que foram identificados com base nas informações fornecidas pelos coordenadores de curso e durante a entrevista com os gerentes da GGCA e SGC.

Essa combinação de métodos de coleta de dados, questionário, entrevista e análise documental, visou obter uma visão abrangente e aprofundada sobre o objeto de estudo.

O questionário e a entrevista foram embasados por uma revisão integrativa da literatura realizada em 16 de setembro de 2022 e 13 de dezembro de 2022. Durante essa revisão, buscou-se acesso a teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), plataforma que oferece acesso a textos completos de trabalhos acadêmicos defendidos em instituições de ensino e pesquisa do Brasil. A opção pela BDTD deve-se à sua capacidade de disponibilizar, teses e dissertações na íntegra.

O foco principal dessa revisão integrativa foi investigar o comportamento informacional, visando encontrar instrumentos de coleta de dados relevantes para abordar tal fenômeno entre os coordenadores de cursos de graduação.

No que diz respeito ao procedimento adotado, inicialmente foi realizado um estudo utilizando o termo “comportamento informacional”, com o campo “assunto” selecionado como seleção de busca, abrangendo o período de 2015 a 2021. Esse levantamento resultou em um total de 46 documentos identificados. Posteriormente, foi aplicado um primeiro filtro, baseado na leitura dos títulos e resumos, com o intuito de selecionar apenas aqueles que fossem pertinentes ao tema de pesquisa, ou seja, que fossem focados na investigação do comportamento informacional dos sujeitos, incluindo as abordagens relativas aos comportamentais de busca e/ou uso de informações.

Os critérios de inclusão foram: pertinência com o tema; ter sido uma pesquisa aplicada e ser de abordagem qualitativa, quantitativa ou mista. Os critérios de exclusão foram: não contemplar os de inclusão, e, estar em duplicidade. Após a aplicação dos critérios restaram 12 documentos. As 12 dissertações foram, então, acessadas para uma análise transversal, observado a pertinência dos critérios de inclusão e exclusão, com relevância para o foco do instrumento de coleta de dados. Esse segundo filtro resultou em 4 documentos recuperados, apresentados no Quadro 2, cujos instrumentos contribuíram para a construção do questionário e do roteiro de entrevista da presente pesquisa.

Quadro 2: Lista de trabalhos empíricos resultantes da revisão integrativa para construção dos instrumentos de coleta de dados

Autor (ano)	Título do trabalho	Instrumento
Vianna (2015)	Análise do comportamento informacional na gestão da segurança cibernética da Administração Pública Federal	Questionário estruturado e Entrevista semiestruturada
Braga (2017)	Comportamento informacional de gestores de políticas públicas em meio ambiente do Distrito Federal	Entrevista semiestruturada
Souza (2020)	Comportamento informacional dos gestores de assuntos estudantis das universidades públicas brasileiras	Questionário estruturado e Entrevista semiestruturada
Matos (2020)	Comportamento informacional de profissionais da área da saúde: um estudo com residentes do Hospital Ophir Loyola, Belém-Pará	Questionário com perguntas fechadas.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O questionário com perguntas abertas e fechadas foi elaborado e enviado aos sujeitos da pesquisa via e-mail, por meio das ferramentas do Google Forms, dado ser este um

instrumento prático para fazer pesquisas quantitativas e qualitativas com base na coleta de dados e atingir um número razoável de pessoas que responderão às perguntas no momento que julgarem conveniente. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 201),

[...] questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisador devolve-o do mesmo modo.

O questionário cumpriu duas funções, sendo uma delas a de descrever as características e aferir determinadas variáveis de um grupo social (RICHARDSON, 2009).

Como instrumento de coleta complementar, caracterizando a pesquisa qualitativa, foi empregada a entrevista para a coleta de dados junto a Gerencia de Gestão de Currículo Acadêmico (GGCA) e a Gerência da Secretaria Geral de Cursos (SGC), foi utilizado um roteiro semiestruturado de entrevista (Apêndice B), tendo em vista o objetivo de compreender as necessidades informacionais destes coordenadores no âmbito do processo de busca e uso da informação, bem como de identificar as possíveis normativas à coordenação de colegiado de curso que orientem as atividades dos coordenadores de colegiado de curso. identificadas no objetivo específico.

O trabalho foi realizado por meio da técnica da categorização, abordando de forma descritiva, quantitativa e qualitativa, o que conseguimos coletar. De acordo com Bardin (1977), boa parte das análises foi organizada em redor do processo de categorização. Trata-se de uma operação com a classificação de elementos constitutivos pertencentes a um conjunto, por diferenciação e, seguida, por reagrupamento segundo o gênero, ou seja, em analogia com os critérios previamente definidos (BARDIN, 1977).

A análise de conteúdo foi realizada de acordo com as seguintes etapas dessa metodologia: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados e interpretação.

A pré-análise, segundo a autora é a base da organização propriamente dita, correspondendo a um período de intuições, que tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.

Na exploração do material, a autora assegura que, se as diferentes operações de pré-análise forem convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que aplicação das decisões anteriormente tomadas. Para a autora, é a fase mais longa e fastidiosa

porque implica essencialmente em decodificação, decomposição ou enumeração, em função das regras previamente formuladas.

No tratamento dos resultados obtidos e na interpretação, os dados brutos são tratados de maneira a se tornarem significativos e válidos. Assim, o pesquisador, tendo à sua disposição resultados significativos e fidedignos, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou dizer respeito a outras descobertas inesperadas (BARDIN, 1977).

Assim, foram classificadas nas seguintes categorias: Atividades de gestão acadêmico-administrativa dos Coordenador de Curso de Graduação; Perfil dos coordenadores de colegiado de curso de graduação; Necessidades de informação; busca e uso de informação.

Os dados das perguntas fechadas dos questionários foram tabulados e tratados no software Microsoft Excel, sendo divididos em quatro partes e analisados quantitativamente. As perguntas abertas dos questionários, os dados das entrevistas e das análises documentais foram realizados com o auxílio do software Iramuteq, considerando quatro categorias de análises: As atividades de gestão acadêmico admirativas dos coordenadores de colegiado de curso, necessidade de informação, busca e uso de informação.

O Iramuteq é um software gratuito, desenvolvido sob a lógica do open source. Com base no ambiente estatístico do software R e na linguagem Python, essa ferramenta possibilita uma variedade de análises de dados textuais, desde as mais simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas, como classificação hierárquica descendente e análises de similaridade. Com uma organização clara e visualmente compreensível dos resultados, o Iramuteq possibilitou a realização de análises de similaridade e criação de nuvens de palavras. Essas informações, juntamente com os dados coletados por meio do questionário, forneceram um maior aprofundamento na análise e compreensão dos dados obtidos nas entrevistas e na análise documental.

A apresentação dos resultados foi dividida de acordo com as categorias de análise e a interpretação deles fundamentou-se tanto nas análises quantitativas, considerando os pontos de maior evidência em cada questão do questionário, sendo elas disposta de forma qualitativa, quanto nas respostas das entrevistas e achados nos documentos.

Ademais, as análises e discussões dos resultados visam responder à questão de pesquisa: como o comportamento informacional dos coordenadores dos cursos de graduação presencial da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) interfere em suas atividades de gestão acadêmico-administrativas? As informações foram organizadas de forma a identificar o comportamento

informacional dos participantes da pesquisa em relação às suas atividades de gestão acadêmico-administrativa. Nesse sentido, foram respondentes os coordenadores de curso de graduação, presencial da UNEB, a Gerente da Gestão de Currículo Acadêmico (GGCA) e a Gerente da Secretaria Geral de Curso (SGC), que ocuparam seus cargos no período de 2019-2021. Os resultados são apresentados nas subseções a seguir.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção traz à tona os resultados da pesquisa que emergiram da análise dos dados com vistas a responder o objetivo e as questões norteadoras do estudo sobre o Comportamento Informacional dos Coordenadores de Curso de Graduação

5.1 AS ATIVIDADES DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA DOS COORDENADOR DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Nesta subseção, buscou-se responder ao objetivo específico da pesquisa referente a **Identificação de normativas que possam orientar as atividades dos coordenadores de colegiado de curso**. Utilizou-se uma abordagem qualitativa e descritiva, com ênfase na análise documental de fontes primárias. A análise documental é caracterizada pela análise de documentos não tratados previamente, requerendo a interpretação dos dados pelo pesquisador.

A escolha desse tipo de pesquisa foi motivada pela necessidade de identificar atos normativos emitidos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que possam fornecer orientações aos coordenadores de colegiado de curso em relação as suas atividades de gestão-acadêmico administrativa no curso que coordenam. Para isso, foram coletadas as resoluções expedidas pelos conselhos superiores da instituição relacionadas às atividades dos coordenadores e aquelas relacionadas às medidas adotadas em resposta à emergência de saúde pública causada pelo SARS-COV-2 até novembro de 2021, tendo como referência as atividades pontuadas pelos coordenadores no questionário em resposta às necessidades e busca de informação. A coleta dos documentos ocorreu entre os meses de abril e maio de 2023, por meio do portal institucional da UNEB, mais especificamente na seção dos conselhos superiores.

A análise dos documentos seguiu o referencial teórico-metodológico da Análise de Conteúdo, envolvendo etapas como pré-análise, exploração do material e interpretação dos dados. Inicialmente, os documentos recuperados foram lidos de maneira flutuante. Em seguida, os documentos selecionados foram lidos novamente, na íntegra, com o intuito de extrair os dados pertinentes à pesquisa.

Cabe ressaltar que todos os documentos analisados são de acesso público, estando disponíveis no portal da UNEB. Além disso, a presente pesquisa não envolveu dados primários de seres humanos, não sendo necessário o encaminhamento do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes estabelecidas pelas Resoluções nº 466/2012 e nº

510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

No Quadro 3, apresenta-se os documentos selecionados e analisados durante o processo de pesquisa, respeitando os critérios de inclusão. A análise documental realizada contribuiu para a compreensão das normativas existentes e sua potencial influência nas atividades dos coordenadores de colegiado de curso.

Quadro 3: Normativas que orientam as atividades dos coordenadores de colegiado de curso

Ato Normativo	Assunto
Resolução CONSEPE nº087/1993	Estabelece Diretrizes sobre Aproveitamento de Estudos
Resolução CONSU nº 550/2008	Estabelece critérios e procedimentos para o preenchimento de vagas para categorias especiais de matrícula.
Resolução CONSU nº 700/2009 -	Altera a Resolução nº 507/07 – CONSU, que aprova o Regulamento de Monitorias de Ensino na UNEB. Alterada pela Resolução CONSU nº 1.343/2018, trata-se da exclusão da alínea b, do inciso III, do artigo 9º da referida Resolução
Resolução CONSEPE nº. 811/2007	Fixa Critérios e Procedimentos para Matrícula Especial (Revogou a 772/06). Alterada pela Resolução CONSU 550/2008, no que diz respeito apenas a transferência interna.
Resolução CONSU nº1459/2021	Regulamenta oferta de componentes curriculares em Curso de Férias/Épocas Especiais.
Resolução CONSU Nº 1.430/2020	Autoriza o retorno das atividades de Ensino POR MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA nos Cursos de Graduação presencial, no âmbito da UNEB.
Resolução CONSEPE nº1.770/2014	Regulamenta os critérios e os procedimentos para tramitação e análise dos pedidos de prorrogação de prazos para integralização curricular, convalidação de estudos e consequente autorização de emissão de diploma em cursos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu.
Resolução CONSEPE nº1.769/2014	Regulamenta a Mobilidade Discente, no Ensino de Graduação, Intradepartamental e Interdepartamental
Resolução CONSEPE nº1.820/2015	Aprova as alterações no Anexo único da Resolução CONSEPE n 1508/2012 referente as condições e procedimentos para oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos presenciais de graduação até o limite de 20% da carga horaria total do curso no âmbito da UNEB (EaD).
Resolução CONSEPE nº 2.082/2020	Aprova as diretrizes gerais para elaboração do plano extraordinário de oferta de componentes curriculares e demais atividades de ensino de graduação. Pandemia COVID-19,
Resolução CONSEPE Nº 2.162/2021	Regulamenta critérios e procedimentos para o registro acadêmico discente durante o Regime Especial Atividades Curriculares nos Cursos de Graduação e Pós-

	Graduação, no âmbito da UNEB, na forma que indica. O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA - por ocasião da COVID-19	
Resolução 2.183/2021	CONSEPE	Nº
	Aprova a alteração da Resolução CONSEPE nº 2.162/2021, que regulamenta critérios e procedimentos para o registro acadêmico discente durante o Regime Especial Atividades Curriculares nos Cursos de Graduação, no âmbito da UNEB, na forma que indica.	
Regimento Geral da UNEB	tem por objetivo disciplinar a organização e funcionamento comum dos diversos órgãos, serviços e atividades desta Universidade.	
RESOLUÇÃO CEE nº 51/2010	Dispõe sobre o Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores de Instituições Públicas do Sistema Estadual de Ensino.	
RESOLUÇÃO CEE N.º 09/2021	Dispõe sobre o Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos de Graduação, de oferta contínua e especial, das Instituições Públicas do Sistema Estadual de Ensino da Bahia.	

Fonte: Conselhos Superiores da UNEB ([2023]).

A Resolução CONSEPE N.º 087/93, publicada em 31 de julho de 1993, trata das diretrizes sobre aproveitamento de estudos no âmbito da vida acadêmica do estudante universitário. O objetivo dessa resolução é estabelecer as normas e procedimentos para solicitar a transposição de créditos já adquiridos em determinado curso para outro curso que apresente condições equivalentes.

A resolução enfatiza a importância do aproveitamento de estudos como um direito inquestionável do estudante regularmente matriculado. Ela menciona o Parecer 541/73 do Conselho Federal de Educação (CFE), que destaca os princípios da “Equivalência de Valor Formativo, Circulação de Estudos e Economia Pedagógica” como fundamentais para o aproveitamento dos estudos. Além disso, a resolução enfatiza que o aproveitamento dos estudos está diretamente relacionado ao processo de integralização curricular do estudante e sua formação.

Algumas considerações importantes são permitidas na resolução: A ênfase deve ser dada aos estudos realizados, destacando-se o valor formativo inerente a eles, em vez de apenas analisar disciplinas individuais. O Colegiado de Curso, com a participação dos Departamentos envolvidos, tem o papel deliberativo sobre os pedidos de aproveitamento de estudos, considerando uma análise mais ampla das disciplinas cursadas em relação ao curso como um todo.

Recomenda-se que os processos de aproveitamento de estudos sejam iniciados antes da matrícula regular, para evitar desperdício de tempo e recursos do aluno. A resolução estabelece

os requisitos e condições para o aproveitamento dos estudos, incluindo a análise dos estudos realizados em instituições de ensino superior autorizadas ou reconhecidas.

Os Colegiados de Curso e os Departamentos têm competências e atribuições específicas no processo de aproveitamento de estudos, como a designação de relatórios para emissão de pareceres e a definição de critérios de referência para análise de conteúdo. Os resultados dos processos de aproveitamento de estudos devem ser aprovados em reuniões plenárias dos Colegiados de Curso e dos Conselhos Departamentais.

Embora a Resolução N.º 087/93 forneça orientações específicas sobre o aproveitamento de estudos, pode ser necessário complementá-la com outras normas que abordam as diversas responsabilidades e atividades dos coordenadores de colegiado de curso. Além disso, é importante revisar e atualizar a normativa existente, levando em consideração as mudanças no cenário educacional a fim de garantir a conformidade com outras diretrizes e assegurar que a normativa esteja clara com as demandas atuais no campo da educação.

A Resolução CONSU N.º 700/2009 foi publicada no Diário Oficial do Estado em 07 de julho de 2009, na página 16, substituindo a Resolução n.º 507/07 – CONSU. Essa resolução tem como objetivo aprovar o Regulamento de Monitorias de Ensino na UNEB. Posteriormente, sofreu uma alteração por meio da Resolução CONSU n.º 1.343/2018, que resultou na exclusão da alínea b, do inciso III, do artigo 9º da Resolução 700/2009.

O Regulamento de Monitorias de Ensino da UNEB possui uma estrutura clara e abrangente que orienta os coordenadores de colegiado de curso quanto às suas funções acadêmicas relacionadas à monitoria de ensino. Ela estabelece diretrizes e normativas que visam regular o processo de seleção, atribuições, responsabilidades e benefícios dos monitores, bem como o papel dos coordenadores de colegiado de curso nesse contexto.

Ao estabelecer critérios para a seleção de monitores, definir as atribuições dos coordenadores, determinar as horas semanais de dedicação à monitoria, estabelecer critérios para a distribuição de bolsas, prever a avaliação do desempenho dos monitores e definir normas de conduta, a resolução oferece diretrizes claras para a organização e execução do programa de monitoria na UNEB.

Dessa forma, os coordenadores de colegiado de curso podem utilizar essa resolução como referência para orientar suas ações relacionadas à monitoria de ensino, garantindo que o processo seja transparente, justo e eficiente. Uma estrutura abrangente de resolução permite que os coordenadores compreendam suas responsabilidades e as expectativas em relação aos monitores. O processo de monitoria pode incluir edital de seleção como instrumento de gestão.

A necessidade de o Coordenador de curso ter que acessar três resoluções diferentes para obter informações sobre o Regulamento de Monitorias de Ensino pode ser considerada contraproducente e pouco prática. Essa distribuição de informações pode dificultar o acesso às diretrizes atualizadas e aumentar o tempo e o esforço necessários para localizar e compreender as normas vigentes.

Uma melhoria possível nesse sentido seria consolidar as informações relevantes em um único documento normativo. Essa consolidação poderia ser feita por meio da revisão e atualização das existentes, integrando os conteúdos pertinentes ao Regulamento de Monitorias de Ensino em um único texto normativo, de forma clara e organizada.

A Resolução CONSEPE N°. 811/2007, publicada no D.O.E. de 18-04-2007, pág. 12/13, tem como objetivo estabelecer critérios e procedimentos para o preenchimento de vagas por categorias especiais de matrícula, como transferências, portadores de diploma e estudantes especiais, no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A estrutura da resolução é clara e abrangente, orientando os coordenadores de colegiado de curso sobre as atividades relacionadas ao processo seletivo e aos requerimentos de matrícula nas categorias especiais.

De acordo com a resolução, os Colegiados do Curso possuem as competências de coordenar o processo seletivo, criar uma comissão especial para a execução dos procedimentos, e encaminhar à Direção do Departamento o resultado do processo seletivo para homologação e divulgação. A Comissão Especial, composta por membros do Colegiado de Curso, tem a responsabilidade de realizar a conferência da documentação, elaborar e avaliar provas escritas e testes de habilidades específicas, avaliar o histórico escolar dos candidatos, e encaminhar o parecer conclusivo sobre o resultado do processo seletivo ao Colegiado do Curso.

Em suma, a RESOLUÇÃO CONSEPE N°. 811/2007 possui uma estrutura clara e abrangente, orientando os coordenadores de colegiado de curso sobre os critérios e procedimentos para o preenchimento de vagas por categorias especiais de matrícula na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Ela define as competências dos Colegiados do Curso e da Comissão Especial, estabelece os documentos necessários para cada categoria de matrícula, define os critérios de avaliação e os procedimentos de seleção, além de estabelecer critérios de desempate e a ordem de prioridade para o preenchimento de vagas.

A Resolução CONSU N° 1.459/2021, publicada no DOE de 07.04.2021, p. 17, aprova a Regulamentação para oferta de componentes curriculares em Curso de Férias/Épocas Especiais. Essa normativa estabelece diretrizes específicas para a realização de cursos de férias ou períodos especiais, com o objetivo de regularizar a oferta de componentes curriculares que não

foram oferecidos nos dois semestres anteriores.

A normativa define que os cursos de férias/épocas especiais têm o propósito de regularizar a oferta de componentes curriculares que não foram ministrados nos dois semestres anteriores. Isso indica que a norma se aplica a eventos induzidos e pontuais.

Após a análise pelo Colegiado do Curso/Área demandada, o processo de solicitação é encaminhado ao Conselho Departamental, que é responsável por analisar e autorizar a realização do Curso de Férias/Épocas Especiais. O Conselho Departamental deve avaliar aspectos acadêmicos/pedagógicos e fluxograma do curso antes de encaminhar o processo à Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP).

Em geral, a Resolução Nº 1.459/2021 apresenta diretrizes claras e abrangentes para a oferta de componentes curriculares em Cursos de Férias/Épocas Especiais. Ela estabelece os objetivos, define os procedimentos, determina as responsabilidades das diferentes instâncias envolvidas e estabelece os critérios para a autorização e realização desses cursos.

Uma análise mais aprofundada revela que há uma lacuna na regulamentação em relação às atribuições dos coordenadores de curso nesse contexto específico. Embora a normativa estabeleça diretrizes para a oferta dos cursos e mencione a necessidade de convocação pública para seleção de docentes, não são fornecidos detalhes sobre o papel dos coordenadores nesse processo.

A Resolução Nº 1.769/2014, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 13-05-2014, tem como finalidade a aprovação do Regulamento Geral de Mobilidade Discente no Ensino de Graduação, Intradepartamental e Interdepartamental, no âmbito da UNEB. Este documento estabelece diretrizes e procedimentos para a mobilidade de estudantes entre cursos e departamentos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Embora essa normativa não trate diretamente das atribuições dos coordenadores de colegiado de curso em relação à mobilidade discente, ela estipula diretrizes gerais que podem orientar as ações desses coordenadores. Dentre os aspectos relevantes contemplados nessa resolução, destacam-se:

No que diz respeito à mobilidade discente, é orientado às instituições de ensino superior a definição de critérios e procedimentos, considerando fatores como a disponibilidade de vagas, a compatibilidade de currículos, a carga horária das disciplinas e os pré-requisitos, entre outros. Nesse contexto, cabe aos coordenadores de colegiado de curso participar da elaboração desses critérios e procedimentos.

Um ponto de destaque na resolução é a ênfase na transparência e objetividade dos

critérios de seleção dos estudantes para a mobilidade discente, garantindo a igualdade de oportunidades a todos os interessados. Nesse sentido, é responsabilidade dos coordenadores de curso colegiado garantir a divulgação e aplicação apenas esses critérios.

A resolução estabelece a necessidade de acompanhamento e avaliação dos estudantes em mobilidade, tanto pela instituição de origem quanto pela instituição de acolhimento. Os coordenadores de colegiado de curso podem exercer um papel fundamental no acompanhamento dos estudantes de seu curso durante o período de mobilidade, garantindo a realização das atividades e a validação dos créditos obtidos.

Outra questão abordada na resolução é a possibilidade de concessão de bolsas de estudo ou auxílio financeiro aos estudantes participantes da mobilidade discente. Nesse sentido, os coordenadores de colegiado de curso podem auxiliar na divulgação e orientação dos alunos quanto a essas oportunidades de apoio financeiro.

É válido ressaltar que essas diretrizes adotadas na Resolução N° 1.769/2014 são direcionamentos gerais, e cada instituição de ensino superior pode contar com suas próprias normas e regulamentos específicos para a mobilidade discente. Portanto, é essencial que os coordenadores de colegiado de curso estejam familiarizados com as normativas específicas de sua instituição.

A Resolução CONSEPE N° 1.770/2014 foi publicada no D.O.E. de 14-05-2014, p. 26, estabelece procedimentos gerais para análise de pedidos de prorrogação de prazos para integralização curricular, convalidação de estudos e emissão de diploma em cursos de graduação e pós-graduação.

A normativa é clara em seu objetivo de regulamentar os critérios e procedimentos para tramitação e análise dos pedidos mencionados. Ela se aplica tanto a cursos de graduação quanto a cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

A Resolução estabelece que cabe ao Colegiado do Curso, em articulação com a Secretaria Acadêmica do Departamento, o exercício do controle acadêmico e da integralização curricular dos discentes. Essa disposição esclarece o papel dos coordenadores de colegiado de curso na supervisão e orientação dos estudantes quanto ao cumprimento dos prazos e requisitos para a obtenção do diploma.

A decisão dos Conselhos de Departamento deve ser embasada em um parecer opinativo circunstanciado elaborado por uma comissão instituída pela coordenação do curso. Esse parecer deve apresentar um plano de estudos para o cumprimento das atividades durante o prazo

concedido. O colegiado do curso é responsável por proceder aos ajustes necessários decorrentes da deliberação e informar o estudante sobre a decisão.

Em termos gerais, a Resolução N° 1.770/2014 possui uma estrutura clara e abrangente, orientando os coordenadores de colegiado de curso na análise e tramitação dos pedidos de prorrogação de prazos para integralização curricular, convalidação de estudos e emissão de diploma. Não foram identificados conflitos ou inconsistências no texto.

No entanto, com base na análise realizada até o momento, algumas possíveis sugestões de aprimoramento são, tais como: Embora a Resolução aborde as responsabilidades dos coordenadores de colegiado de curso, seria necessário fornecer diretrizes mais específicas sobre suas atribuições, como o acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes, a promoção de orientação e apoio na escolha de disciplinas, e a coordenação do processo de integralização curricular.

A Resolução menciona a designação de um professor tutor para acompanhar o aluno durante a prorrogação do prazo. No entanto, seria importante definir procedimentos claros para esse acompanhamento, incluindo a periodicidade das reuniões entre o tutor e o aluno, a avaliação do cumprimento do cronograma estabelecido e a comunicação com o colegiado do curso em caso de problemas ou necessidades adicionais.

A Resolução N° 1.820/2015, veiculada no Diário Oficial do Estado em 15 de outubro de 2015, estabelece diretrizes e regulamentações para a oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial em cursos de admissão presenciais. O referido documento aborda aspectos de significado significativo relacionados à organização e implementação desses componentes, visando assegurar a qualidade do ensino nessa modalidade. Além disso, a resolução atribui responsabilidades específicas ao coordenador de curso e à coordenação encarregada da oferta dos componentes curriculares semipresenciais. Dentre as atribuições designadas, destacam-se as seguintes:

O coordenador de curso, em colaboração com a UNEAD (Unidade de Educação a Distância) ou a coordenação responsável pela oferta semipresencial, assume a responsabilidade de regular a disponibilização dos componentes curriculares nessa modalidade. Tal incumbência implica estabelecer diretrizes, procedimentos e critérios para a inclusão desses componentes no currículo do curso.

Cabe ao coordenador de curso monitorar e avaliar a implementação dos componentes curriculares semipresenciais. Essa tarefa engloba o acompanhamento da qualidade das atividades presenciais e à distância, bem como da aprendizagem dos alunos nestas modalidades.

O coordenador de curso desempenha o papel de orientar os professores envolvidos nos componentes curriculares semipresenciais, oferecendo-lhes o suporte e a orientação necessária para o desenvolvimento das atividades e promoção da aprendizagem dos alunos. Além disso, o coordenador de curso deve estabelecer uma comunicação efetiva com a UNEAD ou a coordenação responsável pela oferta semipresencial, visando garantir o acompanhamento das ações, a conformidade com as diretrizes adversas e a resolução de dificuldades ou problemas que podem surgir durante a oferta dos componentes semipresenciais.

Ao analisar a normativa em questão, foi possível considerar que ela apresenta diretrizes claras e abrangentes, capazes de orientar as práticas e responsabilidades dos coordenadores de curso. A resolução estabelece as atribuições específicas do coordenador, tais como a regulamentação da oferta e monitoramento da implementação dos componentes semipresenciais, fornecendo, assim, uma base sólida para orientar as atividades de gestão dos coordenadores de colegiado de curso.

A resolução CONSU nº 2.082/2020, publicada no DOE de 23.10.2020, p. 39, teve como objetivo aprovar as diretrizes gerais para a elaboração do Plano Extraordinário de Oferta de Componentes Curriculares e demais atividades de ensino de graduação foi uma proposta pedagógica emergencial para a realização de atividades não presenciais durante o distanciamento social causado pela pandemia em decorrência do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

A Resolução apresenta diretrizes gerais para a elaboração do Plano Extraordinário de Oferta de Componentes Curriculares e demais atividades de ensino de golfe. Ela estabelece o propósito desse plano como uma proposta pedagógica emergencial para atividades não presenciais durante o distanciamento social.

Um ponto importante mencionado na Resolução é que o Plano de Oferta deve ser elaborado pelo Colegiado de Curso, levando em consideração o Regimento Geral da UNEB, a Resolução CONSU nº 1.430/2020 que autorizou o retorno das atividades de Ensino por mediação tecnológica nos Cursos de Graduação presencial, no âmbito da UNEB, orientações de autoridades de saúde, regulamentação do trabalho remoto na Bahia, análises do diagnóstico interno "Nós por nós" e o plano de conectividade apresentado pela Reitoria.

A inclusão dessas referências e diretrizes é positiva, pois fornece uma base sólida para a elaboração do Plano de Oferta, garantindo que o documento seja consistente com os regulamentos e políticas existentes. A menção ao Regimento Geral da UNEB e à Resolução

CONSU nº 1.430/2020 indica a importância de alinhar as ações aos princípios e normas estabelecidas pela instituição.

Em síntese, a Resolução abrange aspectos relevantes para orientar as práticas e responsabilidades dos coordenadores durante uma pandemia. Seria útil incluir diretrizes específicas sobre o uso de tecnologias e plataformas de aprendizagem remota, fornece orientações claras sobre a adaptação de atividades para alunos com necessidades especiais e estabelecer procedimentos de suporte e capacitação para docentes no uso de plataformas institucionais.

A Resolução Nº 2.162/2021 foi publicada no DOE de 19.11.2021, p. 25, homologada pelo CONSEPE, em sessão extraordinária do dia 09.02.2022, com o objetivo regulamentar os critérios e procedimentos de registro acadêmico discente durante o Regime Especial de Atividades Curriculares nos cursos de graduação e pós-graduação da UNEB, no período de calamidade pública por ocasião da COVID-19.

Ela especifica os períodos letivos incluídos no Regime Especial, abrangendo o Semestre 2020.1 da Educação à Distância e de Programas de Pós-graduação, os semestres 2020.1 e 2020.2 do Internato de Medicina da graduação presencial, o Período Extraordinário de Oferta de componentes curriculares e demais atividades de ensino de graduação em 2020 na graduação presencial, e os Semestres Letivos Especiais 2021.1 e 2021.2.

A Resolução adota nos registros acadêmicos discentes durante o Regime Especial, como matrícula facultativa, não contabilização do trancamento de matrícula e matrícula Institucional Vinculante no limite regulamentar de semestres, possibilidade de trancamento parcial ou total de matrícula e matrícula institucional vinculante a qualquer momento, e não exibição de reprovações no histórico do estudante.

A Resolução poderia fornecer mais detalhes sobre os critérios e procedimentos específicos para o registro acadêmico discente durante o Regime Especial. Isso poderia incluir informações sobre prazos, documentos necessários, procedimentos de solicitação e fluxo de comunicação entre os alunos, coordenações acadêmicas e setores administrativos responsáveis. Seria útil incluir orientações sobre como lidar com situações específicas que podem ocorrer durante o Regime Especial, como a situação de estudantes com necessidades especiais, realização de atividades práticas ou laboratoriais, entre outros.

A Resolução Nº 2.183/2022, publicada no DOE de 14.04.2022, aprova a alteração da Resolução CONSEPE nº 2.162/2021, que regulamenta critérios e procedimentos para o registro acadêmico discente durante o Regime Especial Atividades Curriculares nos Cursos de

Graduação, no âmbito da UNEB.

Em relação à estrutura da resolução, foi possível observar que ela possui uma organização clara e abrangente, abordando os seguintes pontos: A resolução é dividida em artigos e parágrafos, o que facilita a identificação e a compreensão dos diferentes aspectos regulamentados. O texto inicia com a identificação da presidente do CONSEPE e as bases legais e regimentais que sustentam a resolução. Isso fornece o contexto necessário e a autoridade para a emissão da resolução.

A resolução aprova a alteração da Resolução CONSEPE nº 2.162/2021, especificando que essa alteração se refere aos critérios e procedimentos para o registro acadêmico discente durante o Regime Especial Atividades Curriculares nos Cursos de Graduação, no âmbito da UNEB. A resolução inclui um anexo único, que detalha os critérios e procedimentos de registro acadêmico discente relacionados à oferta do Regime Especial de Atividades Curriculares.

No que diz respeito à orientação aos coordenadores de curso, a resolução fornece diretrizes claras sobre os critérios e procedimentos para o registro acadêmico discente durante o Regime Especial de Atividades Curriculares. Ela estabelece regras específicas relacionadas à matrícula discente, trancamento de matrícula, registro de reprovações e contabilização dos períodos letivos. Além disso, a resolução prevê ações a serem tomadas em casos omissos, fornecendo canais de comunicação para encaminhamento de questões técnicas ou relacionadas à vida acadêmica dos estudantes.

Em síntese, as Resoluções N.º 087/1993, 550/2008, 811/2007, 700/2009, 1.769/2014, 1.770/2014, 1.820/2015, 1.430/2020, 2.082/2020, 1.459/2021, 2.162/2021, 2.183/2021 e 1.574/2023 analisadas revelou um conjunto abrangente de diretrizes e regulamentações que abordam diversos aspectos relacionados à organização curricular, às atribuições dos coordenadores de curso, às modalidades de ensino e à documentação acadêmica. Essas normativas possuem o objetivo de orientar e regular a oferta de componentes curriculares em cursos de graduação presenciais, bem como promover a qualidade do ensino.

A análise das atribuições dos coordenadores de curso evidencia suas funções e competências específicas, que incluem a regulamentação da oferta dos componentes curriculares semipresenciais, o acompanhamento e avaliação da implementação dessas, a orientação e suporte aos componentes docentes e discentes envolvidos, e a coordenação com instâncias superiores e outras coordenadas. Essas atribuições visam garantir a melhora do processo educativo, promover a excelência nas práticas pedagógicas e estabelecer uma conexão harmoniosa entre os diversos atores envolvidos.

No âmbito das modalidades de ensino, as normativas estabelecem critérios e instrumentos de avaliação, políticas para assegurar a qualidade do ensino, controle de monitoramento contínuo dos cursos e avaliação da aprendizagem dos alunos. Tais diretrizes visam garantir a eficiência do processo de ensino-aprendizagem, independentemente da modalidade adotada, proporcionando uma consistência e coerência com os objetivos educacionais propostos.

Além disso, as resoluções contemplam aspectos relacionados à documentação e regulamentação acadêmica, abrangendo a matrícula e registro dos estudantes, a documentação oficial dos cursos e programas, bem como as normas específicas para a certificação e diplomação dos estudantes. Essas diretrizes têm como objetivo promover a transparência, a padronização e a eficiência dos processos administrativos, facilitando o acesso e a validação dos documentos acadêmicos.

Porém, um aspecto a ser considerado é a necessidade de o Coordenador de curso ter que em algumas situações acessar várias resoluções diferentes para obter informações sobre o mesmo tema, o que pode ser considerada contraproducente e pouco prática. Essa distribuição de informações pode dificultar o acesso às diretrizes atualizadas e aumentar o tempo e o esforço necessários para localizar e compreender as normas vigentes.

Uma melhoria possível nesse sentido seria consolidar as informações relevantes em um único documento normativo. Essa consolidação poderia ser feita por meio da revisão e atualização das existentes, integrando os conteúdos pertinentes em um único texto normativo, de forma clara e organizada.

Além disso, seria recomendável que a universidade implementasse um sistema de divulgação e comunicação eficiente, no qual todas as atualizações e alterações nas normas fossem informadas aos Coordenadores de curso. Isso poderia ser feito por meio de canais oficiais de comunicação.

Diante da análise realizada, foi possível inferir que as normativas apresentam um conjunto de diretrizes claras e abrangentes, orientando as práticas e responsabilidades dos coordenadores de colegiado de curso. Elas fornecem um arcabouço regulatório consistente que visa assegurar a qualidade e eficácia dos processos acadêmico-administrativos.

No que concerne ao projeto pedagógico dos cursos de graduação, a PROGRAD disponibilizou em sua página no portal da UNEB uma base de conhecimento referente ao Redimensionamento de Curso de Graduação onde constam descrição, fluxo e agentes do processo, condições e pré-requisitos do processo, documentos legais e base legal.

Nessa página ainda consta diversas diretrizes, regulamentos e leis referente ao enfrentamento ao COVID-19, organizados por pastas quais sejam: Documentos Normativos Externos, Procedimentos adotados por outros setores da Universidade; Comissão da UNEB para enfrentamento ao COVID-19: Informações e orientações; Comitê de Biossegurança (COBIO) da UNEB; Plano de Ação da UNEB para o enfrentamento à pandemia de COVID-19; Encerramento do período letivo 2019.2: Notas e Documentos com orientações; Ações Pedagógicas à Distância: Documentos e orientações; Atividades de Ensino de Graduação e Procedimentos de Matrícula 2020; Plano Extraordinário de Oferta – 2020PEO; Atividades Acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, de forma remota, Plano UNEB de Retorno Gradual das atividades presenciais.

5.2 PERFIL DOS COORDENADORES DE CURSO DE GRADUAÇÃO DA UNEB

Esta subseção apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários e das entrevistas, com base no referencial teórico desta pesquisa. Tencionou-se atender ao segundo e terceiro objetivos específicos: Descrever o perfil de coordenadores de colegiado de curso de graduação presencial; compreender as necessidades informacionais destes coordenadores no âmbito do processo de busca e uso da informação.

Os resultados foram obtidos dos questionários aplicados por e-mail, no período de 13 a 30 de março de 2023, a 130 ex-coordenadores de colegiado de curso de graduação presencial, cujo a taxa de retorno foi de 17,69%, ou seja, 23 coordenadores.

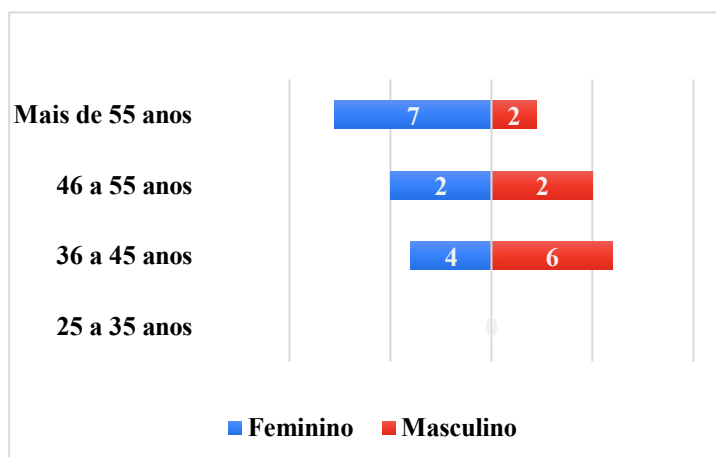
5.2.1 Perfil Pessoal

O levantamento de dados demográficos destina-se a identificação do perfil dos Coordenadores de Curso. Dados como gênero, idade, área de formação, tempo de experiência na função, tempo de atuação na instituição ajudam a compreender como esse profissional lida com a informação em seu ambiente de trabalho, para preservar a identidade dos respondentes, mantendo-as no anonimato, denominaram-se os coordenadores como duas letras C e um numeral.

A esse respeito Wilson (1999) argumenta em seu modelo de comportamento informacional que, variáveis demográficas, como gênero e outros fatores, podem influenciar, de maneira decisiva, nas necessidades informacionais, na busca pela informação e em como os sujeitos fazem uso das várias de fontes de informação.

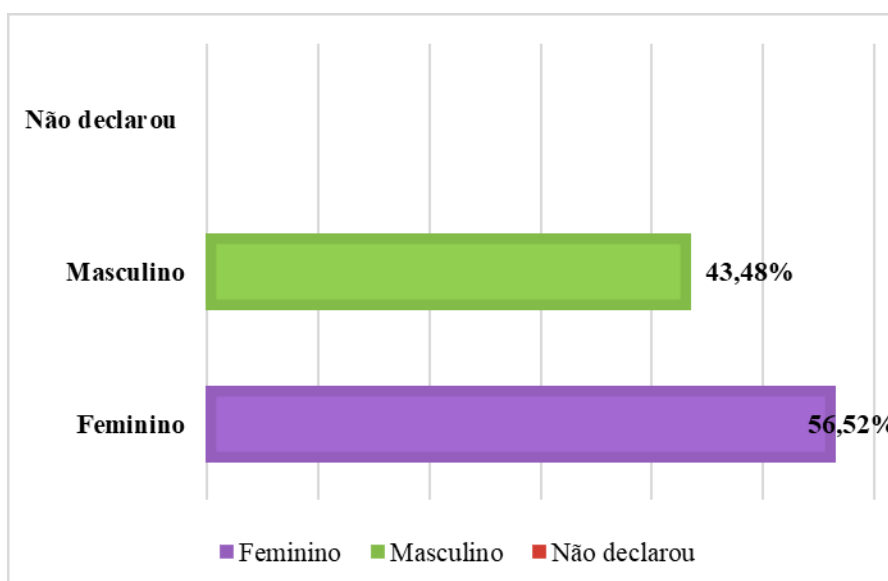
Desta forma, os Coordenadores de Curso foram questionados quanto à sua faixa etária e gênero, respectivamente, conforme evidenciado nos Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1: Faixa etária dos coordenadores



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Gráfico 2: Gênero dos participantes

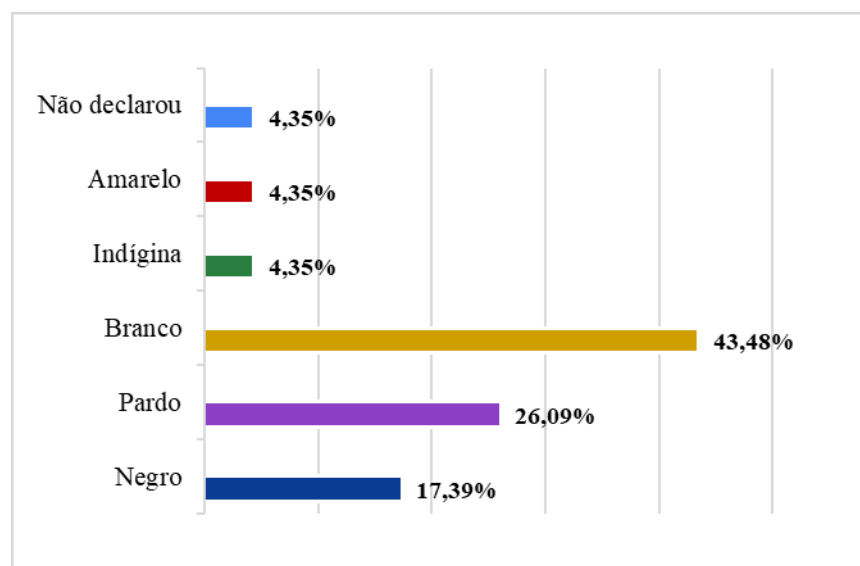


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao analisar os dados coletados na pesquisa, verificou-se que em relação a faixa etária, o grupo majoritário é formado por coordenadores que tem ente 36 e 45 anos, correspondendo a 43,5% (10) da amostra. Outros 39,1% (9) tem mais de 55 anos e 17,4% (4) têm entre 46 e 55 anos. Verifica-se ainda que a maioria dos coordenadores de curso é do sexo feminino 56,5% (13) e tem mais de 55 anos, enquanto 43,5% (10) é do sexo masculino e tem entre 36 e 45 anos.

Ao serem inquiridos acerca de sua cor da pele, constatou-se uma distribuição equilibrada em relação à autodeclaração dos coordenadores de curso, conforme evidenciado no Gráfico 3.

Gráfico 3: Cor da pele dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No que diz respeito a cor da pele declarada, verificou-se que 43,5% (10) dos coordenadores se declararam brancos, seguidos por 26,1% (6) que se declararam pardos e 17,4% (4) que se declararam pretos. No entanto, é importante considerar a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em relação à população negra, que engloba a soma das pessoas autodeclaradas como pretas e pardas.

Conforme o IBGE, a categoria “negra” é composta pela soma das pessoas que se autodeclararam pretas e pardas. Portanto, ao realizar uma análise dos percentuais informados, é necessário considerar o percentual combinado de pretos e pardos como representação da população negra. Neste caso específico, a soma dos coordenadores que se declararam pretos (17,4%) e pardos (26,1%) totaliza 43,5%, percebe-se que o percentual informado para a população negra é equivalente ao percentual de coordenadores que se declararam brancos.

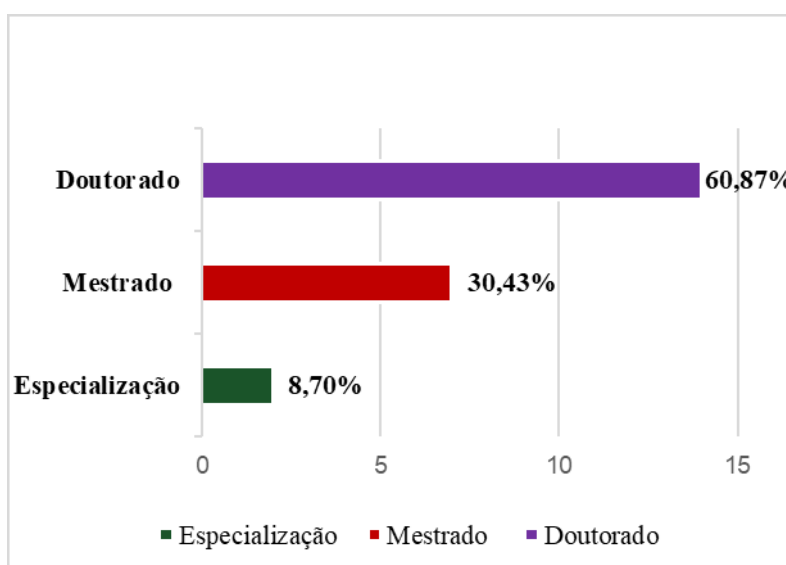
5.2.2 Perfil Acadêmico-Profissional

Os estudos sobre necessidades informacionais e busca informacional para determinadas categorias indicam que a natureza específica da profissão, fatores como idade, estágio da carreira, área de especialização, local geográfico, podem influenciar a formulação das necessidades informacionais e ressaltam também a importância de conhecer as diferenças entre

as atividades profissionais para melhor compreender as necessidades informacionais de cada indivíduo, posto que as diferenças nas necessidades vão determinar também as diferenças no comportamento e na busca da informação (LECKIE, PETTIGREW & SYLVAIN, 1996).

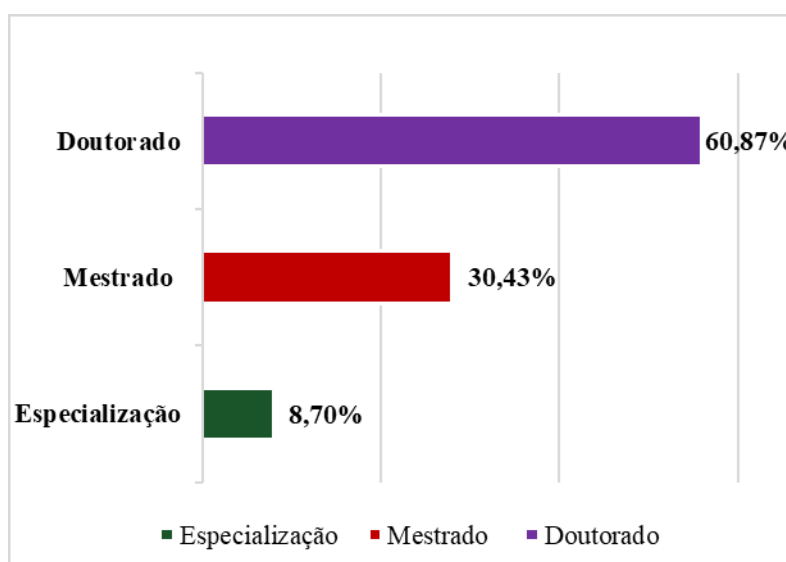
Desta forma, os Coordenadores de Curso foram questionados quanto à sua habilitação acadêmica e maior titulação, respectivamente, conforme evidenciado nos Gráficos 4 e 5.

Gráfico 4: Habilitação Acadêmica dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Gráfico 5: Maior titulação dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

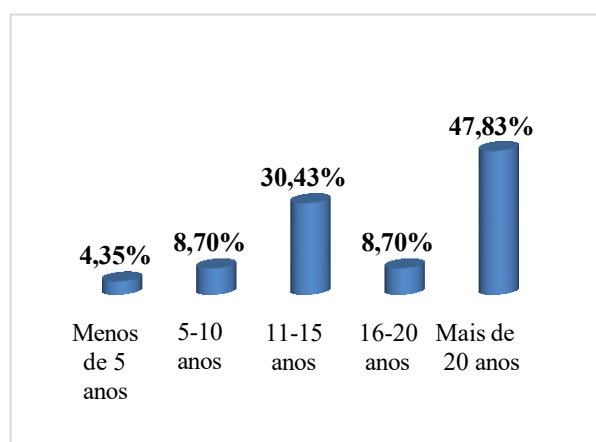
No que diz respeito à habilitação acadêmica, observou-se a predominância dos

coordenadores de curso habilitados para a licenciatura com 52,2% (12), seguido de 47,8% (11) dos habilitados em bacharelado. A intenção foi identificar o número de coordenadores que tinha conhecimento sobre práticas pedagógicas que normalmente são aplicadas na habilitação para licenciatura e que de alguma forma pode auxiliar os coordemadores em suas atividades acadêmicas.

No que tange ao maior grau de titulação dos coordenadores de curso, nota-se a ampla predominância de doutores com 60,9% (14), seguido dos coordenadores que possuem mestrado 30,4% (7) e apenas 8,7% (2) possuem especialização.

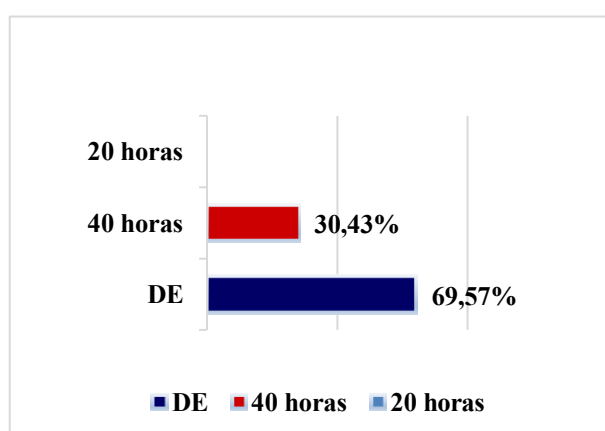
Ao serem inquiridos sobre o tempo de experiência como docentes na UNEB e do regime de trabalho que exercem na instituição universitária, respectivamente, foi possível observar as respostas dos coordenadores de curso nos Gráficos 6 e 7.

Gráfico 6: Atuação como docentes na UNEB



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Gráfico 7: Regime de trabalho dos participantes



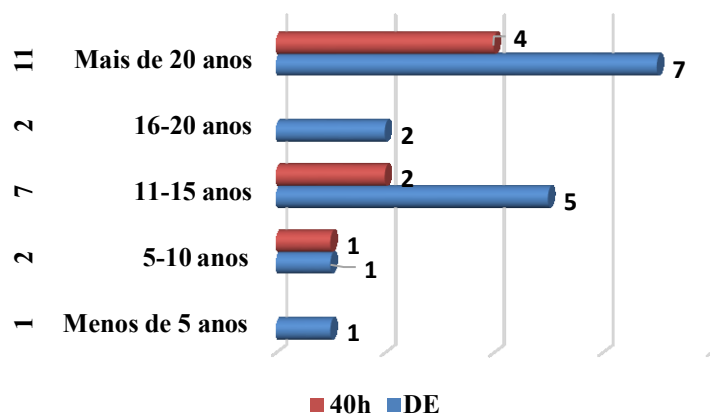
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quanto a atuação como docentes da instituição a prevalência foi de coordenadores de curso com mais de 20 anos de atuação com 47,8% (11), seguido dos coordenadores com 11 a 15 anos 30,4% (7), um equilíbrio entre os coordenadores com 5 a 10 anos 8,7% (2) e os de 16 a 20 anos de atuação 8,7% (2). Apenas um coordenador tem menos de 5 anos de atuação na instituição.

Em referência ao regime de trabalho, a maior parte dos coordenadores 69,6% (16), trabalham em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, seguido do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho com 30,4% (7).

Ao analisar o cruzamento dos dados relativos ao tempo de atuação como docente e ao regime de trabalho dos coordenadores de curso, o resultado pode ser observado no Gráfico 8.

Gráfico 8: Tempo de atuação X Regime de trabalho dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

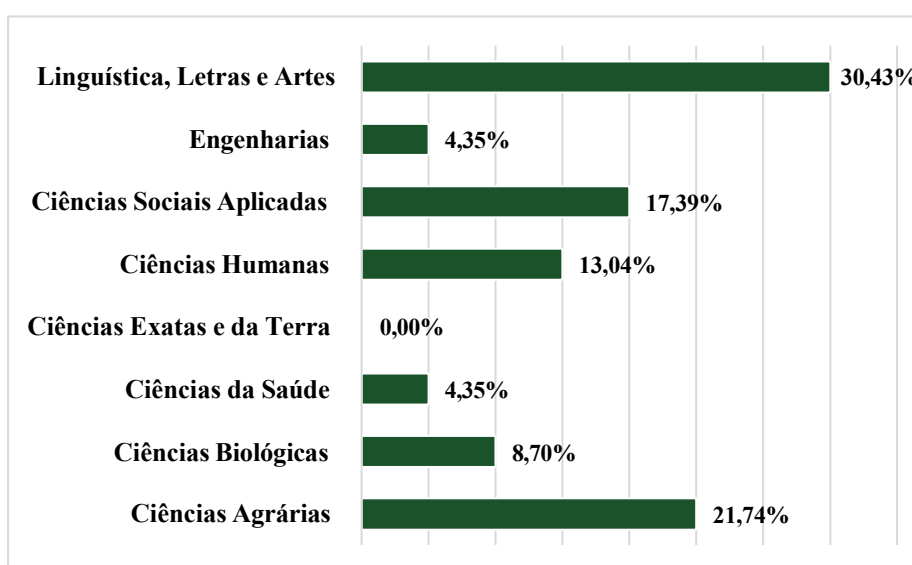
A análise dos dados cruzados entre a atuação como docentes da instituição e o regime de trabalho dos coordenadores de curso revelou que há uma tendência dos coordenadores com maior tempo de atuação (mais de 20 anos e 11 a 15 anos) a trabalharem em regime de tempo integral com dedicação exclusiva. Essa observação sugere uma possível associação entre a experiência profissional acumulada ao longo dos anos e a escolha por um regime de trabalho que exige um maior envolvimento e dedicação às responsabilidades acadêmicas, além de uma vantagem financeira.

Cabe pontuar que os professores incumbidos da Coordenação de Colegiado de Curso, segundo Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia, serão isentos

de uma parcela das responsabilidades relacionadas ao ensino, ficando obrigados a ministrar, no mínimo, quatro horas semanais de aulas.

Com o intuito de preservar a identidade dos coordenadores de curso, estes foram identificados por meio da grande área de conhecimento a que pertencem, como pode ser observado no Gráfico 9.

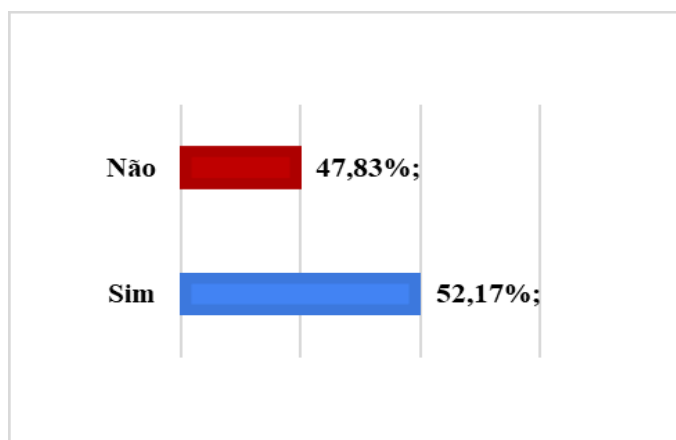
Gráfico 9: Grande área de conhecimento dos participantes



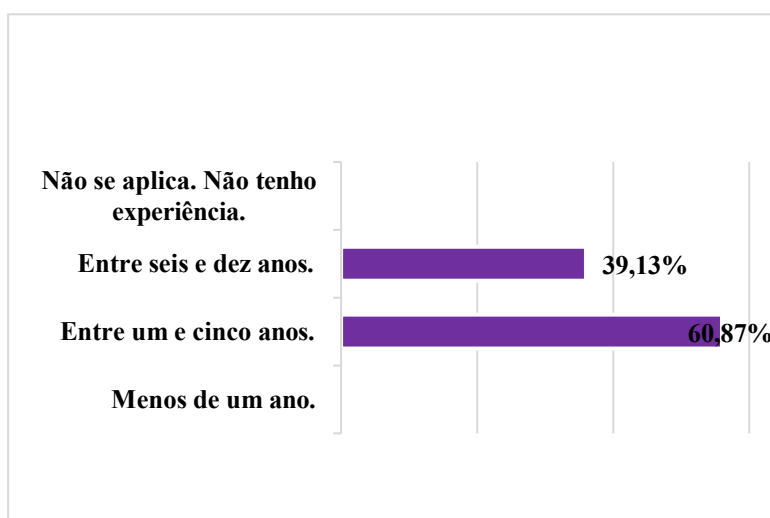
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A respeito da participação dos coordenadores de curso de diferentes áreas de conhecimento, prevalece os coordenadores na área de Linguística, Letras e Artes 30,4% (7), seguida de Ciências Agrárias 21,7% (5) e Ciências Sociais Aplicadas 17,3% (4). Apenas a área de Ciências Exatas e da Terra não foi representada na pesquisa.

Ao serem inquiridos sobre a realização de capacitação para exercer o cargo de coordenador de curso e o tempo de experiência como coordenadores na UNEB, respectivamente, foi possível observar as respostas dos coordenadores de curso nos Gráficos 10 e 11.

Gráfico 10: Capacitação dos participantes

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Gráfico 11: Experiência como coordenador na UNEB

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No que se refere à capacitação para exercer o cargo de coordenador de curso de graduação, constatou-se que 52,17% (12) dos coordenadores afirmaram ter recebido algum tipo de capacitação, enquanto 47,83% (11) responderam não ter tido nenhuma formação específica para o exercício da função.

As respostas dos coordenadores de curso refletem os comentários feitos pelos Gerentes da GGCA e do SGC durante o desenvolvimento das entrevistas semiestruturadas quando questionados sobre a existência de algum tipo de treinamento, capacitação ou orientação para os Coordenadores de Curso.

GGCA – “Em 2019, mais uma edição do Enfoco (Encontro de Formação de Coordenadores de Colegiado), veio ao encontro dessa demanda formativa. Cientes de que um evento não é suficiente para trazer todas as informações, a PROGRAD buscou trazer os principais setores envolvidos, forneceu resoluções relacionadas e explicou os procedimentos dos à seleção discente até a expedição do diploma, passando pela gestão do currículo e dos procedimentos acadêmicos. Além de oportunizar espaços para que dúvidas fossem solucionadas”.

SGC – “Existia sim. Era o Encontro de Formação dos Coordenadores de Colegiado (EnFoCo), promovido pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), com a participação da SGC e de alguns outros setores, com o intuito de formar os professores eleitos gestores e qualificar os reeleitos”.

Tendo em vista que a amostra abrangeu o período da pandemia e 47,83% dos coordenadores relataram não ter recebido nenhum treinamento específico para a função, o Gestor do GGCA forneceu informações adicionais, afirmando que:

Durante a pandemia, reuniões periódicas, quase mensais, foram realizadas entre os coordenadores de colegiado dos cursos de graduação e a PROGRAD para que pudessem apresentar suas demandas e dialogar diretamente com a pró-reitoria e sua equipe.

Então, a formação prévia se somou assessoria permanente pelos diferentes canais de comunicação disponibilizados

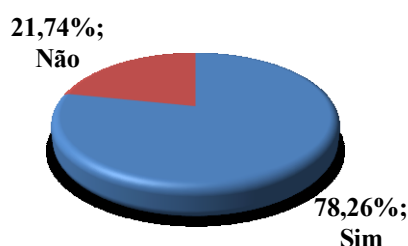
Na página da PROGRAD, as orientações para os procedimentos acadêmicos e as resoluções era encontrada em bloco por tópico para consultas futuras.

A dimensão formativa emerge como um elemento essencial para o desempenho dos docentes que assumem o papel de coordenadores de curso. É importante reconhecer que a experiência como docente nem sempre assegura, por si só, uma gestão eficiente do curso. Portanto, é necessário implementar ações de formação que possibilitem aos docentes adquirir um entendimento aprofundado de seu contexto específico como coordenadores de curso. Esse processo requer um planejamento criterioso e a colaboração de diversos órgãos de gestão da instituição universitária.

Quanto ao tempo total de experiência como coordenadores de curso de graduação, verificou-se que uma parte significativa, correspondendo a 60,9% (14) dos coordenadores, exerceram o cargo por um período entre um e cinco anos. Além disso, 39,1% (9) dos coordenadores declararam ter exercido a função por um período de seis a dez anos. É importante ressaltar que essa distribuição temporal sugere que a maior parte dos coordenadores cumpriu mais de um mandato, conforme estabelecido no Regimento Geral da UNEB, em seu artigo 77, inciso 2º, que determina um mandato de dois anos para o coordenador do Colegiado de curso de modalidade presencial, com a possibilidade de uma recondução.

Quando questionados sobre o conhecimento das atribuições profissionais quando assumem o cargo de Coordenador(a) de Curso, de acordo com o regimento/estatuto da UNEB, as respostas podem ser observadas no Gráfico 12.

Gráfico 12: Conhecimento das atribuições como coordenador.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

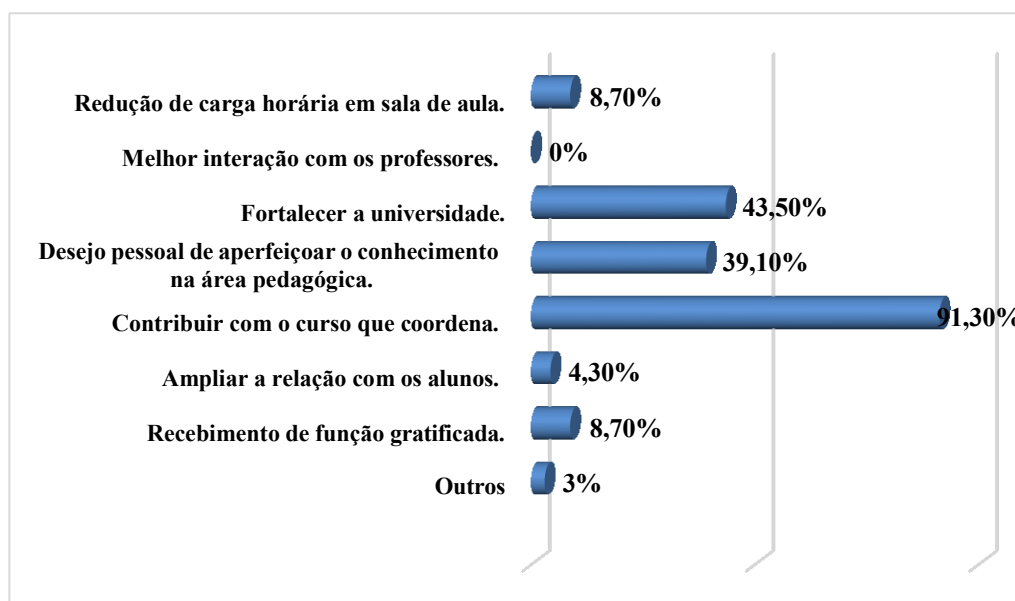
No que concerne a ter conhecimento das atribuições profissionais enquanto coordenadores de curso, de acordo com o regimento/estatuto da UNEB, constatou-se que a ampla maioria, representando 78,3% (18) dos coordenadores de curso, afirmou ter conhecimento das atribuições que lhes foram designadas. No entanto, é importante ressaltar que 21,7% (3) dos coordenadores declararam não possuir conhecimento das atribuições imputada a eles, o que requer atenção, uma vez que a falta de clareza em relação às tarefas pode impactar o desempenho e na eficácia dos coordenadores.

Esses resultados evidenciaram a necessidade de promover uma atenção contínua à capacitação dos coordenadores de curso, bem como a necessidade de garantir uma comunicação efetiva e informações claras sobre as atribuições e expectativas do cargo. Medidas devem ser implementadas para garantir que todos os coordenadores tenham acesso à formação adequada e estejam cientes de suas responsabilidades de gestão, visando promover uma eficiência e eficácia dos cursos de graduação.

Para Santos (2006, p.80), quanto mais o Coordenador de Curso souber sobre as funções a desempenhar e a finalidade de cada uma delas, mais eficazes poderão ser suas ações e intervenções na organização e na operacionalização das propostas educacionais do curso que coordena.

Inqueridos sobre os principais motivos que levaram os docentes a se candidatarem ao cargo de Coordenador(a) de Curso de Graduação, permitindo a marcação de até duas alternativas, os resultados podem ser verificados no Gráfico 13.

Gráfico 13: Motivo para ser coordenador



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A respeito dos principais motivos para ser coordenador de curso, constatou-se que contribuir com o curso que coordena foi o principal motivo que levou o docente a se candidatar ao cargo de coordenador de curso 91,3% (21). Pode-se concluir que o princípio motivador da maioria dos coordenadores advém de fatores intrínsecos, como responsabilidade em relação ao curso em que coordenam a realização pessoal ou autorrealização profissional. Observou-se também que 43,50% (10) se tornou coordenador para fortalecer a universidade. Isso mostra que possivelmente eles tiveram uma consciência coletiva, buscando o bem comum. Já uma menor parte assumiu pelo desejo pessoal de aperfeiçoar o conhecimento na área de pedagogia com 39,10% (9).

Com base nos dados apresentados, pode-se traçar um perfil geral do coordenador de curso de graduação. A maioria dos coordenadores é do sexo feminino, com idade entre 36 e 45 anos, declarada como branca ou negra, habilitada para licenciatura e possui doutorado como maior titulação. Há uma prevalência de coordenadores com mais de 20 anos de atuação como docente na instituição, trabalham em regime de tempo integral com dedicação exclusiva. A área de Linguística, Letras e Artes é a que mais possui coordenadores, e a maioria deles exerceu a função por um mandato de dois anos. Eles conhecem as suas atribuições como coordenador de

curso de graduação e buscam contribuir com o curso que coordenam como principal motivo para ocupar o cargo.

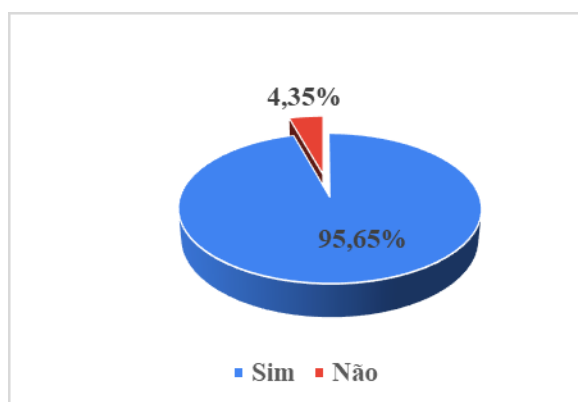
Após a identificação inicial dos participantes, procedeu-se à utilização das subcategorias que abordam as necessidades de informação, busca por informação e uso da informação, conforme apresentado nas subseções a seguir. Essa abordagem teve o propósito de compreender as necessidades informacionais dos coordenadores no contexto do processo de busca e uso da informação.

5.3 NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO

Nesta subseção, buscou-se identificar se o coordenador de curso tem uma percepção clara sobre as suas necessidades informacionais e em quais situações precisam mais de informações, por meio de entrevista com a Gerência de Gestão de currículos Acadêmicos e com a Coordenação da Secretaria de Registros e Diplomas verificou-se que tipos de problemas causam essas situações e se, de fato, esses são os problemas mais comuns para os quais são acionados.

A necessidade de informação é uma experiência subjetiva que ocorre apenas na mente da pessoa que tem essa necessidade e, conseqüentemente, não é diretamente acessível ao observador. Wilson (1981). Assim, perguntou-se aos coordenadores se estes sentiam necessidade de informação durante o desenvolvimento das atividades diárias executadas na coordenação do curso, como demonstra o Gráfico 14.

Gráfico 14: Necessidade de informação durante as atividades



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

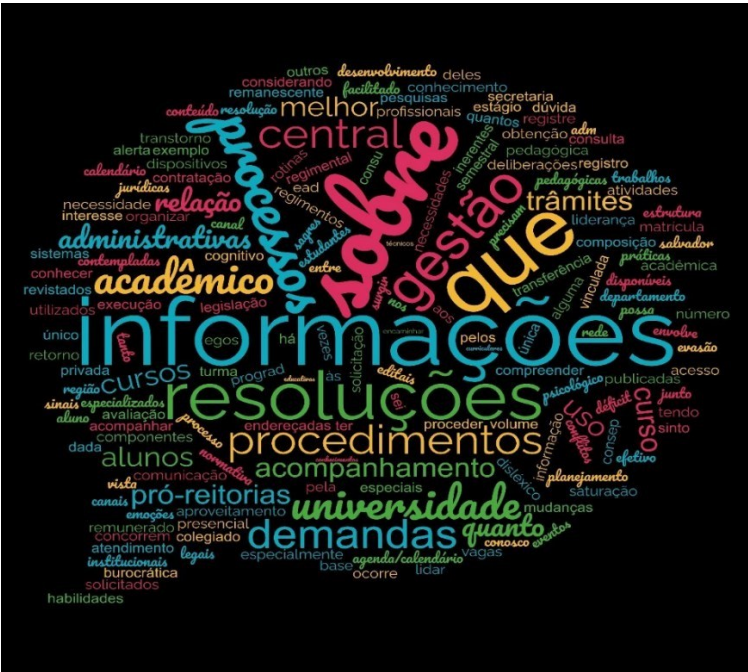
Verificou-se que há um predomínio dos participantes que responderam que sim, sentem necessidade de informação, 95,7% (22), uma vez que a informação é uma necessidade humana e necessária ao fazer profissional de toda pessoa.

A identificação das necessidades de informação é um processo fundamental em ambientes de trabalho com o objetivo de obter informações relevantes para a realização de atividades específicas. Nesse sentido, Dervin (1983) destaca que a identificação de necessidade de informação é um processo ativo e dinâmico que envolve a compreensão das necessidades dos sujeitos e do contexto em que essas necessidades surgem.

Em relação as informações em que os coordenadores sentiram necessidade durante o desenvolvimento das atividades executadas na coordenação do curso, os dados coletados por meio de questões abertas e as entrevistas indicaram que a necessidade informacional dos coordenadores de curso está relacionada às execuções das atividades acadêmico-administrativa.

Nesse sentido, a aplicação da análise de conteúdo possibilitou a identificação das palavras que apresentavam maior frequência nos relatos dos coordenadores. A representação visual desses resultados por meio da Figura 1, apresentada como uma nuvem de palavras, revela que os termos mais frequentemente mencionados nas respostas dos coordenadores são "informação", "resolução", "processos" e procedimento.

Figura 5: Necessidade de informação durante as atividades



Fonte: Elaborado pela autora a partir das análises do Iramuteq (2023).

Constatou-se que, seis coordenadores responderam necessitar de informações inerentes as “resoluções” CC1, CC2, CC7, CC9, CC20 e CC22. Tal percepção foi ratificada pelos relatos a seguir: CC1 - “...conhecer os cursos EAD e da rede privada que concorrem conosco, resoluções e procedimentos de transferência e aproveitamento de conteúdo.”; CC2 – “Por vezes pode surgir dúvida com relação a alguma resolução regimental ...”; CC20 – “Consulta a regimentos e resoluções.”.

Cinco respondentes CC5, CC10, CC13, CC14 e CC16 responderam necessitar de informação referente a “processos” como consta nos relatos a seguir: CC5 – “Compreender melhor os processos solicitados.”; CC10 – “Informações sobre como proceder em relação a cada tipo de solicitação dos estudantes, os trâmites dos processos.”; CC14- “Como organizar o processo de avaliação do curso.”; CC16 – “Sobre procedimentos quanto a alguns processos.”;

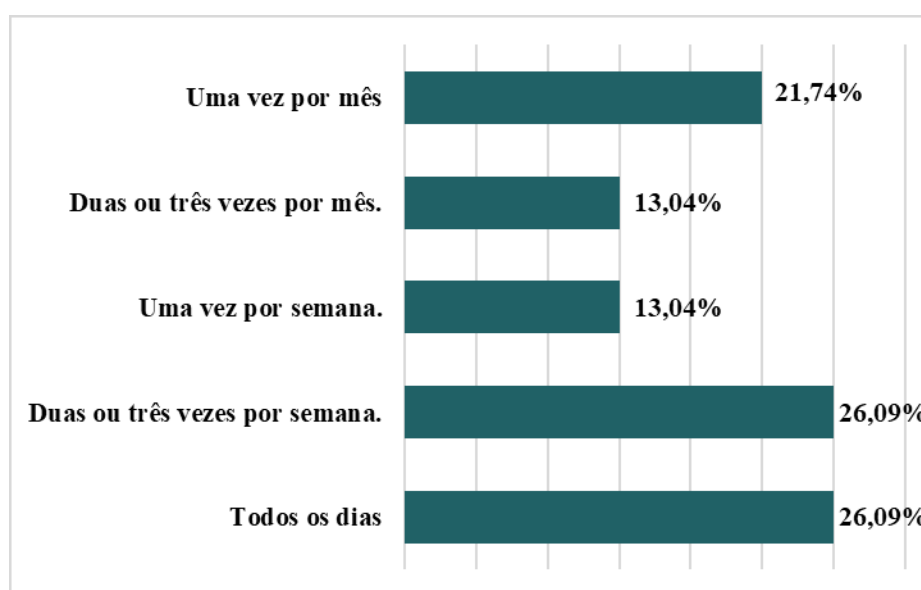
Os resultados revelaram uma relação existente entre as necessidades de informação dos coordenadores sobre “resoluções”, procedimento e processos acadêmicos” por serem de natureza normativa e prática, respectivamente. As resoluções são instrumentos normativos que estabelecem regras e diretrizes para os procedimentos acadêmicos na universidade, são sempre atos inferiores ao regulamento e ao regimento, não podendo inová-los ou contrariá-los, mas unicamente complementá-los e explicá-los, enquanto os processos acadêmicos referem-se às atividades práticas que ocorrem no âmbito da gestão acadêmica.

Nesse contexto, os coordenadores que necessitaram de informações inerentes às resoluções buscaram compreender as normas e regulamentações que orientaram e regularam os processos acadêmicos. Por sua vez, os coordenadores que indicaram os processos acadêmicos buscaram entender como esses processos são executados na prática, quais foram as etapas e procedimentos envolvidos.

A esse respeito, Saracevic (2005) argumenta que a identificação de necessidades de informação deve ser orientada pelos objetivos do sujeito e pelas atividades que ele pretende realizar, de modo a garantir que as informações sejam relevantes e úteis para a tomada de decisões. Portanto, compreender as diferentes demandas informacionais dos coordenadores é fundamental para fornecer suporte adequado e planejado, promovendo uma gestão mais eficiente e eficaz dos cursos de graduação.

Ao questionar os coordenadores de curso sobre a frequência com que buscavam informações para suas atividades de gestão acadêmica-administrativa, os dados coletados revelaram as seguintes respostas, como pode ser observado no Gráfico 15.

Gráfico 15: Frequência com que os coordenadores buscam informação para atividades



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em relação à frequência com que os coordenadores de curso buscaram informações para suas atividades de gestão acadêmico-administrativa, observou-se um empate entre aqueles que responderam necessitar de informações diariamente e aqueles que responderam necessitar de informações duas ou três vezes por semana, ambos representando 26,1% (6). Essa equidade na distribuição sugere que a frequência em que a informação é demandada está diretamente relacionada à necessidade de “facilitar o debate, a discussão e o diálogo, além de responder a perguntas, interpretar situações e resolver problemas”, conforme apontado por Choo (2003, p. 401).

Ademais, 21,7% (5) dos coordenadores afirmaram necessitar de informação apenas uma vez por mês. Foi observado também um empate entre os coordenadores de curso que

necessitavam de informação duas ou três vezes por mês e aqueles que necessitavam de informação uma vez por mês, ambos com 13% (3) das respostas.

No que diz respeito às atividades que requeriam maior necessidade de informação, foi observado que mais de uma opção poderia ser assinalada, como se verifica no Gráfico 16.

Gráfico 16: Atividades que geraram mais necessidade de informação



Fonte: Elaborado pela autora com base no Regimento da UNEB (2012).

Com base nos dados analisados, pode-se concluir que as atividades que geraram maior necessidade de informação entre os coordenadores foram: cuidar da revisão, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico de Curso com 87% (20); identificar, atualizar e aplicar estratégias de melhoria da qualidade do curso com 47,80% (11) dos respondentes; e organizar e divulgar a relação da oferta de matérias/disciplinas ou componentes curriculares do curso com 43,50% (10).

Cabe destacar um empate entre as atividades que geraram uma maior necessidade de informação, quais sejam: orientar e efetivar o processo de matrícula dos alunos, otimizar o fluxo

curricular para uma orientação adequada do corpo discente, acompanhar o cumprimento do tempo de integralização do curso por parte do estudante, e propor a oferta de matérias/disciplinas ou componentes curriculares em situações especiais, desde que haja demanda justificável, disponibilidade docente e tempo hábil para oferecimento dentro do Calendário Acadêmico todos com 34,80% (8). Esses resultados destacam a importância das atividades de gestão acadêmica e evidenciam as áreas prioritárias para a obtenção de informações pelos coordenadores de curso.

Os resultados corroboraram com a percepção dos gerentes quando questionados sobre os problemas mais comuns que levavam os coordenadores de curso a buscar a Gerência de Gestão de Currículos Acadêmicos (GGCA) e da SGC para resolução ou orientação, os gerentes destacaram o seguinte:

GGCA – Problemas relativos à integralização dos estudantes (muitas vezes por divergência entre o que está registrado no sistema enquanto currículo e o currículo vivenciado pelo estudante), dúvidas diversas, dificuldades operacionais de falta/liberação de docentes, oferta de componentes, falta de compreensão sobre as principais normativas referentes ao ensino de graduação. Muitas dúvidas poderiam ser sanadas pelo estudo e compreensão do PPC do Curso.

SGC – Normalmente são as situações que envolve o planejamento, o registro e as especificidades das ofertas de cada componente no sistema, como por exemplo: tem disciplinas que têm que ser ofertadas em compartilhamento com outras, compartilhamento é uma dúvida de todos os coordenadores. Há um problema de operacionalização do sistema acadêmico.

A SGC destacou que, além das situações relacionadas ao sistema acadêmico, já pontuadas, uma questão recorrente que não envolve diretamente o sistema é o acompanhamento da trajetória acadêmica do aluno em relação ao aproveitamento de estudos, conforme o relato a seguir:

SGC - [...]muitos coordenadores têm dificuldade de fazer a análise para integralização do aluno, mesmo tendo documentos que regulamentam essa prática, inclusive desconhecem a necessidade de informar ao aluno sobre o pedido de Dilatação do Prazo de Prorrogação de Integralização Curricular. A falta de acompanhamento da vida acadêmica do aluno também gera problemas na matrícula WEB. Outra situação que gera muita consulta é a colação de grau antecipada, a seleção para transferências, entre outras. Esses problemas geram uma sobrecarga de trabalho para a secretaria.

O relato da SGC ressalta a importância da identificação das necessidades informacionais dos coordenadores para garantir a eficiência e eficácia das atividades de gestão acadêmica. Nesse caso específico, revela uma lacuna de conhecimento por parte dos coordenadores. Observou-se a necessidade de fornecer informações claras e atualizadas aos coordenadores de

curso sobre os processos e regulamentações relacionadas à integralização curricular, matrícula online, colação de grau antecipada e transferências. Essa conscientização e conhecimento adequados permitiriam aos coordenadores lidar de forma mais eficiente com essas questões, evitando a sobrecarga de trabalho para o SGC.

No que diz respeito à percepção dos coordenadores em relação a como e quando eles reconhecem a necessidade de informações para as atividades de gestão acadêmico-administrativa da coordenação, a maioria dos participantes mencionou que o motivo principal é a resolução de processos ou atividades administrativas. A Figura 6 apresenta a contagem para as 50 palavras mais recorrentes sobre o contexto informacional.

Essa representação visual destacou as palavras mais frequentes mencionadas pelos coordenadores, proporcionando uma visão abrangente das áreas prioritárias em que eles percebem a necessidade de obter informações. Essa análise qualitativa dos relatos dos participantes contribuiu para compreender as demandas informacionais específicas enfrentadas pelos coordenadores de curso em suas atividades de gestão acadêmico-administrativa.

Figura 6: Motivo da busca de informações



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O CC8 respondeu que, no que diz respeito à percepção em relação a como e quando eles reconhecem a necessidade de informações para as atividades de gestão acadêmico-administrativa da coordenação, não se aplica. Considerando que, Wilson (1981) descreve a necessidade informacional como uma experiência subjetiva que ocorre apenas na mente de cada indivíduo, não sendo, portanto, diretamente acessível ao observador, supõem-se que a questão não tenha sido compreendida, tendo em vista que os procedimentos relacionados as atividades de gestão acadêmico-administrativa da universidade, em sua maioria, devem informar a base legal.

Por outro lado, os coordenadores CC1, CC4, CC12, CC13, CC14, CC15, CC16, CC19, apresentaram em suas respostas necessidades que se relacionam às demandas de trabalho em que desconhecem a informação para realizar as atividades. Tal percepção é ratificada pelos relatos a seguir: CC1 – “Sempre que surge uma nova rotina ou demanda.”; CC2 – “Percebo quando não consigo viabilizar o encaminhamento necessitado de atividades e/ou processos.”; CC11 – “Quando surgem demandas diferenciadas como no caso do ensino remoto devido ao período da pandemia...” CC14 – “A cada demanda que surgia sem eu ter conhecimento sobre o assunto.”; CC23 – “Na medida que as necessidades surgem (infelizmente).”

Esses relatos revelaram uma lacuna informacional específica que precisa ser superada pelos coordenadores para obterem as informações necessárias e alcançarem seus objetivos. Inicialmente, eles não possuem as respostas necessárias, o que aponta para uma lacuna interna de conhecimento que deve ser necessário para atender às suas necessidades de informação. Esse cenário está alinhado à perspectiva de Dervin (1983) na Teoria da Criação de Sentido, que enfatiza a busca e construção de sentido através do acesso à informação.

Ao serem indagados sobre como e quando identificam uma necessidade de informação por parte dos coordenadores de curso, os Gerentes da GGCA e da SGC compartilharam os seguintes relatos:

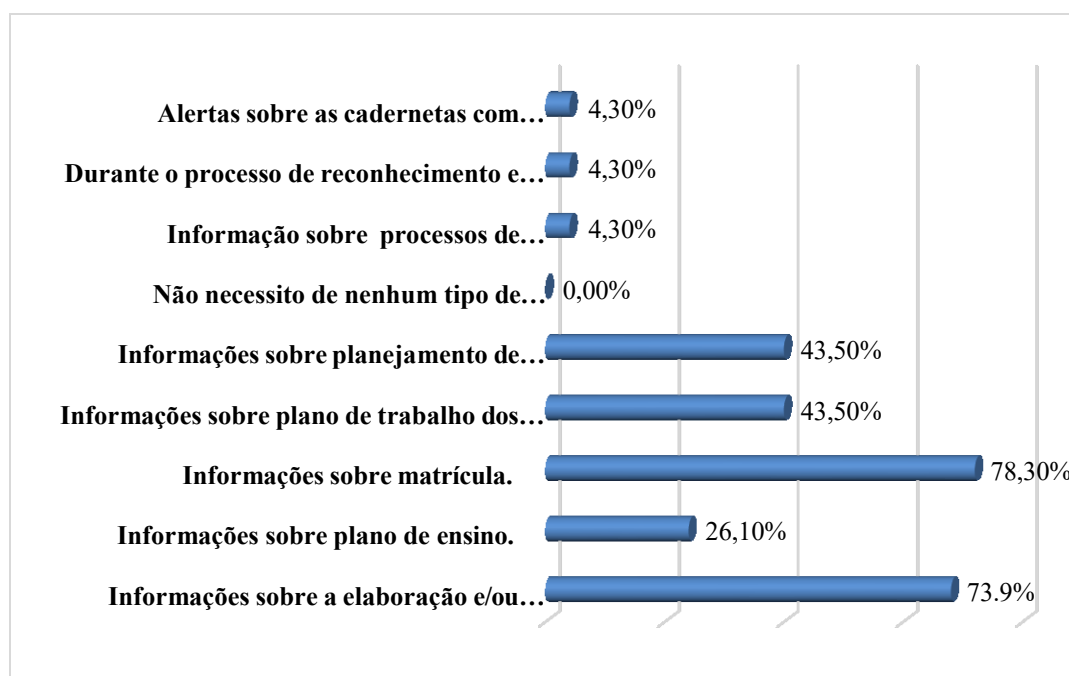
GGCA – Nossas ações de orientação e assessoria visavam minimizar essas situações, mas ainda se observava orientações inadequadas aos estudantes, lançamentos de dados referentes ao planejamento acadêmico no sistema com erros ou inconsistências previsíveis, manifestações incompletas em processos, erros ou inconsistências previsíveis, manifestações incompletas em processos, erros na condução de procedimentos relativos `editais e descumprimento de prazos em calendário acadêmico ou editais.

SGC – Lançamentos de dados referentes ao planejamento acadêmico no sistema, com erros; descumprimento de prazos em calendário acadêmico ou nos editais e nas reclamações registradas na Ouvidoria.

Essas respostas dos gerentes evidenciaram a percepção de lacunas informacionais e problemas na gestão acadêmica-administrativa, o que indica a necessidade de aprimoramento e disponibilização de informações mais adequadas aos coordenadores de curso.

A análise da percepção dos coordenadores de curso e dos relatos dos gerentes revelou a existência de lacunas informacionais e a necessidade de ações que promovam o acesso a informações relevantes e adequadas para as atividades de gestão acadêmico-administrativa. Ao serem questionados sobre os tipos de informação necessários para realizar as atividades de gestão acadêmica-administrativas na coordenação do curso, os coordenadores puderam selecionar mais de uma alternativa. Os resultados obtidos com base nas respostas dos participantes foram apresentados no Gráfico 17.

Gráfico 17: Tipo de informação que necessitava para realizar as atividades



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No que diz respeito aos tipos de informações necessária aos coordenadores para a realização das atividades de gestão acadêmica-administrativa na coordenação do curso, constatou-se que a informação relacionada à matrícula obteve a maior frequência de citações, totalizando 78,30% (18). Em seguida, as informações referentes ao projeto pedagógico do curso foram mencionadas em 73,90% (17) das respostas. Além disso, as informações relacionadas ao

planejamento de disciplinas e ao plano de trabalho dos professores apresentaram igual proporção, com 43,50% (10) de menções para cada uma.

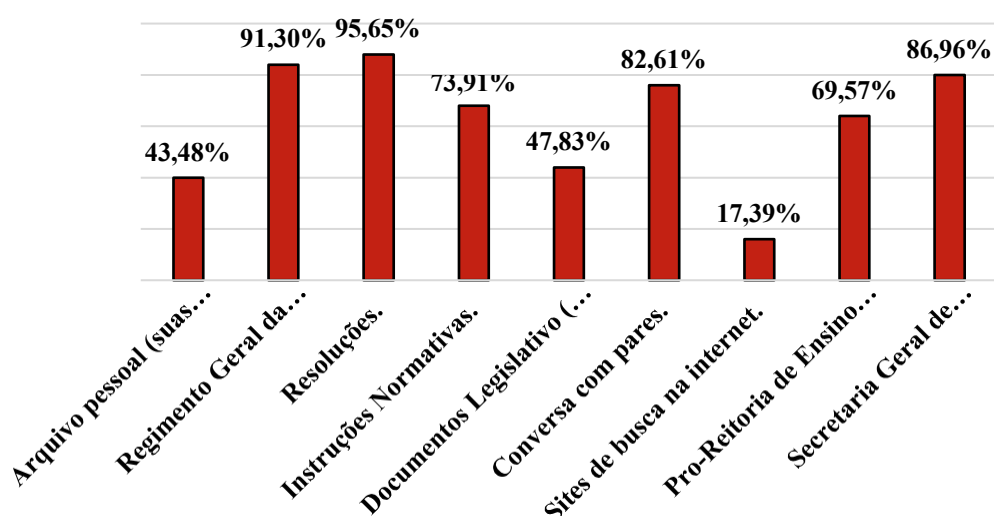
É relevante ressaltar a importância atribuída às informações sobre processos de rematrícula, aproveitamento de estudos, transferência, equivalência de disciplina, processo de reconhecimento e revalidação do projeto pedagógico do curso (PPC), bem como aos alertas referentes a pendências nas cadernetas. Todas essas informações foram mencionadas em proporção igual a 4,30% (1), demonstrando sua relevância no contexto da gestão acadêmico-administrativa.

Esses resultados evidenciaram a importância de um fluxo de informações adequado para a efetiva gestão acadêmica-administrativa na coordenação do curso. A disponibilidade precisa e tempestiva dessas informações contribui para a tomada de decisões embasadas, a elaboração de estratégias eficientes e a garantia de um ambiente educacional coerente e de qualidade para os alunos.

5.4 BUSCA DE INFORMAÇÃO

No âmbito da terceira categoria de análise de dados, destaca-se o comportamento de busca informacional, caracterizado como “a busca intencional por informações como resultado da necessidade de atingir um determinado objetivo” (WILSON, 2000, p. 49). A pesquisa teve como objetivo inicial investigar as fontes de informação utilizadas pelos participantes quando necessitavam de informações para apoiar suas atividades de gestão acadêmica-administrativa na coordenação do curso, conforme evidenciado no Gráfico 18.

Gráfico 18: Quanto a busca por fontes de informação



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No que tange às fontes mais utilizadas para a coleta de informações que auxiliam as atividades de gestão acadêmico-administrativa, destacou-se a predominância das Resoluções como fonte de informação, representando 95,65% (22) das respostas. Essas resoluções desempenham um papel significativo ao estabelecer diretrizes e regulamentos que orientam a gestão acadêmica, assegurando a conformidade e a padronização das práticas adotadas.

Além disso, o Regimento Geral da UNEB foi citado por 91,30% (21) dos participantes, evidenciando sua importância como fonte de informações para embasar as atividades de gestão acadêmico-administrativa. O Regimento Geral estabelece as normas e diretrizes institucionais, abrangendo aspectos administrativos, acadêmicos e organizacionais da universidade.

Essas respostas dos coordenadores de curso vão de encontro com os relatos dos gerentes da GGCA e SGC quando questionados sobre a forma como os coordenadores de curso costumam buscar informações para a solução de problemas de gestão acadêmico-administrativa. Ambas as gerências mencionaram a comunicação por meio de conversas, e-mail, ligação telefônica, WhatsApp diretamente com a GGCA ou SGC, assim como com professores que possuem experiência em gestão acadêmica.

Outra fonte mencionada pelos participantes foi a consulta à Secretaria Geral de Cursos (SGC), mencionada por 86,96% (20) dos respondentes. Essa abordagem envolve buscar informações diretamente nos órgãos de apoio, que possuem um conhecimento detalhado sobre os procedimentos e regulamentações específicas de cada curso. Esses dados estão em consonância com a afirmação de Choo (2003) de que os sujeitos obtêm informações de diversas fontes, formais e informais.

Por fim, a troca de experiências e conhecimentos com pares foi apontada por 82,61% (19) dos participantes como uma fonte relevante de informações para a gestão acadêmico-administrativa. De acordo com Choo (2003), as fontes informais, como os colegas e contatos pessoais, são frequentemente importantes quanto às fontes formais. A troca de experiências com outros coordenadores e profissionais da área pode ser uma estratégia eficaz para obter informações atualizadas e compartilhar boas práticas.

Esses resultados indicaram que o grupo pesquisado utilizava fontes internas tanto formais como informais. A decisão em relação à escolha da fonte de informação não precisa necessariamente ser limitada a uma dicotomia, uma vez que é plausível que o usuário necessite

de uma combinação de diferentes fontes, que podem ser utilizadas de forma paralela ou sequencial (Leckie; Pettigrew ; Sylvain, 1996).

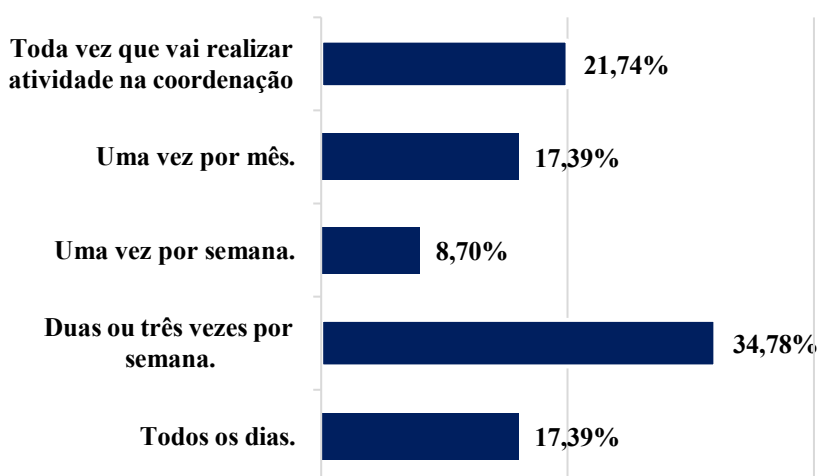
Quando inquiridos sobre as fontes de informação utilizadas para encontrar soluções aos desafios enfrentados pelos coordenadores de curso, os gerentes da GGCA e da SGC fornecem as seguintes respostas:

GGCA – As principais são as normativas institucionais, PPC do Curso, Diretrizes curriculares nacionais. Todas de fácil acesso aos coordenadores de curso. Localizadas no Portal do MEC, no portal da UNEB e na página da PROGRAD.

SGC – O Regimento Geral da UNEB, as Resoluções e instruções Normativas. Todos os registros estão disponíveis no portal da UNEB.

Com o objetivo de verificar a frequência de uso das fontes de informação mencionadas pelos coordenadores de curso, foram analisados os dados coletados e os resultados foram apresentados no Gráfico 19.

Gráfico 19: Percentual quanto a frequência de utilização das fontes de informação



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

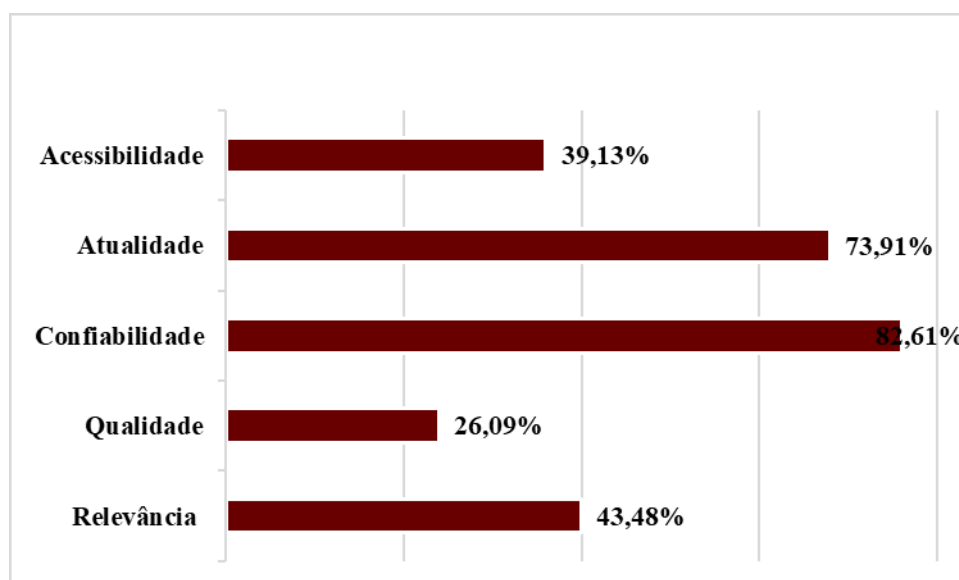
Com relação a frequência com que os coordenadores utilizavam as fontes de informação elencadas na questão anterior no contexto das atividades de gestão acadêmico-administrativa. Verificou-se que 34,78% (8) dos coordenadores utilizavam essas fontes duas ou três vezes por semana, evidenciando uma busca regular e recorrente por informações relevantes.

Além disso, 21,74% (5) dos coordenadores informaram fazer uso das fontes de informação sempre que realizavam atividades na coordenação, demonstrando uma dependência constante dessas fontes para o desempenho de suas funções. A utilização diária e mensal das fontes de informação correspondeu a 17,39% (4) das respostas, indicando uma frequência regular, porém menos intensa. Por outro lado, 8,70% (2) dos coordenadores mencionaram utilizar as fontes de informação apenas uma vez por semana.

Em revisão da literatura sobre o comportamento de busca de informação de profissionais, Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996), verificaram que o fator mais importante para os profissionais na escolha de uma fonte é a acessibilidade (relativa facilidade de acesso). No entanto, suas escolhas também são determinadas por fatores como: sucesso anterior (resultados obtidos a partir de uma estratégia ou fonte), confiabilidade (quão confiável ou útil), abrangência, restrição de tempo, conveniência (encontrada a tempo quando necessário), formato, qualidade (nível de detalhe, precisão) e custo (custo/benefício) (LECKIE; PETTIGREW; SYLVAIN, 1996).

Nesse sentido, ao serem questionados sobre os atributos de informação mais importantes durante a busca por informações, os coordenadores de curso tiveram a oportunidade de selecionar mais de uma opção. Os resultados obtidos dessa questão foram apresentados no Gráfico 20.

Gráfico 20: Atributos de informação mais importantes na busca por informação



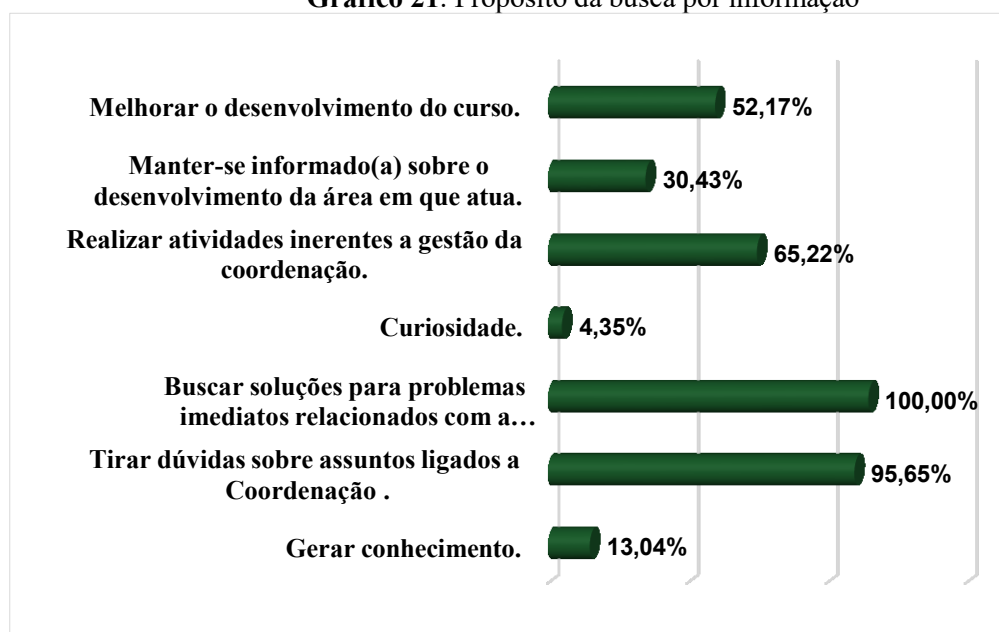
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao analisar os atributos considerados mais importantes pelos coordenadores quando procuram por informações, pode-se observar que a confiabilidade foi amplamente citada, totalizando uma representatividade significativa de 82,61% (19) das respostas. Esse resultado indica a valorização da confiança e da precisão das fontes de informação utilizadas. Em seguida, a atualidade da informação foi mencionada por 73,91% (17) dos coordenadores, evidenciando a necessidade de obter informações recentes e atualizadas para embasar suas decisões e ações.

A relevância da informação foi citada por 43,48% (10) dos coordenadores, denotando a importância de obter informações pertinentes e adequadas aos contextos específicos da gestão acadêmico-administrativa. Além disso, a acessibilidade da informação foi considerada relevante por 39,13% (9) dos coordenadores, destacando a importância de ter acesso fácil e rápido às informações necessárias. Por fim, a qualidade da informação foi mencionada por 26,09% dos entrevistados, ressaltando a importância de informações precisas para subsidiar suas atividades de gestão.

Esses resultados evidenciaram a busca por informações confiáveis, atuais e relevantes, como critérios fundamentais para a tomada de decisões e execução de atividades na gestão acadêmica-administrativa pelos coordenadores. Ao serem questionados sobre o propósito procurados nas fontes de informação durante o processo de busca informacional, os coordenadores de curso tiveram a oportunidade de selecionar mais de uma opção. Os resultados obtidos foram apresentados no Gráfico 21.

Gráfico 21: Propósito da busca por informação



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

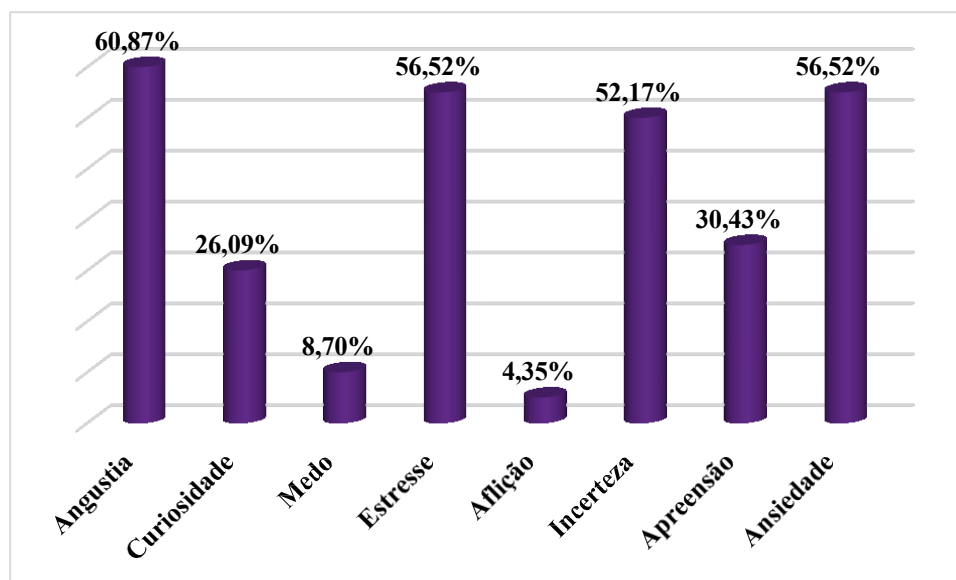
No que se refere ao propósito da busca de informações por parte dos coordenadores de curso, observou-se que a grande maioria dos participantes, correspondendo a 100% (23) das respostas, afirmaram buscar soluções para problemas imediatos relacionados à coordenação. Isso indica que os coordenadores recorrem às fontes de informação como uma maneira de encontrar abordagens e estratégias para lidar com desafios específicos no âmbito de suas responsabilidades. Além disso, 95,65% (22) dos respondentes mencionaram que a busca de informações visa esclarecer dúvidas sobre assuntos relacionados à coordenação, demonstrando a necessidade de adquirir conhecimentos específicos para auxiliar em suas tomadas de decisão. A realização de atividades inerentes à gestão da coordenação foi mencionada por 65,22% (15) dos coordenadores, o que sugere que as informações procuradas são utilizadas para direcionar e apoiar as ações administrativas do curso. Por fim, 52,17% (12) dos coordenadores afirmaram buscar informações com o objetivo de melhorar o desenvolvimento do curso, indicando uma preocupação em aprimorar a qualidade e o desempenho do programa acadêmico.

Esses resultados evidenciaram a importância da busca por informações como uma estratégia fundamental para o sucesso da gestão acadêmico-administrativa, permitindo aos coordenadores enfrentarem desafios, esclarecer dúvidas, tomar decisões e aprimorar o curso sob sua responsabilidade.

O processo de busca de informação está centrado no indivíduo e se forma através da construção pessoal, na qual o usuário parte da informação para produzir novos conhecimentos (KUHLTHAU, 1991). Para autora “um modelo de processo de busca de informação incorpora três esferas da experiência humana: a afetiva (sentimentos), a cognitiva (pensamentos) e a física (ações) dentro de cada estágio” (KUHLTHAU, 1993, p. 342).

Com o intuito de compreender melhor essa dimensão afetiva, os coordenadores de curso foram questionados sobre os sentimentos que surgem durante o processo de busca por informações para suas atividades de gestão acadêmica-administrativa. Os resultados obtidos foram representados no Gráfico 22.

Gráfico 22: Percepção dos coordenadores sobre os sentimentos durante o processo de busca de informação



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No que se refere aos sentimentos experimentados durante o processo de busca de informações, se observou que os coordenadores indicaram mais de uma opção, evidenciando uma variedade de emoções presentes nesse contexto. Segundo Kuhlthau (1991, p. 364, tradução nossa) “[...] a incerteza, um aspecto natural e necessário dos estágios iniciais do processo de busca de informação, causa desconforto e ansiedade”.

Dentre os sentimentos mencionados, a angústia foi apontada como o mais prevalente, totalizando 60,87% (14) das respostas dos participantes. Esse resultado sugere que os coordenadores podem vivenciar um estado de sofrimento, um senso de inquietação e preocupação ao buscar informações relevantes para suas atividades de gestão acadêmico-administrativa.

Além disso, tanto o estresse quanto a ansiedade foram igualmente mencionados, cada um com uma frequência de 56,52% (13). Esses sentimentos podem ser reflexos das demandas e responsabilidades associadas ao papel de coordenador, bem como da pressão por resultados e da necessidade de tomar decisões fundamentadas de forma intempestiva.

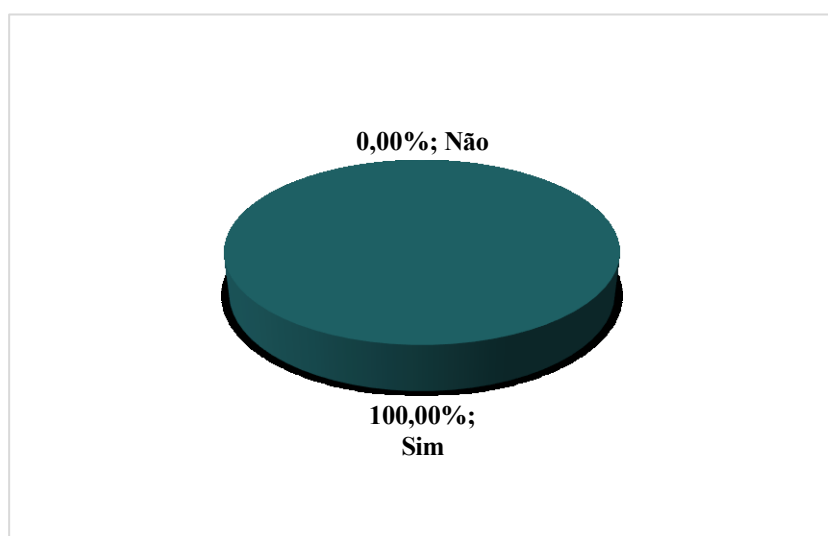
Outro sentimento relatado pelos coordenadores foi o de incerteza, com 52,17% (12) das respostas. Isso indica que a busca por informações pode trazer consigo uma sensação de dúvida e falta de clareza quanto aos resultados e direcionamentos a serem seguidos. Isso pode surgir devido à complexidade e à natureza em constante evolução da gestão acadêmica.

Esses resultados evidenciaram a proposição principal do processo de busca da informação que remete à questão da incerteza predominante no seu início, ocasionando os sentimentos de confusão e dúvida que corroboram para o surgimento da ansiedade que, muitas vezes, tem sido causada, sobretudo, pelo desconhecimento das fontes de informação e pela falta de habilidades com as TIC (KUHLTHAU, 1991). Compreender e gerenciar essas emoções é essencial para garantir uma busca eficaz e minimizar os sentimentos negativos na tomada de decisões e no bem-estar dos profissionais envolvidos na gestão acadêmico-administrativa.

5.4 USO DE INFORMAÇÃO

Ao considerar a quarta categoria de análise de dados, que aborda o uso da informação conforme definido por Dervin (1983), refere-se ao emprego do conhecimento recém-adquirido ou de informações úteis que atendem a uma necessidade informacional específica. Verifica-se que, em relação à utilização da informação buscada para as atividades de gestão acadêmica-administrativa na coordenação do curso, todos os coordenadores afirmaram ser capazes de utilizar as informações.

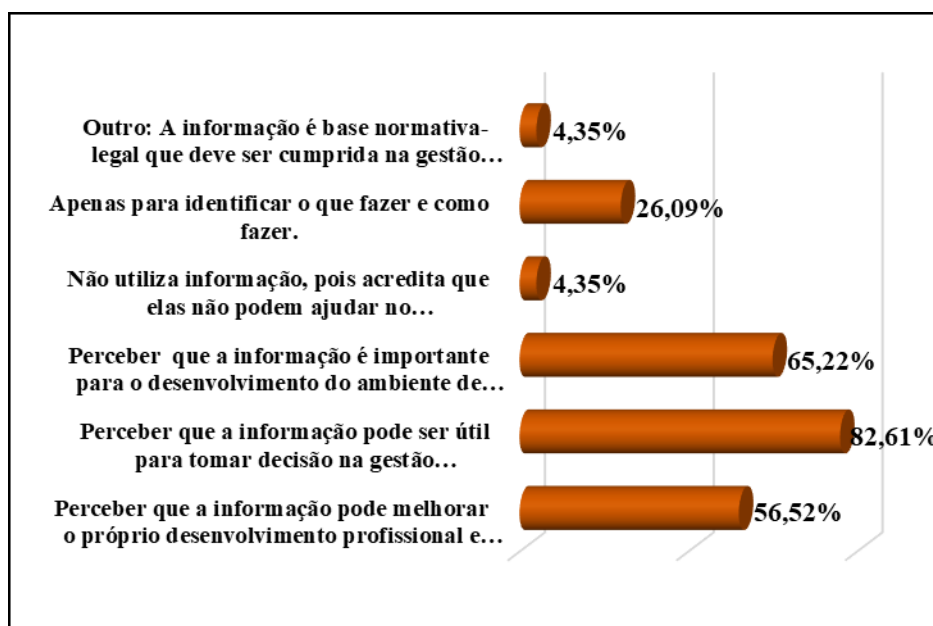
Gráfico 23: Quanto ao uso das informações buscadas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Posteriormente, buscou-se compreender os fatores que levavam os coordenadores de curso a fazerem uso das informações adquiridas durante o processo de busca no ambiente de trabalho. Foi permitido aos participantes assinalarem mais de uma alternativa.

Gráfico 24: Percepção dos coordenadores referente a utilidade da informação, após o processo de busca



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No que se refere à percepção dos coordenadores em relação ao uso das informações no ambiente de trabalho, pode-se constatar que a maioria dos participantes reconhece a utilidade da informação para embasar as decisões no âmbito da gestão acadêmico-administrativa da coordenação, representando 82,61% (19) das respostas. Esses resultados indicaram que os coordenadores valorizam a importância de contar com informações adequadas e relevantes para respaldar suas escolhas e ações no contexto da coordenação de cursos.

Além disso, uma parte significativa dos coordenadores, correspondendo a 65,22% (15) dos participantes, percebem que a informação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do ambiente de trabalho e da instituição como um todo. Essa percepção enfatiza a compreensão da informação como um recurso valioso para a melhoria contínua e aprimorada dos processos e resultados da gestão acadêmico-administrativa.

Outro aspecto relevante é que 56,52% (13) dos coordenadores reconhecem que a informação pode contribuir tanto para o aperfeiçoamento de sua própria trajetória profissional

como para o desenvolvimento do setor em que ocorreu. Essa percepção enfatiza o potencial da informação como um instrumento de capacitação e melhoria das tarefas individuais e coletivas, refletindo em um ambiente de trabalho mais eficiente e eficaz.

Esses achados evidenciaram a consciência dos coordenadores em relação ao valor da informação para a gestão acadêmico-administrativa. Compreender como utilizar as informações de forma estratégica e integrada pode contribuir para a tomada de decisões embasadas, promovendo um desempenho mais efetivo e impactando positivamente o ambiente de trabalho e o desenvolvimento institucional.

Os coordenadores também foram convidados a acrescentar algum comentário com relação ao processo de busca ou uso da informação na realização das suas atividades de gestão acadêmico-administrativas.

CC 5 – “Acredito que além da busca de informação, é importante para o gestor contar com um banco de dados que contenha as informações mais relevantes para a gestão da coordenação de curso.”.

CC6 – “A uneb precisa melhorar muito na comunicação interna e externa. A multicampia traz esse desafio e a nossa comunicação é ruim, lenta e imprecisa...”.

CC9 – “A UNEB disponibiliza todas as orientações necessárias para o bom desempenho dos Coordenadores, demais gestores, dos técnicos administrativos e professores, a eficiência depende de cada um.”.

CC11 – “A partir dos dados adquiridos na busca de informações, é possível acessar uma informação mais precisa e indicada para cada momento e situação...”.

CC20 – “A busca de informação faz parte da gestão de qualquer colegiado, principalmente para tomada de decisões.”.

As análises das declarações dos coordenadores de curso evidenciaram a valorização da busca e uso de informação como elementos fundamentais para uma gestão acadêmica-administrativa eficaz. Os coordenadores reconhecem a necessidade de acesso a informações relevantes, seja por meio de bancos de dados ou da melhoria da comunicação interna e externa. Além disso, eles ressaltam a importância da busca de informações precisas e indicadas para cada contexto, visando embasar as decisões tomadas.

Essa consciência reflete uma abordagem proativa em relação a informação, reconhecendo-a como uma ferramenta estratégica para melhorar o desempenho da coordenação de curso e promover uma gestão eficiente. Por meio da busca e uso adequado de informações, os coordenadores buscam embasar suas ações, melhorar a tomada de decisões e enfrentar os desafios inerentes à gestão acadêmico-administrativa. Essa análise reforça a importância de uma abordagem informacionalmente consciente na gestão de cursos de graduação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta os aspectos expostos na introdução, esta investigação norteou-se pela seguinte questão de pesquisa: Como o comportamento informacional de coordenadores dos cursos de graduação presencial da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) interfere em suas atividades de gestão acadêmico-administrativas?

Com base na análise realizada, é possível afirmar que o primeiro objetivo específico da pesquisa: *identificar possíveis normativas que orientam as atividades dos coordenadores de colegiado de curso* foi alcançado. Durante a pesquisa, foram analisados atos normativos, como as Resoluções N.º 087/1993, 550/2008, 811/2007, 700/2009, 1.769/2014, 1.770/2014, 1.820/2015, 1.430/2020, 2.082/2020, 1.459/2021, 2.162/2021, 2.183/2021 e 1.574/2023 que abordam diretrizes e regulamentações relacionadas às atribuições dos coordenadores de curso, organização curricular, modalidades de ensino e documentos acadêmicos.

Essas normativas foram identificadas como orientações que fornecem um arcabouço regulatório consistente para os coordenadores de colegiado de curso na UNEB. Elas estabelecem diretrizes claras e abrangentes, definindo as atribuições e competências dos coordenadores, além de regulamentar aspectos importantes como a oferta de componentes curriculares, avaliação, qualidade do ensino e documentos acadêmicos. Algumas atividades necessitam de documentos complementares como editais e estes documentos são disponibilizados pela universidade em seu portal.

Quanto ao segundo objetivo: *descrever o perfil de coordenadores de colegiado de curso de graduação presencial*, este também foi alcançado. A análise realizada sobre os coordenadores de colegiado de curso na UNEB revelou um perfil diversificado desses profissionais. A maioria encontra-se na faixa etária de 36 a 45 anos, sendo que há uma presença significativa de coordenadores com mais de 55 anos. Quanto ao sexo, há uma predominância feminina entre os coordenadores.

No que diz respeito à cor da pele declarada, a soma dos coordenadores pretos e pardos equivale ao percentual dos coordenadores que se declararam brancos, destacando a representatividade da população negra. Quanto à formação acadêmica, a habilitação para licenciatura é mais comum entre os coordenadores, seguida pela habilitação em bacharelado. A maioria dos coordenadores possui título de doutor, indicando um alto nível de qualificação acadêmica.

Em relação à experiência profissional, a maior parte dos coordenadores possui mais de 20 anos de atuação como docentes na instituição. Quanto ao regime de trabalho, a maioria

trabalha em tempo integral com dedicação exclusiva. Por fim, a maioria dos coordenadores afirmou ter conhecimento das atribuições profissionais e sua principal motivação para assumir o cargo foi contribuir com o curso que coordenam.

No que se refere ao terceiro objetivo específico: *compreender as necessidades informacionais dos coordenadores no âmbito do processo de busca e uso da informação* foi atendido. A análise realizada permitiu inferir que os coordenadores de curso apresentam uma necessidade clara de informações para o desempenho de suas atividades acadêmico-administrativas. Eles reconhecem a importância da informação como suporte para embasar suas decisões e aprimorar o desenvolvimento do curso.

Os coordenadores demonstram um comportamento ativo na busca por informações relevantes, utilizando fontes confiáveis. No entanto, durante esse processo, eles também experimentam sentimentos de angústia, estresse, ansiedade e incerteza, relacionados às demandas e pressões inerentes ao papel de coordenador.

Esses resultados destacam a necessidade de se desenvolver estratégias que promovam um suporte efetivo e aprimorem a eficácia das atividades de coordenação de cursos. A compreensão do comportamento e as necessidades de informação dos coordenadores é fundamental nesse processo. A disponibilização de informações adequadas, atualizadas e de fácil acesso, bem como o oferecimento de apoio emocional e capacitação continuada, podem contribuir para reduzir os sentimentos negativos associados à busca por informações e melhorar o ambiente de trabalho dos coordenadores.

Além disso, a análise revela que as informações mais necessárias estão relacionadas à gestão acadêmico-administrativa, como matrícula, projeto pedagógico do curso e planejamento de disciplinas. Isso ressalta a importância de se garantir a disponibilidade dessas informações de forma clara e acessível aos coordenadores, a fim de facilitar suas atividades e promover uma gestão eficiente e eficaz.

Considerando que todos os coordenadores afirmaram conseguir utilizar as informações que buscam, e que tal uso esteve centrado no desenvolvimento das atividades de gestão acadêmico-administrativas, com vistas à aplicabilidade dos conteúdos para embasar as tomadas de decisões no âmbito da coordenação, e saíram satisfeitos com o uso por resolverem seu problema informacional, é possível concluir que o objetivo de compreender as necessidades informacionais dos coordenadores no âmbito do processo de busca e uso da informação foi atendido. Os resultados obtidos fornecem subsídios para o desenvolvimento de estratégias e ações que possam aprimorar o suporte e a eficácia das atividades de coordenação de cursos,

visando ao aperfeiçoamento contínuo do ambiente acadêmico-administrativo.

Entretanto, é importante ressaltar que os resultados obtidos se baseiam em uma amostra específica e limitada. Para obter uma compreensão mais aprofundada sobre o comportamento informacional dos coordenadores de cursos de ensino presencial, seria necessário realizar uma análise mais abrangente, que envolva uma amostra maior de coordenadores e leve em consideração outros fatores relevantes.

Ao longo da condução desta pesquisa, identificaram-se algumas limitações pertinentes a serem destacadas. Primeiramente, constatou-se uma escassez de literatura e estudos abordando o comportamento informacional de coordenadores de colegiado de curso de graduação, especialmente em relação às universidades públicas estaduais. Além disso, houve uma dificuldade de adesão por parte dos coordenadores em participarem da pesquisa. Tais restrições podem influenciar a generalização dos resultados e requerem cuidados como considerações no contexto da interpretação dos achados.

Diante dos resultados desta pesquisa, surgem oportunidades promissoras para a realização de novas pesquisas sobre os coordenadores de colegiado de curso de graduação. No contexto atual, onde a dimensão emocional dos profissionais é de grande relevância, sugere-se o aprofundamento do estudo das questões afetivas envolvidas no exercício das atividades acadêmicos-administrativas.

Uma linha de pesquisa pertinente poderia se concentrar na saúde mental e bem-estar dos coordenadores de curso. Explorar como os sentimentos de angústia, estresse, ansiedade e emoção, mencionados nos resultados, impactam o desempenho desses profissionais, sua qualidade de vida e eficácia da gestão acadêmico-administrativa pode fornecer valores importantes para a implementação de políticas de apoio e suporte emocional aos coordenadores. Outro aspecto relevante a ser realçado é a percepção dos coordenadores sobre o suporte informacional disponível para o exercício de suas funções. Investigações que analisam a disponibilidade de recursos, capacitações e políticas de apoio à gestão acadêmica-administrativa, bem como a satisfação dos coordenadores em relação a esse suporte, podem contribuir para identificar lacunas e fortalecer estratégias institucionais.

Além disso, é pertinente explorar as especificidades das necessidades informacionais dos coordenadores em diferentes contextos e realidades. Pesquisas que abordam as particularidades das universidades públicas estaduais em relação às demandas de informação dos coordenadores, considerando aspectos regionais, psicológicos e socioeconômicos, podem enriquecer a compreensão do comportamento informacional desses profissionais.

Outra área de investigação pode ser direcionada ao estudo da interação e colaboração entre os coordenadores e outros atores institucionais, como servidores técnicos administrativos e docentes. Compreender como ocorre a troca de informações entre esses grupos e como essa interação influencia a gestão acadêmico-administrativa pode fornecer subsídios para o aprimoramento das práticas colaborativas e da comunicação interna.

Em síntese, os resultados desta pesquisa apontaram para um campo de estudo promissor e em expansão em relação ao comportamento informacional e à gestão acadêmico-administrativa dos coordenadores de curso de graduação. As sugestões de novas pesquisas projetadas têm o propósito de contribuir para o avanço do conhecimento nessa área e para o desenvolvimento de estratégias que aprimorem a atuação desses profissionais e, conseqüentemente, a qualidade dos cursos de graduação nas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB (2008 a 2012). *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 22, p. 79-100, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91172>. Acesso em: 19 maio 2020.
- ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. A função pedagógica da coordenação de curso de graduação. In: ISAIA, S. M. de A; BOLZAN, D. P. de V. (org.) *Pedagogia universitária e desenvolvimento profissional docente*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. Coordenadores de cursos de graduação: gestão acadêmica-administrativa e práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 97, n. 247, p. 340-357, maio/ago. 2016.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 61-78, jan./jun., 2016.
- BAHIA. Lei Delegada nº 66, de 01 de junho de 1983. Cria a Universidade do Estado da Bahia – UNEB e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*, Salvador, 2 jun. 1983.
- BAHIA. Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997. Reestrutura as Universidades Estaduais da Bahia e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*, Salvador, 10 set. 1997.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BETTIOL, Eugênia Maranhão. Necessidades de informação: uma revisão. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, DF, v. 18, n. 1, p. 59-69, jan./jun. 1990.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância*. Brasília, DF: MEC/INEP, 2017.
- CANÁRIO, Rui. O Coordenador de Curso: um especialista com missão na articulação das políticas educativas. In: SILVA, Maria Amélia Santos da; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Política e gestão da educação superior: perspectivas e desafios*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- CASE, Donald Owen. *Looking for information: a survey of research on information seeking, needs, and behavior*. San Diego, CA: Elsevier Academic Press, 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 16 n. 2, p. 221-236, 2003.

CHOO, Chun Wei. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

DERR, Richard L. A conceptual analysis of information need. *Information Processing and Management*, Amesterdã, v. 19, n. 5, p. 273-278, 1983.

DERVIN, Brenda. An overview of sense-making research: Concepts, methods, and results to date. *Annual Review of Information Science and Technology*, Dallas, v. 18, p. 119-161, 1983.

ESTEVÃO, Cristina; BARBOSA, Susana. *Gestão Acadêmica em Instituições de Ensino Superior: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2017;

FIALHO, Nadia Hage. *Universidade Multicampi*. Brasília, DF: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Estudos de uso e usuários da informação*. Brasília, DF: IBICT, 1994. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/452>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FRANCO, Édson. *Funções do coordenador de curso: como “construir” o coordenador ideal*. Brasília, DF: ABMS, 2002. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/ABMESCaderno8.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. *O pensamento reflexivo na busca e no uso da informação na comunicação científica*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/2373025>. Acesso em: 1 maio 2022.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para formação continuada. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 54-61, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/SCkTXH6fGGHdRLKX9X4LbqB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Suely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 39, n. 1, p. 21-32, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1285/1463> 01. Acesso em: 1 maio 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GONÇALVES, Aline; FRANCO, Luiz Sérgio. Gestão de recursos didáticos e pedagógicos nos cursos de graduação: um estudo de caso. *Revista Gestão Universitária na América Latina*: GUAL, Florianópolis, v. 9, n. 3, p. 486-506, set./dez. 2016.

GONÇALVES, M. E. R. Colegiado de Curso: papéis e funções reais. 1984. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8690>. Acesso em: 16 maio 2023.

KUHLTHAU, Carol Collier. A principle of uncertainty for information seeking. *Journal of Documentation*, Bingley, v. 49, n. 4, p. 339-355, 1993.

KUHLTHAU, Carol Collier. Inside the search process: information seeking from the user perspective. *Journal of the American Society for Information Science*, Hoboken, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991. Disponível em: https://ils.unc.edu/courses/2014_fall/inls151_003/Readings/Kuhlthau_Inside_Search_Process_1991.pdf. Acesso em: 23 fev. 2022.

LECKIE, Gloria J.; PETTIGREW, Karen E.; SYLVAIN, Christian. Modeling the Information Seeking of Professionals: A General Model Derived from Research on Engineers, Health Care Professionals, and Lawyers. *The Library Quarterly: Information, Community, Policy*, New York, v. 66, n. 2, p. 161-193, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4309109>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MARCONI, Mariane de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, Silvânia. Como as necessidades de informação podem se relacionar as competências informacionais. *Ciências da Informação*, Brasília, DF, v. 35, p. 99-114, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/SWCTzhjB8dLZpNwfhYKKq9f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2021.

MORAES, L. G; BARBOSA, L. A. Gestão universitária: conceitos, desafios e oportunidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 17., 2018. São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/anais/xviienapegs/papers/699.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

PETTIGREW, Karen E.; FIDEL, Raya; BRUCE, Harry. Conceptual frameworks in information behavior. *ARIST*, v. 35, p. 43-78, 2001. Disponível em: <http://faculty.washington.edu/fidelr/RayaPubs/ConceptualFrameworks.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. *Docência no Ensino Superior*. São Paulo: Cortez, 2015.

RANGEL, Mary. Coordenação para qualidade dos cursos: repensando conceitos e competências. *Olho Mágico*, Londrina, v. 8, n. 3, p. 20-25, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SABADIA, José Antonio Beltrão. O papel da coordenação de curso: a experiência no ensino de graduação em geologia na Universidade Federal do Ceará. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza, ano 21, v. 1, n. 39, p. 58-62, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/14440>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SABADIA, José Antonio Beltrão; PAGNONCELLI, Marcelo; CARVALHO, Elisa Yoshie Ichikawa de. Coordenadores de cursos de graduação e as atividades de gestão acadêmico-administrativa. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, DF, v. 13, n. 30, p. 551-568, set./dez. 2016.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SILVA, José Marcos da. *Collecta: um sistema computacional de coleta de dados e avaliação institucional para apoio à tomada de decisão na Universidade Federal de Santa Catarina*. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100511/310065.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 maio 2023.

TAYLOR, Robert S. Question-negotiation and information seeking in libraries. *College and Research Libraries*, Chicago, v. 29, n. 3, p. 178-197, 1968.

TAYLOR, Robert S. Value-added processes in the information life cycle. *Journal of the American Society of Information Science*, v. 33, n. 5, p. 341-346, 1982.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB. *Conselhos Superiores*. Salvador, [2023]. Disponível em: <https://conselhos.uneb.br/>. Acesso em: : 17 maio 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB. *Mapas UNEB: repositório de mapas institucionais*. [Salvador, 2022]. Disponível em: <http://mapas.uneb.br/index.php/multicampia/#page-content>. Acesso em: 30 set. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB. *Regimento Geral da UNEB*. Salvador, 2012. Disponível em: <http://conselhos.uneb.br/wp-content/uploads/2021/04/Regimento-Geral-da-UNEB-1.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, 2005.

WILSON, Thomas D. Human information behavior. *Informing Science*, v. 3, n. 2, p. 49-53, 2000. Disponível em: <http://inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

WILSON, Thomas D. Models in Information Behavior Research. *Journal of Documentation*, v. 55, n. 3, p. 249-270, June 1999.

WILSON, Thomas D. On user studies and information needs. *Journal of Documentation*, v. 37 n. 1, p. 3-15, 1981.

WILSON, Thomas D.; WALSH, C. *Information behaviour: an interdisciplinary perspective*. [S. l.: s. n.], 1996. Disponível em:
https://www.academia.edu/1948470/Information_behaviour_an_interdisciplinary_perspective.
Acesso em: 23 fev. 2021.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Questionário Comportamento Informacional dos Coordenadores de Colegiado de Curso de Graduação.

Caro(a) Coordenador (a),

Esta pesquisa é sobre **O Comportamento informacional dos Coordenadores (as) de Colegiado de Curso de Graduação da Universidade do Estado da Bahia** e está sendo desenvolvida por Cristiane Silva Ferreira, aluna de Mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da professora Dr^a. Ivana Aparecida Borges Lins.

Solicitamos a sua colaboração no sentido de responder a este questionário, caso você concorde em participar da pesquisa não precisa se identificar e seus dados pessoais serão anonimizados conforme estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Por gentileza, procure responder a todos os itens e em caso de dúvida, pergunte à pesquisadora.

Atenciosamente,

Cristiane Silva Ferreira

QUESTIONÁRIO

I – Perfil dos Coordenadores (as) de Colegiado de Curso:

1. Faixa etária:

- 25 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- 46 a 55 anos
- Mais de 55 anos

2. Gênero:

- Feminino
- Masculino
- Outro. Qual? _____
- Não desejo declarar

3. Cor da pele:

- Negro
- Pardo
- Branco
- Indígena
- Amarelo
- Não desejo declarar
- Outra. Qual? _____

II – Perfil acadêmico- profissional

4. Qual a sua habilitação acadêmica – Graduação.

- Bacharelado
- Licenciatura
- Tecnólogo

5. Qual a sua maior titulação?

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

6. Há quanto tempo atua como docente na UNEB?

- Menos de 5 anos
- 5 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- 16 a 20 anos
- Mais de 20 anos

7. Qual o seu regime de trabalho:

- D.E
- 40h
- 20h

8. Possui outro vínculo empregatício, além da UNEB?

- Sim
- Não
- Caso afirmativo qual? _____

9. Qual o curso que você coordena? _____ Campus: _____

10. Indicar o tempo de experiência como Coordenador (a) de Curso:

- Menos de um ano.
- Entre um e cinco anos.
- Entre seis e dez anos.
- Não se aplica. Não tenho experiência.

11. Você tem conhecimento de quais são suas atribuições profissionais como Coordenador (a) de Curso segundo o regimento/ estatuto da UNEB.

- Sim
- Não

12. Quais os principais motivos que o fizeram decidir a ser coordenador?

- Fortalecer a universidade.
- Contribuir com o curso que coordena.
- Redução de carga horária em sala de aula.
- Recebimento de função gratificada.
- Ampliar a relação com os alunos.
- Melhor interação com os professores.
- Desejo pessoal de aperfeiçoar o conhecimento na área pedagógica.
- Outros: Quais? _____

III – Necessidade de Informação

13. Você sente necessidade de informação durante o desenvolvimento das atividades diárias executadas na coordenação do curso?

- Sim.
- Não. Quais seriam essas necessidades?

14. Com que frequência você busca informação para suas atividades de gestão acadêmico-administrativa da coordenação?

- Todos os dias
- Duas ou três vezes por semana
- Uma vez por semana
- Duas ou três vezes por mês
- Uma vez por mês
- Outro. Qual? _____

15. Quais atividades acadêmico-administrativas sob sua responsabilidade na Coordenação do Curso requer maior necessidades de informação? (Marque quantas alternativas forem necessárias).

- Analisar a demanda por vagas do curso.
- Orientar e efetivar o processo de matrícula dos alunos.
- Avaliar a grade curricular.
- Analisar processos de transferência
- Cuidar da revisão, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico de Curso;
- Orientar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades didático-pedagógicas;
- Propor e recomendar modificações nas diretrizes gerais dos programas didáticos do curso;
- Analisar, acompanhar e avaliar a execução do currículo do curso;
- Estimular atividades docentes e discentes, de interesse do curso;
- Identificar, atualizar e aplicar estratégias de melhoria da qualidade do curso;
- Otimizar o fluxo curricular com vistas a uma orientação adequada do corpo discente;
- Estabelecer a política de oferta de disciplinas adequada à realização do estágio, em comum acordo com a coordenação setorial de estágio;
- Propor intercâmbio, substituição ou treinamento de professores necessárias à melhoria da qualidade do ensino ministrado;
- Organizar e divulgar a relação da oferta de matérias/disciplinas ou componentes curriculares do curso, correspondente a cada semestre letivo Organizar e divulgar a relação da oferta de matérias/disciplinas ou componentes curriculares do curso, correspondente a cada semestre letivo;
- Analisar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Trabalho Anual do Colegiado;
- Acompanhar o cumprimento do tempo de integralização do curso por parte do estudante;
- Propor a oferta de matérias/disciplinas ou componentes curriculares em situações especiais desde que haja demanda justificável, disponibilidade docente e tempo hábil para oferecimento dentro do Calendário Acadêmico;
- Avaliar a manutenção da oferta do curso de graduação;
- Outras. Quais? reuniões etc _____

16. Como e quando você percebe que necessita de informação?

17. Quais os tipos de informação que você necessita para realizar as atividades de gestão acadêmico-administrativas na Coordenação do Curso? (Marque quantas alternativas forem necessárias)

- Informações sobre a elaboração e/ou execução do projeto pedagógico do curso;
- Informações sobre plano de ensino
- Informações sobre matrícula;
- Informações sobre plano de trabalho dos professores;
- Informações sobre planejamento de disciplinas;
- Não necessito de nenhum tipo de informação para realizar as atividades da coordenação;
- Outro tipo de informação. Qual? _____

IV - Busca de Informação

18. Quais fontes de informação você utiliza quando necessita da informação que o auxilie a realizar as atividades de gestão acadêmica administrativa na Coordenação do Curso?

- Arquivo pessoal (suas anotações, documentos salvos, etc.)
- Regimento Geral da Universidade
- Resoluções
- Instruções Normativas
- Documentos Legislativo (legislações federal, estadual, municipal)
- Conversa com pares.
- Setores da Universidade. Quais? _____
- Sites de busca na internet.
- Outra. Qual? _____

19. Com que frequência você utiliza essas fontes de informação?

- Todos os dias
- Uma vez por semana
- Duas ou três vezes por semana
- Uma vez por mês
- Toda vez que vai realizar atividades na Coordenação.

20. Quais dos seguintes atributos de informação eram mais importantes quando você buscava por uma informação?

- Relevância
- Qualidade
- Confiabilidade
- Atualidade
- Acessibilidade

21. O que você procura nas fontes de informação, durante o processo de busca de informação? (Marque quantas alternativas julgar necessárias).

- Gerar conhecimento
- Tirar dúvidas sobre um assuntos ligados a Coordenação.
- Buscar soluções para problemas imediatos relacionados com a Coordenação.
- Curiosidade.
- Realizar atividades inerentes a gestão da coordenação.
- Manter-se informado(a) sobre o desenvolvimento da área em que atua.
- Melhorar o desenvolvimento do curso.
- Outros. Quais? _____

22. Durante o processo de busca por uma informação aponte se foi identificado alguns desses sentimentos? (Marque quantas alternativas julgar necessárias).
- Angústia
 - Curiosidade
 - Medo
 - Estresse
 - Aflição
 - Incerteza
 - Apreensão
 - Ansiedade

V- Uso de Informação

23. Você consegue utilizar as informações que busca sobre as atividades de gestão acadêmico-administrativa do curso que coordena?
- Sim Não.
24. O que leva você a usar as informações no ambiente de trabalho, após o processo de busca? (Marque quantas alternativas julgar necessárias)
- Perceber que a informação pode melhorar o próprio desenvolvimento profissional e o desenvolvimento do setor em que atua.
 - Perceber que a informação pode ser útil para tomar decisão na gestão acadêmica-administrativa da coordenação
 - Perceber que a informação é importante para o desenvolvimento do ambiente de trabalho e da instituição como um todo.
 - Não utiliza informação, pois acredita que elas não podem ajudar no desenvolvimento do setor e no próprio desenvolvimento profissional.
 - Outros. Quais? _____
25. Você gostaria de acrescentar algum comentário com relação ao processo de busca ou uso da informação?

OBRIGADA PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

APÊNDICE B – Entrevistas aos gerentes dos órgãos de apoio aos coordenadores.

Entrevistas com os Gerentes da GGCA e SGC

Identificação:

NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO – GGCA

1. Existia algum tipo de treinamento/capacitação/orientação por parte d GGCA para os Coordenadores de Curso?
2. Em que situações a GGCA percebia que os Coordenadores não tinham informações suficientes para resolver algumas das atividades de gestão acadêmico-administrativa.
3. Quais eram os problemas mais comuns que os coordenadores de curso mais acionavam a GGCA para resolução ou orientação?

BUSCA POR INFORMAÇÃO – GGCA

1. Quais são as principais fontes de informação utilizadas pela GGCA para buscar respostas aos principais problemas dos coordenadores?
2. Pela sua percepção de que maneira os coordenadores de curso costumavam procurar informações para solução de problemas de gestão acadêmico-administrativo?
3. Você quer acrescentar mais algumas coisa que possa contribuir com essa pesquisa?

Entrevista com a Secretaria Geral de Cursos – SGC

Identificação:

NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO - SGC

1. Existia algum tipo de treinamento/capacitação/orientação por parte da SGC para os Coordenadores de Curso?
2. Em que situações a SGC percebia que os Coordenadores não tinham informações suficientes para resolver algumas das atividades de gestão acadêmico-administrativa.
3. Quais os problemas em que os coordenadores de curso mais acionavam a SGC para resolução ou orientação?

BUSCA POR INFORMAÇÃO – SGC

1. Quais são as principais fontes de informação utilizadas pela SGC para buscar respostas aos principais problemas dos coordenadores?
2. Pela sua percepção de que maneira os coordenadores de curso costumavam procurar informações para solução de problemas de gestão acadêmico-administrativo?

USO DA INFORMAÇÃO – SGC

1. Como a SGC utilizava as informações e o conhecimento para resolver os problemas trazidos pelos Coordenadores?
2. Como os Coordenadores dão retorno sobre os problemas resolvidos?
3. Você quer acrescentar mais alguma coisa que possa contribuir com essa pesquisa?

